

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BRUNA GALLI SILVA

Setor de Análise Criminal: Processos Padronizados dentro de uma visão
Sistêmica de Policiamento.

Maringá
2020

BRUNA GALLI SILVA

**Setor de Análise Criminal: Processos Padronizados dentro de uma visão
Sistêmica de Policiamento.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.
Área de concentração: Elaboração de Políticas Públicas

Orientadora: Prof.^a Érika Mendes de Carvalho

Maringá
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586s	<p>Silva, Bruna Galli</p> <p>Setor de análise criminal : processos padronizados dentro de uma visão sistêmica de policiamento / Bruna Galli Silva. -- Maringá, PR, 2020. viii, 106 f.: il. color., figs., tabs., maps.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Érika Mendes de Carvalho. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado Profissional, 2020.</p> <p>1. Polícia Militar do Paraná. 2. Visão sistêmica de policiamento. 3. Setor de análise criminal. 4. Planejamento do policiamento ostensivo. 5. Segurança pública. I. Carvalho, Érika Mendes de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado Profissional. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 23.ed. 363.1</p>
-------	--

BRUNA GALLI SILVA

**Setor de Análise Criminal: processos padronizados dentro de uma visão
sistêmica de policiamento**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof.^a. Dr.^a. Érika Mendes de Carvalho
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá



Prof.^a. Dr.^a. Thayara Castelo Branco
Universidade CEUMA

Dedicatória

*Dedico este trabalho a Deus, que guia todos
os passos da minha vida e a minha família
que é o alicerce para todas as minhas
conquistas*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro aos meus professores e minha orientadora que ao repassar suas experiências e conhecimento contribuíram com meu conhecimento pessoal e ajudaram a tornar possível a realização deste trabalho.

Agradeço ainda meu Comandante e companheiros de farda, que no dia a dia, me ajudaram a concluir cada etapa deste processo, adquirindo a cada dia mais experiência no serviço policial, essencial para conseguir ver a aplicação prática de algumas etapas citadas neste trabalho. Por fim, aos meus familiares e meus amigos, que sempre me apoiaram e entenderam minha ausência durante a elaboração deste, me dando todo o suporte necessário.

*Anjo, exibe toda a linda
alma Coração vivo livre
ama
Forma primorosa feito a
calma Orgulho doce mostra
a gana Este anjo, estas asas
Permito a luz te
iluminar Mesmo
quando fracas Ao céu
tu vais voar
Voe lindo anjo, só assim posso te
amar, Amar amor de coração vivo
E eternamente
glorificar A criatura de
sonho limpo Deixo a ti
esta folha anjo,
Para o meu amor guardar,
Até quando não tiveres
forças Ao céu eu poder te
levar.*

Weiller Rafael Galli Silva, 2010

*Ele respondeu: "Porque a fé que vocês têm é pequena. Eu asseguro que, se vocês tiverem fé do tamanho de um grão de mostarda, poderão dizer a este monte: 'Vá daqui para lá', e ele irá. **Nada será impossível para vocês.**"*

Bíblia Sagrada, Mateus 17:20

Setor de Análise Criminal: Processos Padronizados dentro de uma visão Sistêmica de Policiamento.

RESUMO

Este trabalho visa a discutir as teorias voltadas ao planejamento do policiamento ostensivo e as ferramentas para aplicação deste, com foco principal na Análise Criminal sob uma visão sistêmica, considerando as teorias e ferramentas como interdependentes e complementares, e não lineares e substitutivas. Com esse olhar, é feita a proposta de criação e estruturação de um Setor de Análise Criminal para a Polícia Militar do Paraná. O trabalho também propõe uma padronização de procedimentos por meio de uma metodologia própria, dirigida a realizar estudos de criminalidade voltados a identificar o problema e qualificá-lo. Ademais, sugere um planejamento do policiamento com base em conhecimento científico e experiência do próprio setor, a fim de avaliar a eficiência daquela aplicação, na constante produção de conhecimento sobre a criminalidade e o policiamento ostensivo. Estudos de criminalidade e planejamento do policiamento ostensivo são assuntos extremamente complexos, sendo essencial para a Polícia Militar contar com um setor dentro de sua própria estrutura com foco exclusivo neste propósito, a fim de entender a criminalidade e os processos de criminalização e de planejar com maior eficiência o policiamento ostensivo.

Palavras-chave: Setor de Análise Criminal. Padronização de Procedimentos. Policiamento Sistêmico

Criminal Analysis Sector: Standardized Processes within a Systemic View of Policing.

ABSTRACT

This work aims to discuss theories focused on the planning of ostensive policing and the tools for its application, with a main focus on Criminal Analysis from a systemic perspective, considering the theories and tools as interdependent and complementary, and not linear and substitutive. With this in mind, a proposal is made to create and structure a Criminal Analysis Sector for the Military Police of Paraná. The work also proposes a standardization of procedures through its own methodology, aimed at carrying out crime studies aimed at identifying the problem and qualifying it. Furthermore, it suggests policing planning based on scientific knowledge and experience from the sector itself, in order to assess the efficiency of that application, in the constant production of knowledge about crime and ostensive policing. Crime studies and ostensible policing planning are extremely complex issues, and it is essential for the Military Police to have a sector within its own structure with an exclusive focus on this purpose, in order to understand criminality and criminalization processes and to plan more ostensive policing efficiency.

Keywords: Criminal Analysis. Standardization of Procedures. Systemic Policing

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	TEORIAS DE POLICIAMENTO, ANÁLISE CRIMINAL E MÉTODO DE ANÁLISE.....	15
2.1	TEORIAS DO POLICIAMENTO.....	16
2.2	ANÁLISE CRIMINAL.....	27
2.3	MÉTODOS E FERRAMENTAS PARA ANÁLISE DE DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PARANÁ.....	30
3.	TEORIA GERAL DOS SISTEMAS POLICIAIS MILITARES E ESTRUTURA DO SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL.....	40
3.1	TEORIA GERAL DOS SISTEMAS POLICIAIS MILITARES.....	40
3.2	ESTRUTURA DO SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL.....	44
3.3	SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL.....	46
4.	METODOLOGIA E PROCESSOS DO SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL.....	46
4.1	FUNÇÕES DO SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL.....	46
4.1.1	Analista Criminal.....	46
4.1.2	Analista de Inteligência.....	55
4.1.3	Analista de Projetos.....	57
4.1.4	Chefe do Setor de Análise Criminal.....	58
4.2	PROCESSOS, PADRONIZAÇÃO E METODOLOGIA.....	59
4.2.1	Fluxo da Informação e Produção do Conhecimento.....	60
4.2.2	Analistas Criminais - Levantamento de Dados.....	65
4.2.2.a	<i>Relatório de longo prazo.....</i>	68
4.2.2.b	<i>Relatório de curto prazo.....</i>	70
4.2.2.c	<i>Relatórios de médio prazo.....</i>	77
4.2.3	Estudo de Caso.....	80
5.	PROJETOS DE POLICIAMENTO ORIENTADO AO PROBLEMA (POP).....	82
5.1	ESTRUTURA DO POP.....	90
5.2	POP ANUAL.....	94
5.3	POP ESPECÍFICO.....	96
5.4	PROJETOS.....	97
5.5	PLANEJAMENTO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO.....	98
5.6	MEDIDAS EXTERNAS AO POLICIAMENTO.....	102
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
7.	REFÊRENCIAS.....	106

INTRODUÇÃO

A Segurança Pública é composta por diversos fatores que influenciam e tornam muito complexo a resolução de problemas criminais. Existem diversas vertentes que podem ser trabalhadas ao tratar sobre o policiamento ostensivo e o impacto deste na criminalidade. Será trabalhado nessa pesquisa o planejamento do Policiamento Ostensivo, trazendo ferramentas de como a Polícia Militar do Paraná pode gerir os meios existentes para tornar a aplicação do Policiamento Ostensivo Preventivo mais eficiente.

O trabalho tem como foco tratar, primeiro, sobre a teoria geral dos sistemas aplicada as teorias de policiamento ostensivo que servirão de base para sustentar a segunda etapa: o plano de estruturação do Setor de Análise Criminal, dentro de uma Companhia Policial Militar. Por fim, serão propostos processos padronizados com metodologia específica para o setor conseguir: produzir estudos de criminalidades, planejar o policiamento, acompanhar e avaliar o resultado da aplicação.

Olhar o policiamento ostensivo somente por um viés ou por outro não supri todas as necessidades para que ele seja eficiente, assumir uma posição doutrinária e negar outra gera perdas na aplicação do policiamento. As diversas teorias possuem impactos positivos e negativos o que refletirá na incidência criminal, devendo ser utilizadas conforme o caso concreto, analisando o policiamento ostensivo de forma sistêmica, sem excluir ou monopolizar uma das teorias. Mas sim, entendendo que são relacionadas e interdependentes fazendo uma analogia a Teoria Geral de Sistemas, hoje já aplicada nas mais diversas áreas.

As diferentes teorias, policiamento comunitário, policiamento tradicional, policiamento orientado a solução do problema, policiamento baseado em evidências e a ferramenta: análise criminal, podem ser vistas como diferentes subsistemas que compõe o grande sistema “Policiamento Ostensivo”.

Na teoria sistêmica aplicada a psicologia, psicólogos clínicos estavam insatisfeitos com as teorias acadêmicas quando aplicadas na prática, por não atingirem os resultados esperados. Da mesma forma nem sempre na prática do policiamento constatamos os resultados propostos na teoria, o olhar sistêmico embasa a metodologia sugerida aqui para aplicação prática da análise criminal na realidade da Polícia Militar do Paraná.

A produção acadêmica na área de segurança pública resulta em uma gama imensa de conhecimento teórico, da mesma forma, os policiais possuem um vasto conhecimento prático a respeito da criminalidade e do planejamento do policiamento ostensivo. A

Academia e a Polícia Militar trabalham com questões similares: Como reduzir a violência? Como prevenir crimes? Entender que esses diferentes sistemas são interligados e aliar construção do conhecimento acadêmico com a prática, pode potencializar as ações de policiamento e responder com forte embasamento algumas questões. Qual o policiamento mais eficiente para determinado crime? Quanto cada ação de policiamento influencia em determinada dinâmica criminal?

Ao responder essas questões, um conhecimento técnico é disponibilizado aos gestores de segurança pública para desenvolverem na prática políticas públicas eficientes e bem monitoradas que a curto, médio e longo prazo produzam efeitos positivos na redução da violência.

O pensamento crítico, proativo e preventivo do policial militar que está na ponta, junto com o direcionamento do comandante, baseado em estudos criminais bem estruturados, pode tornar mais eficiente o policiamento, sem necessariamente aumentar a quantidade de policiais ou viaturas patrulhando. Distribuir as equipes policiais por todo o terreno, sem direcionamento, não terá necessariamente um impacto relevante na criminalidade. Mas uma atuação pontual, direcionada, focada nos principais problemas da localidade pode gerar resultados impactantes e, se bem geridos, que reflitam a longo prazo.

Trabalhar com os dados criminais para direcionar o policiamento ostensivo, não significa suprimir o contato da polícia com a comunidade, o qual supre necessidades que, por vezes, os sistemas computadorizados não conseguem. Devemos também considerar duas questões importantes ao trabalhar com o direcionamento do policiamento baseado em dados estatísticos, cifras ocultas e a sensação de segurança. Além de estar segura (redução dos índices de criminalidade), a sociedade precisa se sentir segura (sensação de segurança). Manter o foco em ambos e conseguir encontrar o equilíbrio entre as ações é essencial para atingir bons resultados.

Muitos pensadores focam as soluções de segurança pública em medidas voltadas a alguns fatos geradores, como redução de injustiças, melhoras na educação, entre outros, questões que claramente impactam de forma relevante a redução da violência. Entretanto, produzem efeitos em longo prazo. Medidas imediatas que gerem resultados em curto prazo são tão importantes quanto, e são a essas medidas que este trabalho se dedica.

Cada país possui uma formação cultural, social, econômica, criminal, capacitação policial, entre outros, diferente. Analisar boas práticas já testadas em outras nações é o primeiro passo na busca de conhecimento, mas a produção própria, personalizada, eficiente e aplicável para a realidade brasileira é o ápice a ser alcançado.

Os atores envolvidos, os meios disponíveis, os sistemas que compõe a segurança pública no Brasil são distintos de outros países. Por isso é essencial a necessidade de um olhar diferenciado e personalizado para não incorrer em erros ao tentar implementar boas práticas de outros países, tendo em vista que muitas vezes estas não se enquadram na nossa realidade.

Esse trabalho visa construir um pensamento crítico a respeito dos procedimentos utilizados pela polícia militar para análise de dados criminais, planejamento do policiamento ostensivo e resolução dos problemas criminais na realidade brasileira. Busca propor um olhar diferenciado, mudar a cultura reativa do policiamento, ao implementar procedimentos padronizados para a produção do conhecimento, para embasar o planejamento do policiamento ostensivo com um viés preventivo.

Considerando as partes que compõe o todo, suas relações e sua complexidade, se mostra necessário um local dentro das polícias que realize estudos criminais bem embasados, olhando para o conhecimento sobre o conhecimento, voltado ao planejamento do policiamento ostensivo, ou seja, um Setor de Análise Criminal. Este setor é o local onde será estudada a criminalidade para embasar o policiamento ostensivo. Para ser eficiente, o setor precisa ser acessível, produzir conhecimento útil e tempestivo, para ter validade real ao ser aplicado no policiamento ostensivo.

O comandante de uma Companhia Policial Militar (Cia PM) tem responsabilidade pela aplicação de determinado policiamento e o planejamento deste necessita de embasamento e não somente opiniões empíricas. O Setor de Análise Criminal com base em uma visão sistêmica do policiamento ostensivo trabalha com os problemas criminais, se utilizando de um padrão interativo e não de causa-efeito, para criar um modelo circular e substituir o modelo linear de casualidade.

O Setor de Análise Criminal visa produzir estudos de criminalidades (conhecimento teórico), para embasar o planejamento do policiamento e as medidas externas ao policiamento (prática), para colher soluções duradouras aos problemas criminais, além de produzir conhecimento na área da segurança pública.

A Polícia Militar é dividida em Comandos Regionais (CRPM) que são divididos em Batalhões de Polícia Militar (BPM) e esses em Companhia Policial Militar (Cia) (normalmente responsável por um município de grande porte, ou algumas cidades próximas). Dessa forma, os processos citados precisam ser padronizados em todo o Estado para possibilitar a comparação ou compilação das análises entre as cidades e por fim identificar as relações entre elas.

Outra questão importante é estabelecer como Política Pública de Segurança Pública os Setores de Análise Criminal, para que esses não sejam vinculados a vontade do Comandante imediato, mas sim seja uma política desenvolvida em toda a Polícia Militar. Assim a proposta visa criar Setores de Análise Criminal e padronizar os processos estabelecidos dentro de uma metodologia específica, podendo ser adaptada em cada localidade, para que sejam utilizados por toda a Polícia Militar do Estado do Paraná.

O presente trabalho será dividido em três capítulos, o primeiro trará as principais teorias de Policiamento (Policiamento Tradicional, Policiamento Comunitário, Policiamento Orientado à Solução do Problema e Policiamento Baseado em Evidências) e suas peculiaridades, pontos positivos e pontos negativos. O conceito de Análise Criminal, que na visão sistêmica se apropria de todas as teorias citadas, dos conhecimentos acadêmicos e das ferramentas de TI para tratamento de dados de segurança pública e planejamento do policiamento.

Serão demonstradas algumas ferramentas que podem ser utilizadas quando olhamos para o problema de segurança pública, como o Método IARA, Teorema de Pareto, Triângulo do Crime, Teoria das Janelas Quebradas, Arquitetura do Crime, Mapeamento Criminal, Análise de Dados com o foco de abrir a mente do Analista criminal e não necessariamente limitar teorias ou ferramentas.

No segundo capítulo do trabalho teremos um esclarecimento da visão sistêmica aplicada ao policiamento, que é essencial para entender as propostas principais deste trabalho, a criação de um Setor de Análise Criminal dentro de uma Cia PM, trazendo separadamente as funções propostas, sendo o Chefe do Setor de Análise Criminal, o Analista Criminal, o Analista de Inteligência e Policiamento Velado e o Analista de Projetos.

Por fim, no último capítulo serão propostos os Procedimentos utilizados dentro do setor para produzir conhecimento sobre dados criminais, gerar planejamento do policiamento ostensivo e avaliar a eficiência da aplicação proposta. Este capítulo é separado em Identificação do Problema, Fluxo da Informação, Produção do Conhecimento, Estudos de Criminalidade e Projetos de Policiamento Ostensivo.

Foi realizada pesquisa documental, análise de documentos institucionais e utilizada uma perspectiva interpretativa como meio principal para captar as teorias e estratégias existentes de planejamento do policiamento, bem como, formas de planejar e avaliar as aplicações do policiamento e implementar sugestões de métodos de realização de levantamentos criminais.

1 TEORIAS DE POLICIAMENTO, ANÁLISE CRIMINAL E MÉTODOS DE ANÁLISE

A Segurança Pública, é influenciada por diversos atores (Polícia Militar, Polícia Civil, Executivo, Legislativo, Judiciário, Sociedade...) e tem como objetivo proporcionar um ambiente seguro para a sociedade. Por englobar tantas variáveis e visar um objetivo tão importante, a complexidade acerca do tema é latente. O Papel da Polícia Militar dentro deste contexto é influenciado por cada ator supracitado, necessita de extensa análise e de um repaginamento de sua forma de atuação para buscar tornar-se mais eficiente, tendo em vista as evoluções criminais experimentadas pela sociedade nas últimas décadas.

A necessidade de uma análise profunda a respeito da aplicação da Polícia Militar e a sua forma de se planejar se faz necessária na busca do desenvolvimento de medidas mais eficientes no impacto do policiamento frente aos indicadores criminais.

Garantir a segurança é por certo, uma missão fundamental para as forças policiais. Só para elas? Será possível imaginar a garantia da segurança pública sem o concurso de várias agências governamentais, sem uma política de segurança que envolva áreas tão disparees como a educação, a saúde, a geração de emprego e renda e as oportunidades de lazer? E mais, será possível imaginar a garantia da segurança pública através dos papéis a serem cumpridos pelo estado, sem considerar a ação de pessoas e o papel da sociedade civil? (ROLIM, p. 21, 2006).

Dentro deste viés, na busca pelo aprimoramento do policiamento ostensivo e redução dos índices de criminalidade, diversas teorias já foram desenhadas, sendo extremamente importante para aplicação eficiente do policiamento o conhecimento destas.

O avanço da tecnologia possibilitou alterações na forma de aplicação do policiamento, bem como na forma de registros criminais, criando então uma gama de dados que precisam ser trabalhados. Assim como diversas vertentes, a quantidade de dados na atualidade pode gerar uma dificuldade para certas instituições, necessitando, então, de analistas capacitados para conseguir analisá-los de forma correta.

A análise criminal é uma ferramenta extremamente importante para cumprir este papel, servindo como tronco para organização dos bancos de dados criminais, dos levantamentos quantitativos e qualitativos, bem como do planejamento do policiamento e do processo de produção de conhecimento.

Ao se utilizar da análise criminal para identificar os problemas locais, tanto questões crônicas, como situações pontuais que estão ocorrendo são identificadas. Dessa forma, qual a maneira mais eficiente de planejar o policiamento e medidas externas ao

policciamento, em busca de solucioná-las? Primeiro vamos analisar as teorias mais conhecidas de Policiamento, seus prós e contras para então podermos entender a visão sistêmica do planejamento do policiamento ostensivo, bem como a necessidade de um setor de análise criminal com procedimentos bem estruturados.

2.1 TEORIAS DO POLÍCIAMENTO

Para entender como se deu início a forma tradicional de policiamento precisamos primeiro entender o que é o policiamento, definido por Rolim, no seu livro Síndrome da Rainha Vermelha, como sendo:

“O “policiamento”, por outro lado, remete a atividade específica de patrulhamento preventivo, levado a efeito pela presença visível de policiais uniformizados ou fardados que costumam cobrir área geográfica definidas, atendendo uma estratégia centralizada. Um olhar mais cuidadoso sobre esses conceitos, porém haverá de suscitar dúvidas e apontar imprecisões” (ROLIM, p. 21, 2006).

Uma visão histórica nos esclarece também alguns pontos sobre a evolução do Policiamento Ostensivo e a origem de alguns procedimentos. Quando ocorreu a modernização do Policiamento Ostensivo, passando do policiamento a pé para o policiamento motorizado, com acionamento das equipes não mais pessoalmente, mas por via telefônica e despacho das equipes por rádio comunicação, uma alteração cultural surgiu junto com essa alteração.

“O que ninguém percebeu durante as décadas em que essas transformações foram se consolidando é que os novos recursos tecnológicos, que passavam a ser empregados maciçamente pelas forças policiais em todo o mundo, estavam criando, também, um modelo de policiamento cuja principal característica seria a de responder às ocorrências criminais após a comunicação do fato pelas vítimas ou por testemunha. Um modelo substancialmente distinto do anterior, que não teria mais a chance de agir proativamente e que estaria marcado pelo afastamento entre os policiais e as comunidades” (ROLIM, p. 23, 2006).

No Estado do Paraná, assim como nos mais diversos locais do mundo, temos como uma estrutura básica a importante função de Rádio atendimento, aqui conhecida como rádio patrulha (RPA), o atendimento 24h do número de emergência 190, voltado ao atendimento de chamados emergenciais por equipes que estão alocadas no terreno.

Quase sempre um oficial, responsável por operações pré-determinadas e

rotineiras; os atendimentos são baseados no primeiro carro disponível para a chamada pelo rádio de acordo com a prioridade do momento; (...) as relações com a comunidade são formais para a manutenção da imagem da polícia; prevalecem as ações reativas (atendimento a chamadas) e repressivas (revistas de suspeitos e interrogatórios); e na maioria dos casos o planejamento é centralizado, com as ordens seguindo pelos canais competentes do topo para a base. Na visão tradicional a polícia é entendida como uma agência governamental responsável principalmente pela aplicação da lei, com um relacionamento conflitivo entre a polícia com outros serviços de governo. O papel da polícia é entendido com foco na solução de crimes com sua eficiência mensurada pelo número de prisões e detenções e sua efetividade pela resposta em menor tempo. (...). O profissionalismo na polícia é entendido como responder prontamente, de forma efetiva para os crimes mais sérios, enquanto os estudos de crimes específicos ou aqueles cometidos em série são os tipos de ação de inteligência mais importantes. As formas de controle na polícia são altamente centralizadas, gerenciado por normas, regulamentos e diretrizes gerais, balizados pela legislação (BARBOSA, CRUZ, p. 5, 2001).

Com essa alteração ocorrida com o advento da tecnologia de rondas motorizadas, e com os adventos acadêmicos, bem como com o aumento da criminalidade, tornaram-se cada vez mais comum estudos para avaliar a eficiência deste tipo de policiamento, verificando sua efetividade na redução da violência, na sensação de segurança, atingindo alguns resultados controversos que veremos a seguir.

O estudo clássico sobre a experiência de Kansas City, Missouri – um dos mais conhecidos a esse respeito-, deve ser analisado com precaução por conta das pequenas amostras envolvidas, mas seus resultados não deixam de ser impressionantes. Durante todo o ano de 1972, o departamento de polícia da cidade, com o apoio da Police Foundation, realizou a experiência de separar três áreas, fazendo com que, na primeira, se retirasse todo o policiamento preventivo; na segunda, o patrulhamento fosse reforçado sempre entre duas e três vezes; e, na terceira, se mantivesse o número tradicional de policiais na patrulha. Além dos envolvidos diretamente na pesquisa, ninguém foi informado do que estava acontecendo. As condições, então, foram cuidadosamente controladas e os resultados comparados com todo o rigor. Ao final de um ano, descobriu-se que as taxas de criminalidade permaneceram inalteradas nas três regiões da pesquisa. Até o medo entre os cidadãos – medido com pesquisas anteriores e posteriores ao experimento – também permaneceu igual. Seja como for, há indícios suficientes para que, em vez de exigirmos “mais polícia”, estivéssemos exigindo que elas fossem profundamente repensadas (ROLIM, p.52, 2006).

A experiência acima impacta qualquer policial que se preocupa com a população a qual presta seus serviços, e traz rapidamente os seguintes questionamentos: “Como aprimorar a minha atuação para que ela surta efeitos reais na prevenção da criminalidade?” “Quais estratégias posso utilizar para tornar meu trabalho mais efetivo?”. Importante conhecer um estudo realizado no Estado de São Paulo que também analisou o impacto do

policciamento na incidência criminal.

Qual o impacto do aumento do efetivo policial na criminalidade? A resposta a esta questão não é simples de se obter pois em geral o efetivo policial cresce precisamente onde está crescendo a criminalidade. (...). Entre 2006 e 2007, encontramos 24 dias em que o policiamento na Capital foi reforçado, em função dos ataques do PCC (cuja dinâmica é política e não relacionada ao crescimento da criminalidade comum), das visitas de Bush e do Papa e da realização do Grande Prêmio Brasil de fórmula 1. Em seguida, escolhemos o mesmo número de dias na semana anterior a cada um destes eventos - tomando os mesmos dias da semana para evitar a sazonalidade - e comparamos o número de roubos na Capital nestes dois períodos. (...) estes dias especiais são variáveis exógenas que afetam a quantidade de policiais nas ruas, independente da dinâmica da criminalidade normal na área. Observamos que, com exceção do dia do GP Brasil (talvez porque o reforço no policiamento não tenha sido tão grande ou então porque o evento trouxe novas oportunidades de roubos de turistas, etc) nos demais dias em que houve um reforço no policiamento na Capital, houve uma queda na quantidade de roubos. Comparando os 48 dias (24 normais e 24 com reforço) a queda foi de 17,3% nos roubos. Aparentemente trata-se de uma constatação óbvia, mas cuja relação é difícil de ser investigada pela existência de endogeneidade nas variáveis envolvidas. O experimento corrobora, portanto, o efeito positivo do aumento do policiamento na redução da criminalidade (KAHN, p. 8, 2017).

Analisando os dois casos, podemos perceber duas diferenças importantes, primeiro a questão do direcionamento, no primeiro as equipes simplesmente realizavam o patrulhamento sem qualquer tipo de direcionamento, mesmo aumentando ou retirando o policiamento não havia foco, segundo ponto a divulgação a respeito do policiamento, no caso de Kansas as alterações não foram divulgadas, enquanto no caso de São Paulo foram reforçados os planejamento de policiamentos em eventos de grande repercussão, por muitas vezes debatidos em jornais todas as manobras que estavam sendo realizadas para que fosse garantida a segurança.

Ou seja, um dos principais problemas criados acerca do policiamento tradicional está vinculado a uma visão reativa: a equipe policial permanece sem direcionamento enquanto aguarda uma ocorrência para ser atendida.

O que vários estudos têm demonstrado, entretanto, é que as patrulhas motorizadas não são eficientes. Mais de 6 mil horas de observações noturnas, em cruzamentos com altas taxas de criminalidade, em Minneapolis, EUA, por exemplo, mostraram que a frequência dos carros de patrulha passando pelos locais era de um veículo a cada 23 horas. Sabe-se em síntese que a circulação aleatória de carros de polícia pelas ruas das nossas cidades não produz qualquer resultado palpável quanto a incidência criminal e não contribui para reduzir o medo da população (ROLIM, p. 5, 2006).

Dizer que o Policiamento Ostensivo não é eficiente simplesmente pelo fato de uma

equipe não ter se direcionado para o ponto citado, mais que uma vez durante todo o dia não é um problema do policiamento ostensivo, mas sim, um problema de planejamento. Se houvesse um planejamento daquele ponto em que uma equipe policial deveria realizar patrulhamento e paradas como Ponto Base durante o policiamento, os efeitos sobre a criminalidade naquele ponto seriam latentes. Entretanto, somente este tipo de planejamento resolveria a longo prazo o problema criminal? Para responder a essas questões, é necessário entender mais sobre os tipos de Policiamento e Planejamento. Principalmente porque contamos com um problema relacionado ao custo da aplicação do Policiamento Ostensivo (viaturas, policiais, treinamentos, equipamentos), todo esse aparato custa aos cofres públicos valores elevados e que por muitas vezes não se sustentam. O aumento do Policiamento para certos eventos impactam no Policiamento, mas conseguimos manter essa atuação?

Com base nos estudos realizados, principalmente nos Estados Unidos, a respeito do policiamento ostensivo motorizado, fortes críticas são feitas:

Críticas a partir do início dos anos de 1980 pelo aumento da violência e da criminalidade nos Estados Unidos, enquanto algumas pesquisas destacadas por Bayley & Skolnick (p.18-20, 2001) revelaram que alguns “mitos” da ação da polícia tradicional não se sustentavam. O aumento do número de policiais não reduz necessariamente o índice de criminalidade nem eleva a proporção de crimes solucionados; o serviço de patrulha motorizada aleatória não reduz o crime nem melhora a possibilidade de prender suspeitos; o patrulhamento intensivo reduz o crime durante algum tempo, em grande parte porque o desloca para outras áreas; crimes como homicídio, estupro, furto em domicílio, roubo e assalto à mão armada raramente são enfrentados pelo policial em patrulha; a melhoria do tempo de atendimento aos chamados de emergência não tem efeito sobre a probabilidade de prender criminosos ou mesmo sobre a satisfação dos envolvidos; os crimes não são solucionados pelas investigações criminais realizadas pelos departamentos de polícia, os crimes são solucionados pela prisão do criminoso em flagrante delito ou porque alguém o identifica especificamente. Estes resultados demonstraram que as estratégias da polícia tradicional não reduzem o crime nem tranquilizam a população, havendo necessidade de maior proximidade com o cidadão para a efetividade do combate ao crime (CRUZ, BARBOSA, p. 5, 2002).

Entretanto, não se pode tomar o policiamento tradicional como algo ruim, essa teoria de policiamento, para determinadas situações, será a melhor forma de aplicar o policiamento.

O curso de policiamento orientado à solução do problema estabelece relações importantes para conseguirmos entender quando o policiamento tradicional será uma boa opção aplicável.

É preciso perceber se o problema está associado a um evento “repetitivo” que gera

dano, medo ou desordem. Se o incidente com que a polícia está lidando não se encaixa dentro dessa definição de problema (fatos repetitivos), então o modelo de solução de problemas não deve ser aplicado e a questão deve ser tratada como uma estratégia de polícia tradicional (reativa). Assim como age um paramédico, diante de um acidente de trânsito, ele atua somente de maneira emergencial (SENASP, p. 43, 2008).

Frente a todas essas críticas, muito foi questionado acerca do papel da sociedade na resolução desses problemas, como esse vínculo entre policiais e sociedade pode impactar nos problemas criminais. Sendo criada então a teoria voltada ao Policiamento Comunitário assim conceituado pela doutrina.

A polícia comunitária amplia o conceito original de polícia, reforçam Swanson et al. (1998), pois a polícia é o público e o público é a polícia, pois os policiais são pagos para dar atenção integral aos cidadãos, com maior interação da polícia com outros órgãos e entidades do Estado responsáveis pela melhoria de qualidade de vida. Assim o papel da polícia é ampliado para além da solução de crimes e sua eficiência é mensurada, não pelas taxas de detenções e prisões, mas pela ausência de crime e desordem. O policial deve ser preparado para lidar com os problemas atinentes ao cidadão e sua efetividade é mensurada pela cooperação pública. O serviço policial é entendido como uma função vital e de grande oportunidade, sendo sua proximidade com o cidadão o traço de seu profissionalismo. Utiliza-se de informações sobre as atividades dos indivíduos e grupos para realizar suas investigações. As formas de controle têm ênfase nas especificidades locais para as necessidades da comunidade. O papel da direção é pregar os valores organizacionais enquanto a ação da coordenação é manter aberto e em funcionamento os canais de comunicações com a comunidade, enquanto a análise das acusações é mais uma ferramenta entre outras e não o grande objetivo da polícia (BARBOSA, CRUZ, p. 5, 2002).

Um grande avanço é notado nesse tipo de policiamento, principalmente quanto ao aprimoramento das estratégias e um novo olhar sobre as resoluções criminais. Utiliza-se essencialmente do contato da comunidade para suprir as demandas que a sociedade relata como essencial. Um importantíssimo método conhecido como IARA, ou SARA em inglês, foi desenvolvido na década de 70 nos EUA e será tratado especificamente a seguir.

Uma visão importante do policiamento comunitário está voltada ao controle das desordens e como elas podem acabar proporcionando um ambiente vulnerável para o cometimento de atos criminais.

Infelizmente, algumas pessoas confundem policiamento comunitário com policiamento ostensivo a pé, ou o simples contato entre policiais e comunidade. O policiamento comunitário é mais do que isso, depende de uma visão estratégica, sistemática e muito bem organizada e planejada para conseguir identificar os problemas criminais e o que traz mais medo para aquela comunidade, trazendo a visão de prestação de serviço a

comunidade e não colocando a polícia como uma força.

Algumas ponderações a respeito deste tipo de policiamento também são importantes, principalmente em relação a custos e o papel da sociedade e da própria polícia neste tipo de policiamento.

Não obstante os seus valiosos conceitos, o policiamento comunitário ainda suscita alguns problemas, pois não pode ser tomado como a única solução para eliminação do crime na sociedade, compartilham Walker (1992) e Skolnick & Fyfe (1993). Falta uma definição mais substantiva de policiamento comunitário, o papel da comunidade e seus limites. O novo papel do policial também pode causar confusão, e em algum grau, um conflito entre seu papel social e seu papel como policial. O policiamento comunitário ainda é relativamente caro e sua recente implementação não permite avaliações mais profundas. Estratégias bem-sucedidas de controle da criminalidade também devem envolver diversas agências de controle social e as instituições em todas as esferas de governo (BARBOSA, CRUZ, p. 6, 2002).

O policiamento comunitário traz linhas filosóficas essenciais para aplicação do policiamento, entretanto, acaba por vezes limitando algumas ações de policiais, se todas as ações policiais forem somente baseadas nos contatos com a comunidade, principalmente quando pensamos na questão de engajamento social. Na teoria de Mancur Olson, em seu livro “A Lógica da Ação Coletiva”, o autor cita a “pesquisa empírica, que mostra que, tipicamente o homem médio na verdade não pertence a grandes associações voluntárias e que a alegação de que o norte-americano típico é um “grupista”, é em grande parte um mito” (OLSON, p.33, 2015). O autor traz uma visão de custos ao engajamento social, que é a base do policiamento comunitário, nos levando a reflexão do interesse da sociedade em arcar com esses custos.

Embora todos os membros do grupo tenham conseqüentemente um interesse comum em alcançar esse benefício coletivo, eles não têm nenhum interesse comum no que toca a pagar o custo do provimento desse benefício coletivo. Cada membro preferiria que os outros pagassem todos os custos sozinhos, e por via de regra desfrutaria de qualquer vantagem provida quer tivessem ou não arcado com uma parte do custo (OLSON, p. 33, 2015).

Sem querer entrar em uma grande discussão filosófica a respeito da interação social, o que é verificado ao se realizar reuniões de bairros, é uma baixa participação social quanto a assuntos de segurança pública. Pelo fato de muitas pessoas voltarem do trabalho cansadas, outras por não terem com quem deixar os filhos, entre outros motivos, resultam por vezes em uma baixa participação social. Além disso, muitas pessoas não querem se envolver com

questões de segurança pública por medo dos criminosos.

Todos os motivos citados acima são custos que as pessoas precisam pagar para se engajar, por vezes com tempo, dinheiro, entre outros, como cita Olson. Se alguém pagar esses custos por elas algumas pessoas preferem não ter esse ônus. Esse comportamento gera então uma necessidade das instituições de segurança pública, de aprimorar mais ainda seus meios de resolução de conflitos, de mobilização social e de levantamento de problemas criminais, somando esses conhecimentos das mais diversas fontes para conseguir então resolver estes conflitos.

A adoção de novas técnicas de gestão nas organizações policiais se acentua nos primeiros anos de 1990 segundo Micklethwait & Wooldridge (1998) que analisam a atuação de Willian Bratton como comissário do Departamento de Polícia de Nova Iorque de 1994 a 1996, em que o comissário professa uma linguagem administrativa para dar suporte as suas mudanças nos processos de atuação policial, como no tratamento da população da cidade como clientes. Implementou um sistema de computação básica nos escritórios, estabeleceu metas para os comandantes de distritos, disseminou o uso de estatísticas criminais, recrutou novos policiais, demitiu alguns e reunia-se com os subordinados para planejar as ações do departamento, conseguindo em sua gestão reduzir o índice de criminalidade na cidade (BARBOSA, CRUZ, p. 7-8, 2002).

Com essas atualizações na filosofia de Policiamento Comunitário, uma nova vertente começou a surgir, o Policiamento Orientado por Problemas, trazendo mais foco para a atuação da polícia na resolução dos problemas criminais, mantendo um engajamento direto com a comunidade e otimizando a utilização de dados estatísticos, que não deixam de ser uma forma da comunidade nos contar um fato criminal.

A metodologia descrita em detalhes por Spelman & Eck (1989) permitiu avanços em uma vertente que passou a ser conhecida como policiamento orientado por problemas. Além do policiamento comunitário, outras mudanças nas organizações policiais foram a adoção por alguns departamentos dos princípios da qualidade. Swanso et al. (1998) citam as modificações realizadas para a melhoria dos serviços policiais em Madison, Estados Unidos, que delineou a sua visão, missão (“Nós acreditamos na dignidade e valor de todas as pessoas”) e princípios de liderança (BARBOSA, CRUZ, p. 6, 2002).

Ao orientar e direcionar o policiamento por problemas, ocorre um aprofundamento no assunto e é possível analisar melhor os crimes e buscar soluções mais eficientes em conjunto com a comunidade.

O policiamento para (re)solução de problemas, também conhecido como

policimento orientado para o problema (POP), é uma estratégia que tem como objetivo principal melhorar o policiamento profissional, acrescentar reflexão e prevenção criminal. (...). Os Policiais receberam maior autonomia para solucionar problemas e treinamento para entender as causas subjacentes aos problemas, trabalhando para encontrar soluções criativas (SENASP, p.14, 2009).

Essa estratégia de policiamento tem um vínculo forte com o policiamento comunitário e é visto como a forma de efetivar o policiamento comunitário. Trazendo uma ideia de continuidade na aplicação do policiamento, principalmente voltado à prevenção dos crimes, e não somente a uma visão tradicional de atendimento de ocorrência. Sendo primordial o envolvimento da comunidade para descobrir realmente o que esta incomodando aquela sociedade, trabalhando com prevenção e foco.

Herman Goldstein introduziu o conceito de policiamento orientado-para-problema em um ensaio publicado em 1979. A sua ideia era simples. O conceito de policiamento deveria ser fundamentalmente sobre como alterar as condições que dão origem aos problemas de crime repetitivo e não deveria ser simplesmente sobre como responder a incidentes quando eles ocorrem ou tentar impedi-los através de rondas preventivas (CLARKE, ECK, p. 24, 2013).

Importante lembrarmos algumas ferramentas que as evoluções tecnológicas nos trouxeram, como, por exemplo, o registro das ocorrências criminais, as quais geraram uma nova fonte de dados e um novo canal de comunicação entre a comunidade e a polícia. Melhorar os registros, acrescentando uma gama de informações que possibilitem a realização de estudos para análises criminais qualitativas, pode impactar na aplicação do policiamento sobremaneira.

Nos últimos anos, vemos a evolução do policiamento baseado em evidências, com forte vertente americana e inglesa. Como citado na própria linha de Policiamento Comunitário e Orientado à Solução do Problema, uma falha grande que ocorre diz respeito à falta de registro das estratégias de Policiamento. O que é suprido com o policiamento baseado em evidência.

b) Policiamento Comunitário, embora definido, não está claramente ligado a evidências sobre a eficácia na prevenção de crimes. É muito mais sobre como fazer o trabalho da polícia – um conjunto de resultados – do que os resultados desejados. (SHERMAN, p. 5, 2017)

O pensamento central desta estratégia de policiamento está voltado a evidências, ou seja, pesquisas científicas que avaliam o que funciona e o que não funciona na prevenção da criminalidade. Com base em técnicas utilizadas na medicina, iniciou-se uma vertente voltada

à aplicação de conhecimentos científicos para, então, realizar a tomada de decisão em relação ao policiamento, existindo diretrizes desses estudos para disseminação deste conhecimento.

De todas as ideias sobre policiamento, uma se destaca como a força mais poderosa para a mudança: as práticas policiais devem basear-se em evidências científicas sobre o que funciona melhor. (...). No entanto, qualquer avaliação dessa ideia no policiamento moderno deve começar com uma referência precisa: sobre o que queremos produzir de conhecimento? ” (SHERMAN, p. 2, 2017).

Um viés importante desta estratégia é impulsionar as pesquisas realizadas, para que se tornem efetivas ações no policiamento, muitas vezes através de diretrizes, avaliando como aquela medida tomada impactou naquele local e se existem alterações que necessitem serem feitas. Existem muitos padrões a serem analisados quando se fala de questões que influenciam o crime. Dessa forma, compreender esses padrões é extremamente importante, principalmente se estamos interessados em analisar o fato gerador e as influências que levam à possibilidade daquele crime, e não somente tratar o fato ocorrido, como, por exemplo, o conto do policial que todo o dia resgata uma criança se afogando embaixo de uma mesma ponte. É necessário conhecer o que faz as crianças caírem no rio.

O Policiamento Baseado em Evidências usa pesquisa para orientar práticas e avaliar profissionais. Ele usa a melhor evidência para moldar as melhores práticas. É um esforço sistemático para analisar e codificar a experiência não sistemática como base para o trabalho policial, redefinindo-a através de testes sistemáticos contínuos de hipóteses (SHERMAN, p. 4, 2017).

É importante, ainda, definir o que há de novo no policiamento Baseado em Evidências e o que ele se diferencia de outras teorias, verificando-se o foco principal da teoria, como já citado acima, sobre a relação do policiamento comunitário e do policiamento baseado em evidência. Nesse momento, será comparado com o policiamento tradicional e o policiamento orientado ao problema.

O Policiamento por Ocorrência (resposta 190) não possui, atualmente, qualquer medida de resultado exceto tempo fora do serviço. Os policiais que lidam de forma vagarosa com um chamado são por vezes acusados de esquivar-se e os supervisores os extornam a trabalhar mais rápido. Mas ninguém rastreia a taxa de repetição de chamadas por escritório ou unidades para ver quão eficaz a primeira resposta foi na prevenção do futuro problema. O Policiamento Baseado em Evidência poderia usar esses resultados para justificar o tempo gasto em cada chamada com base nos resultados médios de um Oficial, em vez de emitir ordens excessivas para que ele permaneça dentro de um prazo médio. O Policiamento

Orientado a Solução do Problema é claramente a principal fonte de Policiamento Baseado em Evidência. Os escritos de Herman Goldstein (1979, 1990), bem como o modelo SARA de John Eck e William Spelman (1987), enfatizam claramente a avaliação das respostas de resolução de problemas como parte fundamental do processo. No entanto, não há uma declaração clara sobre o uso da evidência científica na seleção das estratégias para responder a problemas ou no monitoramento da implementação e resultados dessa estratégia. Os relatórios sobre Policiamento Orientado a Solução do Problema, até agora produziram poucas evidências, quer de testes controlados quanto de pesquisas de resultados. (...). Poucas comparações de diferentes métodos para atacar o mesmo problema foram desenvolvidas. O que o Policiamento Baseado em evidências acrescenta a esses paradigmas é um novo princípio para a tomada de decisão: evidências científicas (SHERMAN, p. 4-7, 2017).

As estratégias de policiamento podem ser avaliadas por perspectivas sociais e jurídicas e pelo nível de foco, baixo ou alto. Sendo desenvolvido por Skon e Frydl em 2004 o gráfico abaixo classifica a eficácia das ações policiais com base nessas relações demonstradas. Fica então clara a relação de cada teoria do policiamento com a variedade de modelos e com o foco que representa, sendo útil para adequação do policiamento em cada caso concreto.

Figura 1 - Eficiência de Estratégias de Policiamento



Fonte: CLARKE, ECK, p.23, 2017 adaptado de National Research Council (2003).

Com a evolução da sociedade, da criminalidade e das próprias polícias, novas necessidades foram surgindo e, com isso, novas estratégias para supri-lás, sendo necessário

olhá-las não como teorias conflitantes, mas sim como estratégias interligadas e co dependentes, que geram um sistema circular e não somente uma estrutura linear e substitutiva ou acumulativa.

Para realizar a aplicação do Policiamento Ostensivo, é necessário que o policial saia para realizar o patrulhamento e tenha previamente um direcionamento do que realizar em sua área, a respeito das principais demandas e vulnerabilidades. É crucial, para que a proatividade policial seja cirúrgica e atinja o local exato de necessidade, que o policial militar tenha subsídios, conhecimento e direcionamento para iniciar o seu turno de serviço, tendo claro as suas demandas para que, então, atue de forma ativa antes que os fatos criminosos ocorram, gerando uma real prevenção.

Policiais bem capacitados exigem não só treinamento em técnicas policiais ou jurídicas, mas sim um conhecimento específico, de cunho social, sobre a sua área de atuação e as dinâmicas criminais mais latentes, bem como observância às migrações ocorridas. Uma questão que parte da colocação: “como produzir conhecimento criminal para embasar a atuação diária do policial militar no policiamento ostensivo?” Pode ser suprida com um olhar sistêmico e sistematizado de um Setor de Análise Criminal.

Para entender como chegar a esse resultado, é essencial entender a visão da Análise Criminal e qual o paralelo que existe entre este estudo e as estratégias de policiamento supracitadas.

2.2 ANÁLISE CRIMINAL

A Análise Criminal é uma ferramenta que desenvolve estudos de criminalidade, se apropria da Tecnologia da Informação para coleta e tratamento de dados, aplica o efetivo com base não somente em números, mas sim em uma análise aprofundada do problema, considerando também os fatos e os fenômenos sociais que influenciam na motivação dos crimes, incluindo ao policiamento a dinâmica social daquele município, para subsidiar soluções permanentes para a incidência criminal, buscando garantir o direito da sociedade à segurança.

Análise criminal é o estudo sistemático dos problemas relacionados à criminalidade e desordem urbana, bem como outras questões relacionadas com o emprego da polícia, incluindo dados socioeconômicos, demográficos, espacial, temporal e fatores que podem ajudar a polícia e outros órgãos da administração estatal, na contenção da criminalidade, o controle e redução da desordem urbana, prevenção do crime e auxílio à avaliação de atividades e políticas públicas

voltadas para atividades desta natureza (ABRACRIM, p. 1, 2015).

A Análise Criminal é a base fundamental para o desenvolvimento de Políticas Públicas da Segurança Pública, é a forma do Estado conseguir de forma macro identificar os problemas e entender qual a vertente que será tomada e qual o direcionamento dos meios e, ainda, no âmbito de um batalhão de área, conseguir realizar uma análise mais aprofundada, podendo ser utilizada inclusive por uma estrutura bem menor, como, por exemplo, um pelotão policial militar.

A Análise Criminal (...) é talvez o maior vetor de produção de conhecimento específico para a gestão da segurança pública. Ela possui a missão de revelar com clareza as características do crime, criminalidade e questões conexas. Análise criminal e mapeamento da criminalidade (MAGALHÃES, p. 1, 2007).

O Comandante da Unidade é um gestor público e precisa estar subsidiado para conseguir tomar decisões acertadas que produzirão efeitos imediatos e ecoarão de forma positiva no futuro. Para isso, a necessidade de subsidiá-lo com informações e com conhecimento qualitativo sobre o problema é primordial.

Conforme nos ensina o clássico “A Arte da Guerra” de Sun Tzu, ao nos encontrarmos na difícil posição de tomadores de decisões, precisamos ter em conta que as ações de gestão devem ser pautadas por uma produção de conhecimento que norteie as ações de médio prazo (táticas) formulando uma crescente de ações para as atividades de longo prazo (estratégicas). “Estratégia sem tática é a rota mais lenta para a vitória e a tática sem estratégia é apenas um ruído que se ouve antes da derrota” (Sun Tzu). As Ações Operacionais (curto prazo), as Ações Táticas (médio prazo) e as Ações Estratégicas (longo prazo) orientadas, sequenciadas, articuladas e formalizadas, compõem o conjunto de medidas que estruturam o planejamento organizacional. Com base nesse planejamento é que o Gestor deve avaliar, promover e orientar suas decisões de curto, médio e longo prazo (MAGALHÃES, p. 1, 2007).

As polícias possuem um grande potencial de ação e de gestão, que pode ser potencializado com o associativismo territorial, sendo muito importante a junção dos meios para resolução dos problemas. O contato direcionado entre as instituições voltado a realizar ações conjuntas, as quais, quando bem orquestradas, produzem um resultado muito mais eficiente. Por isso, a necessidade de uma gestão de qualidade bem direcionada é fundamental. A Análise Criminal possibilita otimizar os meios que hoje já existem no Estado, trabalhando de forma direcionada e inteligente, com base em uma gestão da qualidade.

A mudança cultural é fundamental para atingir esse objetivo, e uma formação com esse viés ajuda nesse propósito. Muitos policiais acreditam que sabem, com base em suas experiências, resolver qualquer problema e não se abrem para novos conhecimentos, novas abordagens e diferentes métodos já testados em outras comunidades.

Aumentar a capacidade analítica das polícias com o objetivo de alcançar resultados mais eficientes requer mudanças profundas no modo tradicional de conceber o papel e a função da polícia nas sociedades modernas. A polícia precisa priorizar problemas substantivos, recorrentes, que causam prejuízos às comunidades, mais do que simplesmente reagir a chamadas urgentes e fazer cumprir a lei. Isso desafia o modelo tradicional de polícia como uma organização orientada para incidentes com a função primordial de controlar crimes. No modelo tradicional, espera-se que os policiais a cada turno respondam rapidamente às chamadas de emergência e estejam liberados para atender às próximas chamadas. Nesse ciclo vicioso, raramente os policiais compartilham informações com seus pares sobre os problemas enfrentados no seu dia-a-dia e as formas alternativas de solucioná-los. Isso tem dificultado a condução de uma análise mais precisa sobre problemas repetitivos, similares e muitas vezes comuns que ocorrem frequentemente em locais específicos. Como consequência, a habilidade do policial em resolver problemas tem resultado mais da sua experiência individual e do seu conhecimento prático do que de um processo criativo, fundamentado em um método analítico consistente (SOUZA, pg 10, 2008).

Na gestão pública, a eficiência, eficácia e efetividade são assuntos muito enfatizados e a segurança pública também está inserida neste contexto. A necessidade de tomar ações eficientes é latente e a análise criminal vem de encontro com essa necessidade.

O policial ao ser aplicado no policiamento ostensivo não pode se limitar a aguardar um chamado via 190, esperar que um crime ocorra para então ter uma reação a este fato criminal, a polícia precisa de forma sistemática fornecer conhecimento e instigar a proatividade do policial militar.

A ação é proativa quando é iniciada e direcionada pela própria polícia ou pelos próprios policiais, independentemente da demanda dos cidadãos. A ação policial é reativa quando é iniciada e direcionada por uma solicitação dos cidadãos. Todas as polícias atuam de forma proativa e reativa. O que varia de uma polícia para a outra é a forma de combinar ações e estratégias proativas e reativas: enquanto algumas polícias privilegiam estratégias proativas, outras privilegiam estratégias reativas (BAYLEY, p. 36, 2001).

A Análise criminal também tem o intuito de embasar o comandante na aplicação do policiamento, visando minimizar demandas políticas, pessoais e diversas ingerências que ainda ocorrem nos dias atuais, visando efetivamente prestar um bom serviço a toda a comunidade e não somente a uma parte dela.

Sendo assim, portanto, não seria demais insistir no pressuposto de que uma política séria de segurança pública só pode ter origem em um diagnóstico competente daquilo que há de específico na evolução da criminalidade e da violência em uma determinada região, em determinado momento. (...). Sem esses dados, não há se quer a chance de uma política de segurança, e o que teremos será uma sequência de iniciativas desencontradas e de improvisações, meras decorrências dos diferentes tipos de pressão percebida pelos gestores, por um lado, e dos resultados de interesses políticos e concepções ideológicas, por outro (ROLIM, p. 60, 2006).

A Análise criminal realiza estudo da localidade para determinar riscos em potenciais e vulnerabilidades, buscando direcionamento das ações policiais com planejamento prévio. Devendo também se levar em conta as alterações criminais e necessidade de remanejamento do policiamento em determinados momentos. Indicadores criminais são uma das muitas fontes que a polícia deve utilizar para estudar o crime e conhecer as dinâmicas criminais da sua localidade. Existe uma gama de informações que também devem ser analisadas, como por exemplo, as concentrações populacionais, o fluxo da população, os ambientes que existem em cada região (praças, centros comerciais, grandes estacionamentos públicos, aglomeração de pessoas, concentração de dinheiro, pequenas desordens, entre outras), os tipos de residência, as vulnerabilidades mais exploradas, entre outras infinitas características que tem influência para o cometimento de um crime.

Os policiais não devem ficar condicionados ao acionamento da população para a realização de um trabalho, mas sim devem desenvolver de forma sistemática estudos constantes a respeito da sua dinâmica social, econômica, criminal. O pensamento crítico deve ser instigado e ensinado ao policial que realiza o policiamento ostensivo.

2.3 MÉTODOS E FERRAMENTAS PARA ANÁLISE DE DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PARANÁ

Com o passar dos anos, muitas evoluções sociais foram ocorrendo e as demandas da sociedade também se alteraram, formas de policiamento que antigamente atingiam um resultado na sociedade hoje podem não ser mais eficientes. A presença policial antigamente gerava impactos muito maiores nas questões criminais. A cada dia a criminalidade se organiza para o cometimento de crimes, sendo necessário otimizar o serviço policial.

Uma forma de ter contato e saber algumas demandas da população é o Boletim de Ocorrência, os registros realizados são chamados da população, informações de problemas

que estão ocorrendo. E qual resposta ela está recebendo das instituições? Como as instituições trabalham com esse imenso banco de dados?

O Banco de Dados de Boletins de Ocorrência Unificado (BOU) no Paraná possui mais de 10 milhões de Boletins até o primeiro trimestre de 2019 de acordo com o sistema Business Intelligence, utilizado pela Secretaria de Segurança do Paraná. Cada BO possui inúmeras informações, como idade da vítima, local do fato, horário do fato, natureza criminal, entre diversas outras informações. Como trabalhar com tantos dados para que isso reflita positivamente na aplicação do policiamento, nos índices de criminalidade e na sensação de segurança?

O aumento da população, da criminalidade, dos bancos de dados a serem trabalhados mudou a forma de olhar o problema e exige da polícia uma especialização técnica muito maior para conseguir ser eficiente. As Instituições policiais não cresceram na mesma proporção que o crime, então, quais métodos estão sendo utilizados para gerir esse déficit? O que existe à disposição das instituições para potencializar suas ações? É importante conhecer alguns métodos e algumas ferramentas para conseguir identificar, processar, analisar, planejar e avaliar o policiamento e impactar na criminalidade.

Diversas teorias criminológicas são desenvolvidas e são extremamente importantes para o entendimento do crime e para buscar soluções pelos mais diversos atores envolvidos na solução da criminalidade ou redução da criminalidade. Desta forma a intenção não é negar nenhuma teoria criminológica, mas focar nas teorias que possuem um vínculo mais direto com o estudo do crime voltado para aplicação do policiamento ostensivo. Entendendo a importância das diversas teorias e incentivando o conhecimento por todos os policiais.

A maioria das teorias de criminologia se concentra nos fatos que fazem as pessoas se tornarem "criminosas". Descubram as causas em fatores distantes, como as práticas de educação de crianças, componentes genéticos e processos psicológico ou social. Essas teorias (...) abrangem políticas públicas ambíguas que na sua grande maioria estão fora do alcance da prática da polícia. Mas você vai descobrir que as teorias e conceitos da criminologia do ambiente (e da nova disciplina da ciência do crime), são muito úteis no trabalho diário da polícia. Isso é porque elas lidam com as causas situacionais imediatas dos eventos criminais, incluindo tentações e oportunidades e proteção insuficiente dos alvos. Você será um forte membro da equipe orientada-para-problema se você estiver familiarizado com esses conceitos (CLARCK, ECK, p. 30, 2003).

O método IARA (SARA), implementado em 1983 em Newport News nos Estados Unidos, por Spelman e Eck, foi desenvolvido para trabalhar especificamente com problemas de segurança pública e conseguir utilizar os processos do ciclo PDCA para resolução dos

problemas criminais de forma mais eficiente, vinculados ao Policiamento Orientado ao Problema e Policiamento Comunitário, como forma de efetivação dessas teorias.

Baseado em uma metodologia para resolução de problemas em quatro etapas é reconhecida pelas suas iniciais em inglês: “Scanning, Analysis, Response, Assessment – SARA”. A primeira etapa, “**Scanning**” preconiza que os policiais ao invés de divagarem sobre conceitos amplos baseados na lei como roubos, arrombamento, roubo de automóveis, entre outros, devem ser encorajados a agrupar incidentes relacionados que chamem sua atenção como “problemas” e os defina como problemas em termos mais práticos e usuais. A segunda etapa, “**Analysis**” ocorre com os policiais trabalhando no problema definido na etapa anterior, coletando informações de variadas fontes públicas e privadas, não apenas as tradicionais informações de dados policiais ou relatórios anteriores. Orientados por guias de estudo devem direcionar sua análise para o exame dos ofensores, vítimas, o ambiente físico e social, e as respostas prévias ao problema. O objetivo é entender o escopo, natureza e causas do problema e elaborar uma variedade de opções para sua resolução. A terceira etapa, “**Response**” aproveita os conhecimentos obtidos na análise e é utilizado para desenvolver e implementar soluções. As soluções devem ir além das respostas tradicionais da polícia para incluir outras agências da comunidade e da municipalidade. A última etapa, “**Assessment**” parte da avaliação pelos policiais dos impactos e efetividade de suas repostas, se os problemas originais foram resolvidos ou apenas amenizados, e se podem ser utilizados para revisar a resposta, coletar mais dados ou mesmo redefinir o problema (BARSOSA, CRUZ, p .6, 2002).

O método IARA começa a mudar a forma dos policiais e dos gestores olharem o problema, propondo metodologia específica de trabalho, padronização de alguns procedimentos, buscando otimizar o serviço do policial que realiza o policiamento Comunitário, fazendo com que ele tenha diretrizes de ação, com uma linha lógica de identificação do problema e proposituras de soluções para os problemas criminais.

Dentro do policiamento orientado-para-problema, a polícia é obrigada a: (1) definir cuidadosamente os problemas de forma específica; (2) Conduzir análises em profundidade para compreender as causas desses problemas; (3) Empreender grandes buscas de soluções para eliminar as causas e conseguir uma redução duradoura dos problemas; (4) avaliar o êxito dessas atividades (CLARKE, ECK, p. 35, 2003).

Assim, Eck e Spelman propõe que a primeira etapa do método IARA é *identificar o problema*. Essa será a etapa mais importante, tendo em vista que todo o trabalho subsequente terá como base o problema identificado neste item. Se o problema identificado estiver incoerente todo o processo também estará, sendo muito importante uma atenção redobrada para realizar essa primeira etapa.

O primeiro passo é reconhecer que as ocorrências (que possuem um mesmo padrão de repetição) são “incidentes” de um problema maior, que precisam ter suas origens (causas) bem compreendidas para serem solucionadas. (...). No Policiamento orientado ao problema, o ideal é analisar como que esse problema está ocorrendo. (...). Para criar uma resposta adequada, os policiais utilizam as informações obtidas a partir do atendimento das ocorrências, de outras fontes da própria comunidade, de pesquisas, etc. para ter uma visão mais clara do problema. Após esse procedimento, podem lidar com as condições subjacentes ao problema (SENASP, p. 6, 2009).

A Segunda Etapa do Processo está voltada à *Análise do problema*. Nesse momento, é proposto que seja feito o processo de forma pormenorizada, tentando identificar a fundo as principais causas do problema e suas variáveis, não focando somente em causas policiais. Alguns problemas criminais vão exigir a aplicação do policiamento, entretanto outros exigirão ações em conjunto, externas ao policiamento ostensivo, para atendimento dos objetivos propostos.

Uma análise completa envolve o máximo de pessoas e grupos fechados, buscando descrever todas as causas possíveis do problema, avaliando todas as atuais respostas e sua efetividade. Faça uma rápida avaliação; se o problema não estiver claramente definido deve retomar para a 1ª fase. Muitas pessoas simplesmente saltam essa fase da análise, acreditando ser óbvia a natureza do problema (considerando só os dados da polícia) sucumbindo ante a pressa para obter a solução. Solucionadores de problema devem resistir a essa tentação ou então se arriscam a lidar com um problema irreal, implementando soluções inadequadas e comprometendo todo o método IARA (SENASP, p. 46, 2009).

A Teorias da criminologia do ambiente – teoria da atividade rotineira formulada por Cohen e Felson ajuda o analista no processo do método IARA, a olhar para vulnerabilidades (ambiente e vítima). Ajudam no momento da análise do problema a entender sobre questões situacionais que podem estar influenciando no acontecimento daquele crime e podem ser atingidas pelo policiamento ou por medidas a curto prazo. Dessa forma para entender a teoria do triângulo do crime Clarke e Eck trouxeram a relação a seguir.

Essa teoria, originalmente formulada por Lawrence Cohen e Marcus Felson, afirma que o crime predatório ocorre quando um provável infrator e um alvo adequado convergem no mesmo tempo e lugar, sem a presença de um guardião capacitado. A teoria assume como dado a existência de um provável infrator já que a ganância e o egoísmo humano são explicações suficientes para a maioria das motivações para o crime. Essa teoria não faz distinção entre uma vítima humana e um alvo inanimado já que ambos podem servir ao propósito do infrator. E define um guardião capacitado em termos de atores humanos e dispositivos de segurança. Essa formulação remete ao triângulo original de análise de problema com os três lados representando o infrator, o alvo e o local (ver a parte central do triângulo) (CLARKE, ECK, p. 38, 2003).

Figura 2 - Triângulo do Crime



Fonte: 60 steps, p.38

A Análise dessa teoria visa dispor de ferramentas para analisar o crime, buscar a origem do problema, podendo em um trabalho de Análise Criminal abranger mais possibilidades. O foco é dispor de modelos que ajudem o Analista Criminal a analisar o crime, olhar o crime mais do que um número e entender que se trata de um fenômeno social, que ao olhar de forma sistêmica verifica-se ser resultado de uma gama de questões interdependentes.

A parte inicial do método IARA, Identificação e Análise do problema, são etapas extremamente importantes, e a segunda etapa possui diversos métodos e ferramentas propostas para executá-la, muitas vezes provenientes de adaptações de outros métodos, destacando-se a importância do conhecimento e da profissionalização dos Analistas. Conhecer diversas teorias e métodos facilita o olhar do Analista Criminal e as chances de realizar comparações e planejamentos assertivos.

A terceira etapa do método IARA será a Resposta ao problema identificado, momento que o gestor terá que propor uma solução para aquele problema que seja mais eficiente. E no método IARA estará ligado diretamente ao triângulo, sendo necessário trabalhar com pelo menos dois lados do triângulo TAP (vítima, agressor e ambiente), como vimos acima.

Muito importante também seria não se antecipar e acabar dando respostas que não terão um reflexo a longo prazo e acabarão demandando novamente da polícia a atuação sobre os mesmos problemas. O pensamento nessa etapa também pode ser estruturado com o Diagrama 5W2H, que ajuda a estruturar questões que ao serem respondidas transformam-se em um conjunto de ações a serem tomadas.

- 2.3.1 **O que aconteceu?** Isto envolve dizer claramente a seqüência de eventos e as ações das pessoas envolvidas (Passo 35).
- 2.3.2 **Onde aconteceu?** Às vezes, a seqüência de eventos acontece em vários locais. Uma visita a esses lugares pode ajudar a explicar porque o criminoso os selecionou.
- 2.3.3 **Quando aconteceu?** Chefes de família ou proprietários de carro saberão apenas que o carro deles foi roubado ou que a casa foi arrombada "em alguma hora no final de semana". Para muitos crimes interpessoais, no entanto, a vítima poderá ser capaz de relatar com precisão quando o crime ocorreu, o que pode permitir inferências sobre questões, tais como, se as ruas estavam desertas.
- 2.3.4 **Quem estava envolvido?** As declarações nos registros da polícia feitos por testemunhas e vítimas podem proporcionar muita informação útil, mas algumas vezes pode ser importante questionar uma amostra sobre o evento.
- 2.3.5 **Por que eles agiram assim?** É importante entender as vantagens específicas que um determinado tipo de crime traz ao criminoso.
- 2.3.6 **Como o criminoso realizou o crime?** Pode-se pensar no crime como um processo, com várias etapas do início à conclusão, ao invés de um ato circunscrito que ocorre em um ponto específico no tempo (CLARKE, ECK, p. 137, 2003).

As respostas precisam ser criativas, voltadas a soluções que perdurem por um longo prazo, sendo importante não focar somente em ações tradicionais de rádio atendimento, mas buscando principalmente o contato com a comunidade e outros órgãos para soluções duradouras.

O Teorema de Pareto (80-20) é uma ferramenta que pode ser utilizada diretamente na análise de crimes, nas vitimizações, nas referências em tendências criminais, bem como no processo de decisão e planejamento do policiamento, para dar uma resposta ao problema. A regra 80-20 do teorema pode servir de base quando pensamos em identificação do problema e planejamento do policiamento, como por exemplo, dentro do tipo penal roubo, o “roubo a pessoa” representa “20%”, somente uma possibilidade dentre tantas, “roubo a veículo”, “roubo a comércio”, “roubo a residência”, “roubo a carga”. O tipo citado – ROUBO A PESSOA – em números representa “80%” das ocorrências, ou seja, para impactar no índice geral de ROUBO, pode-se focar em “roubo a pessoa” para obter um resultado mais eficiente.

Digamos, que ROUBO A RESIDÊNCIA, representa 5% do meu total de ocorrência, mesmo que eu consiga chegar a 0 Roubos a Residência, pouco impacto terá no número total de ROUBOS.

- **Criminosos reincidentes** – no famoso estudo coorte da Filadélfia de Wolfgang, cerca de 5% de todos os infratores no estudo foram responsáveis por mais de 50% dos delitos.
- **Vítimas repetidas** – Segundo a Pesquisa Criminal Britânica, vítimas repetidas (pouco mais de 4% de todas as vítimas) sofrem 40% dos crimes relatados na pesquisa (ver Passo 29).
- **Hotspots** – No artigo pioneiro que colocou este conceito no mapa, por assim

dizer, Lawrence Sherman e colaboradores descobriram que 6% dos endereços em Minneapolis representavam 60% das chamadas de serviço policial.

- **Produtos Quentes** – Dados anuais produzidos pelo *Highway Loss Data Institute* mostraram que reclamações de furto de alguns modelos de automóveis são 30 vezes maior do que para os outros veículos (ver Passo 31).

- **Estabelecimentos de risco** – In Danvers, Massachusetts, 3 em cada 78 lojas (5 por cento) responderam por 55% dos incidentes de furtos a lojas relatados à polícia (ver Passo 28) (CLARKE, ECK, p. 71, 2003).

Além da análise acima sobre incidência criminal, o Teorema de Pareto pode ser muito bem utilizado para analisar vitimização, fato que também poderá influenciar na forma de aplicação do Policiamento Ostensivo, tendo em vista que se houver o foco das equipes policiais para esse tipo de vítima o resultado final será muito expressivo. Por exemplo, estudantes que são vítimas de roubo de celular ao sair da aula, se conseguirmos atuar de uma forma que traga segurança para essa vítima, o impacto nos índices será expressivo. Podendo também serem desenvolvidas ações externas ao policiamento ostensivo, como por exemplo palestras, ou alterações no ambiente em que esses estudantes se encontram.

Além das vítimas repetitivas, locais, *modus operandi*, entre outras tendências, poderão ser identificadas, da mesma forma, a utilização do teorema será cabível, sendo adaptada a todas as formas, buscando uma aplicação do policiamento com resultados cada vez mais expressivos.

Por fim, a última etapa do problema está voltada à Avaliação das respostas aplicadas, ou seja, avaliar a efetividade da resposta escolhida, podendo utilizar um viés tradicional (numero de prisões, redução do numero de ocorrências, tempo de resposta para ocorrências na área) como também utilizar números menos tradicionais (redução do medo, o aumento de satisfação da população com o serviço da polícia).

Esses métodos citados são ferramentas e formas mais tradicionais de olhar para o problema e resolvê-lo. São utilizados e testados no meio policial há alguns anos, entretanto, a complexidade da sociedade e dos problemas exigem a cada dia uma evolução da polícia e dos sistemas relacionados a solução da criminalidade. Uma ferramenta mais recente esta ligada ao avanço tecnológico e a criação de bancos de dados, que geram às polícias, um novo desafio de realizar o correto processamento desses dados.

Para efetivação dos métodos acima citados, a Análise de Dados se torna a cada dia uma ferramenta mais útil e essencial ao serviço policial. Entender essa ferramenta é extremamente importante para realização da vinculação entre Análise Criminal e Planejamento do Policiamento Ostensivo.

Os bancos de dados policiais contam com milhões de informações, e gerir todos

esses dados é um desafio. A utilização de softwares capazes de analisar tendências temporais, espaciais, entre outras, e conseguir tabular essas informações para serem utilizadas na identificação dos problemas criminais são formas de embasar a aplicação do policiamento. Da mesma forma, se utilizar dessas ferramentas geram possibilidades de melhor gerir os meios e tornar o policiamento mais eficiente.

Hoje em dia negócios devem ser mais lucrativos, reagir mais rapidamente e oferecer produtos e serviços de maior qualidade, e ainda fazer tudo isso com menos pessoas e a um menor custo. Uma exigência essencial nesse processo é a criação e o gerenciamento de conhecimento eficaz. Não há falta de informação, mas escassez de conhecimentos. Como disse Tom Peter em seu livro *Thriving on Chaos*, “Estamos nos afogando em informações e famintos por conhecimento (HAIR, BLACK, BABIN, ANDERSON E TATHAM, p .23, 2009).

Os mais diversos dados estão disponíveis nos bancos policiais do Estado do Paraná, que conta com um banco de dados unificado entre as polícias com um nível alto de qualidade quando comparado com outros Estados. É possível analisar diversas informações importantes para o policiamento, como, por exemplo, tendências de vitimização, hot spot, horários de maior incidência criminal, entre outros dados quantitativos e qualitativos extremamente importantes para o planejamento do policiamento.

Técnica de análise multivariada são populares porque elas permitem que organizações criem conhecimento, melhorando assim suas tomadas de decisões. Análises multivariadas se referem a todas as técnicas estatísticas que simultaneamente analisam múltiplas medidas sobre indivíduos ou objeto sob investigação. (...). Para ser considerada verdadeiramente multivariada, todas as variáveis devem ser aleatórias e inter-relacionadas de tal maneira que seus diferentes efeitos não podem ser significativamente interpretados em separado (HAIR, BLACK, BABIN, ANDERSON E TATHAM, p .23, 2009).

Olhar para os dados de segurança pública é olhar para os chamados da população, para as carências e demandas que a população expôs para as forças policiais como problemas que lhes incomodaram. Infelizmente nem todos os dados criminais são registrados, dessa forma se faz necessário uma pesquisa de vitimização para identificar cifras ocultas e gerir esforços para desenvolver medidas para reduzi-lás cada vez mais, buscando banco de dados sempre com a maior qualidade possível.

A qualidade da informação que entra nos bancos de dados para as análises criminais é refletida nos estudos que serão realizados. Se as informações colocadas no sistema são de má qualidade, os estudos também serão de má qualidade. Esse será o primeiro passo para

conseguir ter um banco de dados confiável.

A partir do momento que se cria um banco de dados, e do que pode ser feito com ele, diversas informações importantíssimas para o policiamento podem ser retiradas desses bancos. Entretanto, em muitas unidades policiais essas informações permanecem inacessíveis e o policiamento é realizado de forma empírica.

Quando uma instituição não possui capacidade analítica, as informações brutas (dados) que ela recebe permanecem sem tratamento, não se completando o ciclo da produção de conhecimento necessário para a lapidação do dado bruto, conseqüentemente as informações que poderiam ser úteis para a gestão serão perdidas nos sistemas de arquivos inviabilizando a correta orientação e assessoramento do gestor (MAGALHÃES, p. 2, 2007).

Para trabalhar os dados estatísticos disponíveis nos bancos de dados policiais, o Analista Criminal deverá processá-los para que eles se tornem informações e que sejam apresentados ao seu público alvo facilitando o entendimento dos levantamentos realizados, através de gráficos ou mapas

Neste sentido, se torna necessário transformar os dados brutos num conjunto de números organizados, que possam ser usados para demonstrar o comportamento do fenômeno estudado.

- **Estatísticas Descritivas:** possibilita a apresentação de dados quantitativos de forma manejável, viabilizando a descrição das variáveis, através de tabelas e gráficos.
- **Estudo Temporal:** tem como objetivo verificar a existência de tendências, sazonalidade (ciclos), além da identificação de padrões do fenômeno no tempo (horas, dias, meses, anos). Nos estudos de segurança pública deve-se sempre lembrar que ao se comparar os dados do verão com os do outono anterior, provavelmente, será encontrado um crescimento, devido ao fato de que o verão tende a ser mais violento. Mas na comparação dos dados de um verão com os do verão anterior (em vez de com os meses anteriores) a influência do próprio verão estará controlada.
- **Estudo Espacial:** descreve e visualiza distribuições espaciais, descobre padrões de associação espaciais e identifica observações atípicas. Pode avaliar a variação geográfica na ocorrência de um fenômeno, visando identificar diferenciais de risco e orientar a alocação de recursos. Estudo Espaço-Temporal: analisa o fenômeno a partir das duas metodologias acima. Pode, por exemplo, acompanhar a incidência de algum tipo de crime por bairro variando a cada hora de um dia, percebendo qual o local e o horário de maior incidência daquele crime. (BORGES, p. 3, 2008).

Para propor uma metodologia dos setores de análise criminal, a análise de dados é um conhecimento básico necessário para proporcionar liberdade ao analista criminal, facilitando seu trabalho, não o deixando preso a informações pré-moldadas de determinados sistemas.

Os levantamentos criminais possuem uma metodologia aplicada que possibilita realizar comparações, identificar tendências e estabelecer aumentos ou reduções criminais, sendo o primeiro passo do fluxo a informação, que terá um caráter extremamente importante considerando que os próximos passos estão baseados nestes levantamentos estatísticos iniciais. A função dos analistas dentro do setor de análise criminal deve ser dinâmica e eficiente, devendo ser estabelecido o caminho que os levantamentos e a produção do conhecimento terão, tanto dentro do próprio setor, quanto no contato com a tropa que realizará o policiamento ostensivo. Tais ações devem acontecer de forma rápida, sistemática e cíclica.

Os sistemas de informação contêm informações sobre lugares, pessoas e assuntos de interesse no ambiente ao redor da organização e dentro da própria organização. Esses sistemas transformam a informação no sentido de facilitar a análise e visualização de assuntos complexos e a tomada de decisão, e o fazem através de um ciclo de três atividades básicas: entrada, processamento e saída.

Pinheiro (2001) caracteriza essas três atividades da seguinte forma:

- Entrada (ou input): envolve a coleta ou captação de fontes de dados brutos de dentro de uma organização ou de seu ambiente externo.
- Processamento: conversão dessa entrada bruta em uma forma mais útil e apropriada. O processamento pode envolver cálculos, comparações e tomadas de ações alternativas, assim como o armazenamento de dados para uso futuro.
- Saída (ou output): envolve a transferência da informação processada às pessoas ou atividades que a utilizarão. Os sistemas de informação também armazenam informação sob várias formas, como documentos, relatórios e dados de transações. Em alguns casos, a saída de um sistema pode se transformar em entrada de outro sistema (BORGES, p. 3, 2008).

Além de processar os dados corretamente, é essencial a utilização de ferramentas, softwares voltados ao mapeamento criminal e o georeferenciamento, tendo em vista a possibilidade de facilitar o olhar sob aquele dado, aquela informação fornecida, que muitas vezes nem tabelas e nem gráficos darão essa possibilidade.

Olhar os mapas pode trazer uma nova interpretação do dado, identificando problemas que, se expostos de outra forma, não seriam facilmente identificados. Pode identificar e demonstrar de uma forma visualmente facilitada diversas informações, das mais básicas às mais complexas. Quando mapeamos determinados tipos de crime, como estupros, para analisar as dinâmicas locais que podem influenciar referida movimentação criminal e vulnerabilidades locais que possam proporcionar o cometimento do crime, os mapas são uma ferramenta muito boa.

Uma experiência na cidade de Maringá nesse caso, analisou estupros que ocorriam na cidade e se concentravam em dois pontos e horários, quando ocorriam no início da noite estavam concentrados na área central, quando ocorriam no início da madrugada estavam

concentrados na região da Vila Morangueira. Ao analisar o mapa e o ambiente em que ocorriam foi possível identificar proximidades com o Terminal urbano (no centro) e com pontos de ônibus (na Vila Morangueira). Em contato com as vítimas foi confirmado que o indivíduo estava a pé, sendo possível identificar que o mesmo autor estava envolvido nas situações de estupros e com as características vistas no mapa, foi possível identificar que a residência do autor estava na Vila Morangueira, devido a movimentação que ele executava.

O presente trabalho desenvolverá em suas propostas, de forma prática, a aplicação desses métodos e utilização deles para análises criminais e estudos de criminalidade, identificação do problema, planejamento do policiamento, bem como avaliação das medidas tomadas, no âmbito da Polícia Militar do Paraná (PMPR).

Visando como o exemplo acima, informar o policial sobre o problema, com detalhes que possibilitem um patrulhamento eficiente. No caso acima referenciado o autor dos estupros foi preso e reconhecido por 18 mulheres como autor dos crimes.

Para conseguir realizar análises eficientes, novas tecnologias, novos métodos de olhar os dados foram se estabelecendo, Análise de Dados, Mapeamento Criminal, que podem embasar um método descritivo do problema. O qual ainda pode ser aprimorado para Análises Multivariadas, utilização do Coeficiente de Person para análise de correlação, Perfil Geográficos na identificação de autores e as mais avançadas técnicas de processar dados e realizar comparações, identificações e avaliações de eficiência dentro de um método científico, voltados à criminalidade.

Ou seja, muito ainda pode evoluir na realidade brasileira e na PMPR a respeito de estudo de criminalidade e aprimoramento na aplicação do policiamento ostensivo, buscando constantemente identificar e solucionar problemas, trazendo mais segurança a população.

3. TEORIA GERAL DOS SISTEMAS POLICIAIS MILITARES E ESTRUTURA DO SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL

3.1 TEORIA GERAL DOS SISTEMAS POLICIAIS MILITARES

Esse capítulo está ancorado em uma visão sistêmica do Policiamento Ostensivo, baseada na Teoria Geral de Sistemas da Administração. Realizando uma análise das diversas variáveis que estão ligadas ao planejamento do policiamento ostensivo, considerando-as relacionadas e interdependentes. Essa visão proporcionará uma padronização dos procedimentos dentro do Setor de Análise Criminal proposto.

Existem hoje diversas teorias de policiamento trazendo formas de atuação policial, que surgiram de uma forma linear com o passar dos anos e em determinados momentos foram se anulando. O policiamento comunitário, por exemplo, muitas vezes é visto como um policiamento que veio para substituir o policiamento tradicional. Neste trabalho o que se propõe é uma visão sistêmica e cíclica, considerando os sistemas em que o policiamento ostensivo está inserido, bem como os subsistemas que o compõe.

A Polícia Militar pode ser vista como um Sistema Aberto, em que existe a Entrada (Crime – Registros Policiais e Cifras Ocultas), que são processados (Planejamento do Policiamento para prevenir a ocorrência dos crimes) e resulta em uma saída (Índices de criminalidade e Avaliação do Policiamento aplicado) que resultam em mudanças dentro da própria organização com foco em atingir um policiamento mais eficiente, ocorrendo então uma retroalimentação do sistema.

Figura 3 – Sistema de Processamento de Ocorrências da Polícia Militar do Paraná



Fonte: Produção da Autora

A instituição trabalhará dentro de Níveis organizacionais (Estratégico, Tático e Operacional), que respectivamente resultarão em medidas estratégicas – a longo prazo -, táticas – médio prazo- e operacionais – curto prazo-. Sendo o foco dessa pesquisa a aplicação do policiamento ostensivo em ações táticas e operacionais, que serão desenvolvidas no Setor de Análise Criminal com metodologia própria.

Figura 4 – Sistema de Processamento de Ocorrências de uma Cia na PMPR



Fonte: Produção da Autora

Dentro da Entrada, Processos e Saída existem subsistemas que também são interdependentes e relacionados, compostos por diversos atores que influenciam no acontecimento de cada um dos itens. O objetivo será desenvolver o planejamento do policiamento ostensivo, com base na Análise Criminal, em um processo de análise de dados, planejamento, aplicação e avaliação das ações policiais.

Quando olhamos para o subsistema Policiamento Ostensivo temos diversas teorias que direcionaram as formas de aplicação do policiamento que em determinadas situações serão mais ou menos eficientes dependendo da análise e da tomada de decisão do gestor.

Figura 5 - Visão Sistêmica das Teorias e Ferramentas do Policiamento Ostensivo



Fonte: Produção da Autora

Essa visão é extremamente importante de se entender quando começam a ser padronizados os processos dentro de um Setor de Análise Criminal, não há em momento algum a escolha de somente uma forma de olhar a criminalidade e as teorias de policiamento, mas sim serão escolhidos conforme o caso concreto, a melhor técnica para solucionar aquela incidência criminal, buscando eficiência na aplicação do policiamento, tanto na prevenção daquele crime quanto na perpetuação da redução daquela incidência.

Esse olhar sistêmico se aplica em todas as etapas do processo, ao identificarmos um problema criminal, como por exemplo, diversos furtos em determinada região que antes era tranquila (efeito). Deve-se analisar o que pode gerar essa alteração criminal, podendo ser identificado através de filmagens, por exemplo, se tratar do mesmo indivíduo cometendo os furtos (causa). O Teorema de Pareto, novamente é muito interessante de ser utilizado, 20% dos indivíduos são responsáveis por 80% dos problemas criminais, é comum identificar alterações criminais resultado da ação de um único indivíduo, e como nós lidamos com isso?

Se olharmos somente dentro dessa visão linear, causa e efeito, o olhar está voltado somente em atuar na prisão desse indivíduo, ou seja, retirá-lo daquele ambiente e restabelecer o status anterior. Ao ter uma visão sistêmica, entende-se que esse indivíduo faz

parte de diversos outros sistemas (familiar, social...) e identifica-se o que leva esse indivíduo ao cometimento de crime. Muitas atuações não serão realizadas unicamente pela polícia, mas sim por uma REDE de atores, neste caso o rapaz sendo usuário de drogas, que em uma recaída, voltou a morar na rua e cometer furtos para sustentar seus vícios. A necessidade de uma ação social e de saúde junto com uma atuação policial é mais eficiente. É necessário pensar medidas a curto e médio prazo para conseguir solucionar o problema, podendo ser medida de policiamento: a atuação direcionada e preventiva da equipe policial para que os furtos não aconteçam e ao mesmo tempo exista uma medida externa ao policiamento: ação do município na área de assistência social e saúde para conseguir tirar esse indivíduo das drogas.

Prender o indivíduo resolve o problema a curto prazo, entretanto em algum momento ele será solto e se não for trabalhado todo o sistema que influencia no cometimento do crime, ele voltará a delinquir, fato que demandará novamente o policiamento e gera uma sensação de “enxugar gelo” tanto dos policiais, quanto da sociedade que volta a ter problema ou também do judiciário que será novamente acionado e assim por diante. O caso relatado acima é um fato real que ocorreu na cidade de Maringá e que é constantemente identificado nas mais diversas cidades.

3.2 ESTRUTURA DO SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL

Para realizar o trabalho acima referenciado, no âmbito da Polícia Militar, será proposto uma Estrutura a ser aplicada em um Setor de Análise Criminal dentro de uma Companhia Policial Militar no Estado do Paraná.

A composição do Setor sugerida é: Analistas Criminais, Analistas de Projetos, Analistas de Inteligência e Chefe do Setor. Essa estrutura pode ser maior ou menor conforme o tamanho do município e a demanda criminal, podendo as funções serem desenvolvidas de forma individual, por mais de um policial ou ainda o mesmo policial desenvolvendo mais de uma ação.

O Analista criminal é responsável por realizar o levantamento estatístico, trabalhar com bancos de dados, software para mapear crime, identificar tendências, realizar análises periódicas, realizar o acompanhamento e avaliação do planejamento do policiamento, ou seja, trabalhar de forma quantitativa com diversos bancos de dados.

O Analista de Inteligência será responsável por qualificar os dados, ao identificar um problema essa equipe fará um levantamento *in loco* para analisar vulnerabilidades de

ambiente e vítima, bem como, possíveis especializações do criminoso, ou se existe alguma característica (vídeos, *modus operandi*) entre outras, que possam estabelecer uma tendência. Também realizarão a gestão da informação dentro da companhia, levando para os analistas criminais informações importantes das equipes de rua e da mesma forma levar para as equipes de rua informações importantes do Setor de Análise.

O Analista de Projetos realizará projetos de policiamento orientado a solução dos problemas criminais, conhecido mundialmente como POP, irá considerar variáveis sociais, econômicas, entre outras, para entender por completo o problema, olhando para a alteração também de uma forma sistêmica, não atribuindo somente causa e efeito, mas sim, entendendo que o problema criminal é composto por diversas questões que influenciam no resultado final crime e irá buscar soluções com base nessas constatações planejando a aplicação do policiamento e medidas externas ao policiamento, junto com o Chefe do Setor e Comandante da Companhia PM.

O Chefe do Setor de Análise Criminal deverá ser um Oficial experiente, minimamente 1º Tenente, que tenha trabalhado em funções operacionais, que entenda da aplicação do policiamento, bem como, das dinâmicas sociais para conseguir dentro dos projetos, estabelecer corretamente as variáveis que incidem naquele problema para criar as “hipóteses” e qual forma de policiamento ostensivo ou medida externa ao policiamento que resultarão em prevenção criminal e farão com que essa dinâmica criminal não volte a acontecer. Essa função poderá ser exercida pelo SubComandante da Companhia.

Na sequência, é apresentada uma sugestão de estrutura para uma companhia policial militar de uma cidade como Maringá, com média de 400 mil habitantes.

Tabela 1 – Tabela de Funções do Setor de Análise Criminal

Função	Quantidade de Policiais
Chefe do Setor	1 Oficial
Analista de Projetos	1 Sargento
Analista Criminal	2 Soldados
Analista de Inteligência	4 Soldados
TOTAL	8 Policiais Militares

Fonte: Produção da Autora

Importante frisar que a estrutura do Setor pode se alterar dependendo do tamanho da companhia policial militar, podendo um mesmo policial exercer mais de uma função e realizar os processos a seguir cumulativamente.

3.3 SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL

As instituições de Segurança Pública possuem a difícil missão de gerir os meios do Estado em busca de garantir a ordem pública, no caso da Polícia Militar, o principal foco deve ser a prevenção de crimes. Realizar um planejamento eficiente para atingir esse objetivo demanda do gestor que ele tenha um olhar crítico acerca das dinâmicas sociais e criminais e esteja subsidiado de análises criminais de qualidade, para conseguir realmente entender o problema criminal substantivo e focar seus meios para uma resolução criativa e duradoura. Questões criminais são complexas e dificilmente uma única ação resolverá, o associativismo territorial dentro de uma visão geral de governança ajuda a administração a conseguir suprir demandas muito maiores do que seus meios e o primeiro passo deverá ser a identificação dos principais problemas que serão trabalhados.

A Aplicação do Policiamento Ostensivo com ênfase a ações preventivas é um grande desafio para os gestores de segurança pública. Conseguir transformar os meios disponíveis e desenvolver ações estratégicas e orientadas a solução dos problemas criminais dependem de um bom assessoramento dos gestores para as tomadas de decisões. Um instrumento muito versátil que pode ser utilizado é a Análise Criminal, que funciona como uma ferramenta operacional para o planejamento de Ações Operacionais, dentro da vertente da Análise Criminal Administrativa (ACA) e Tática (ACT). Será necessário para isso realizar análises criminais periódicas e desenvolvidas com uma metodologia específica que possibilite a identificação dos problemas criminais, de forma quantitativa e qualitativa, disponibilizando ao gestor informações precisas para o correto direcionamento do policiamento ostensivo.

Levantamentos estatísticos somente não suprem as demandas da Aplicação do Policiamento Ostensivo, pois os números levantados facilmente podem gerar conclusões equivocadas e ações ineficientes das equipes policiais militares. Análises de vulnerabilidades e estudos do *modus operandi* do criminoso, por exemplo, influenciam sobremaneira a tomada de decisão do Comandante para o desenvolvimento de ações policiais ou de medidas externas ao policiamento.

Hoje as estruturas policiais muitas vezes dividem o policiamento por áreas por todo o terreno de sua responsabilidade e simplesmente aguardam acionamentos via 190. Em algumas localidades um pouco mais atualizadas são usados relatórios estatísticos para realizar um direcionamento superficial dos problemas, entretanto, os problemas não são analisados a fundo, muito menos qualificados e ações em Rede para busca de soluções duradouras não são realizadas de forma padronizada pela Polícia Militar. Os locais que se dedicam a realizar

ações mais integradas realizam por iniciativa própria do comandante sem haver direcionamentos e padronização de procedimentos em âmbito institucional.

Estudos de Criminalidade bem desenvolvidos, com informações de qualidade, produzindo conhecimento científico, quando aliados a criatividade das instituições policiais para solucionar os problemas criminais, aumentam drasticamente a eficiência das organizações estatais envolvidas na segurança pública e potencializam a eficácia de seus meios.

O setor de Análise Criminal, no âmbito Policial Militar, proposto neste trabalho tem como principal função analisar os problemas criminais de uma localidade, realizar estudos de criminalidade e propor soluções técnicas voltadas à aplicação do policiamento ostensivo e mobilização da rede envolvida na questão.

O primeiro objetivo é realizar análises quantitativas para conseguir traçar e identificar o principal problema, a primeira base a ser utilizada no caso da Polícia Militar do Paraná, será os bancos de dados do Boletim Unificado, os quais contém inúmeras informações sobre os crimes que aconteceram, como horário, local, características das vítimas, dos autores, entre inúmeras outras.

A partir do momento que se estabelece uma linha de qual é o problema criminal de forma quantitativa existe a necessidade de qualificar essa informação para conseguir estabelecer de forma mais profunda os tipos de tendências criminais que se aplicam aquela realidade, transformando informações primárias em secundárias e terciárias.

Existem tendências criminais que somente serão possíveis de serem identificadas hoje com a leitura dos históricos dos Boletins de ocorrência, como por exemplo, *modus operandi* de um mesmo criminoso (Hot Dot), detalhes sobre vulnerabilidades das vítimas ou do ambiente utilizada pelos criminosos, ou seja, informações *qualitativas*. Esse trabalho deve ser *meticuloso e padronizado* para atingir a qualificação dos dados de forma satisfatória e se transformar em informações que subsidiarão as estratégias operacionais para aplicação do policiamento.

As estratégias de policiamento resultam na aplicação do policiamento ostensivo e para conseguir analisar de forma científica a eficiência do planejamento realizado é necessário um acompanhamento durante a aplicação e uma avaliação dos resultados seguindo uma metodologia.

O desenvolvimento dos passos citados será esmiuçado dentro de cada função do setor, de cada tipo de processo sugerido e no fluxo da informação que pode ser utilizado.

Setores de Análise Criminal hoje não existem nas Companhias da Polícia Militar do

Paraná, este trabalho propõe a criação destes setores voltados para aplicação do policiamento ostensivo, com um viés de utilização da Análise Criminal Tática e Administrativa, com pouca utilização da Análise Criminal Estratégica, utilizada muitas vezes em escalões superiores ao das Corporações Policiais.

A proposta visa acrescentar nos Quadros Organizacionais (QO) os setores vinculados às Companhias Policiais Militares (Cia PM), para subsidiar a tomada de decisão do Comandante da Cia PM na aplicação do policiamento e ainda criar conhecimento a respeito daquela localidade e seus problemas criminais, gerando então um banco com informações a respeito do policiamento ostensivo da cidade ou região.

Devido as alternâncias naturais de Comandantes de Cia (os quais são responsáveis pelo planejamento do policiamento ostensivo em uma região), muito conhecimento a respeito da aplicação do policiamento acaba se perdendo com o antigo comandante havendo a necessidade de que o novo comando inicie do zero a busca de informações sobre a criminalidade daquele local, não havendo registros sobre aplicações anteriores do policiamento, experiências bem ou mal sucedidas e características gerais da cidade e da criminalidade de forma qualitativa.

Análises quantitativas são uma boa base para iniciar uma análise criminal, entretanto, para que relatórios estatísticos se tornarem efetivos quanto a aplicação do policiamento, é necessário aprofundar e qualificar essas informações. Na qualificação da informação constará: análises de ambiente, vítimas, autores, coleta de informação com a tropa que trabalha naquela localidade, entre outras, com ênfase em uma aplicação do policiamento mais direcionada e qualificada, buscando maior eficiência. Todas essas informações e análises precisam ser realizadas de forma tempestiva, devido a dinâmica criminal sofrer muitas influências e migrações, ou seja, a dinâmica geral de um setor de análise deve ser ágil, desburocratizada e muito dinâmica, para se tornar efetiva dentro de um viés preventivo.

Desta forma, sugere-se que o Setor tenha vínculo direto com o Comandante de Companhia, o responsável pela tomada de decisão a respeito do policiamento ostensivo. Ou seja, quem efetivamente necessita de forma dinâmica, condensada, metódica e direcionada do conhecimento produzido pelo Setor de Análise Criminal. Estando ligado ao Setor de Planejamento (P3) da OPM o Setor assumirá um caráter estratégico voltado a subsidiar o Comandante da OPM, realizando relatórios estatísticos somente com dados quantitativos, os quais, ao serem utilizados para aplicação do policiamento podem incorrer em erros, ou ainda realizar as análises de forma intempestivas, não atingindo o fim de se tornar aplicação do policiamento ostensivo direcionado e eficiente.

Ao analisar os processos do setor para realização de análises criminais de qualidade, e efetivamente atingir o objetivo de produção de conhecimento é possível entender de forma mais clara ainda a sobrecarga que este setor poderia trazer à P3 da OPM e as dificuldades de suprir as demandas de forma tempestiva. E ainda, os benefícios trazidos por todas essas informações devem estar próximos à tropa e acessíveis diretamente ao Comandante de Companhia, o qual é responsável direto pelo planejamento do Policiamento Ostensivo e contatos com as redes locais.

O Setor de Análise Criminal dentro de uma Companhia Policial Militar tem um viés Operacional e não estratégico, a proximidade com a tropa e a troca rápida de dados e informações sem atravessadores é essencial para subsidiar os estudos realizados. O conhecimento da localidade, da criminalidade, do comportamento humano, entre outros, são variáveis que influenciam de forma direta na produção eficiente de conhecimento. Grande parte desses dados está com cada policial sem estar compilado e tratado em nenhum banco de dados. Trabalhar todas essas informações e produzir conhecimento dando um retorno dessas análises à tropa potencializa o policiamento ostensivo realizado, que acontecerá de forma direcionada e não aleatória, com um fluxo constante de informação.

Analistas de Inteligência buscam dados com os policiais de rua que passam o que sabem sobre suas áreas, sendo repassado esse material aos analistas criminais. Estes produzem análises criminais ao condensar e tratar todos esses dados e retornam em forma de conhecimento aos policiais de rua, direcionando o policiamento ostensivo.

Verificando ainda a realidade das Companhias Policiais, os Setores de Análise Criminal ainda podem ser ramificados aos Destacamentos Policiais, fortalecendo a figura do Sargento na Corporação, utilizando os mesmos processos, entretanto, com demandas menores, poderá este concentrar funções, mantendo a metodologia necessária para análise dos dados.

A figura do Sargento se torna também importante nas companhias policiais militares, por estarem ao mesmo tempo direcionando, planejando e executando as demandas do Comando de Cia nas ruas. Reforçando ainda mais a necessidade de fortalecer essa figura dentro da corporação como um elo importante entre as análises criminais e a disseminação e execução do planejamento do policiamento ostensivo.

Algumas pessoas confundem Análise Criminal e Investigação Policial, entretanto, a busca de informações e produção de conhecimento, no caso das Polícias Militares, serão a base para a aplicação eficiente do Policiamento ostensivo e a Prevenção de crimes e não o foco na investigação de um crime específico. A Análise Criminal tem um olhar muito mais

amplo em relação ao problema criminal.

Analisando o panorama policial do estado do Paraná sugere-se então os Setores de Análise Criminal vinculados às Companhias Policiais Militares, com subordinação direta aos Comandantes de Cia e subordinação técnica às P3 da OPM, acreditando ser importante um debate dentro de uma comissão para ser possível englobar as peculiaridades de cada região.

Este trabalho tem como foco principal estabelecer sugestão de estrutura básica, processos e procedimentos práticos para produção de conhecimento de Análise Criminal e aplicação desses conhecimentos na aplicação do Policiamento Ostensivo a serem debatidos pela comissão.

4. METODOLOGIA E PROCESSOS DO SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL

“Without Data you’re just another person with a opinion — Sem dados você é somente mais uma pessoa com uma opinião. Tradução própria W. Edwards Deming.”

Para desenvolver a metodologia geral do Setor de Análise Criminal proposto, este Capítulo traz separado por funções e processos a forma que serão desenvolvidas as análises, planejando o policiamento e como isso resultará em produção de conhecimento, sendo todo esse processo avaliado em relação a sua eficácia. Então, a linha mestre a ser seguida será: Análise, Planejamento do Policiamento, Produção do Conhecimento e Avaliação.

4.1 FUNÇÕES DO SETOR DE ANÁLISE CRIMINAL

No Setor de Análise Criminal existem processos e procedimentos que precisam ser realizados de forma padronizada e metodológica, desta forma, existem características inerentes a cada uma das funções (analistas criminais, analistas de inteligência, projetista e comandante do setor), sendo percorrido a seguir de forma particularizada a respeito de cada um dos processos que será responsável cada integrante desta equipe.

As funções acima referidas poderão ser realizadas por diferentes policiais ou condensadas em uma única figura, o que determinará essa questão é a quantidade de dados que é tratado naquela localidade. Quanto mais dados, menor o período de análise e mais policiais para realizá-la e quanto menor a quantidade de dados maior o período de análise e menos policiais são necessários para realizá-la.

As funções e os processos realizados no setor não poderão ser engessados, precisam

se adaptar à realidade de cada localidade, entretanto, uma base pré-estabelecida deve ser seguida para que as análises realizadas sejam compatíveis e falem a mesma língua em todo o Estado e ainda seja utilizado o mesmo padrão de planejamento do policiamento ostensivo, hoje realizado de forma empírica, com base muitas vezes na vontade de cada comandante de companhia.

4.1.1 Analista Criminal

O Analista Criminal muitas vezes é visto como um policial que é responsável pelo levantamento de dados, confecção de relatórios, tabelas, gráficos, alimentador de sistemas, ou seja, que desenvolve uma gama de serviços burocráticos, que muitas vezes se quer são utilizados de forma efetiva.

Essa visão é equivocada, a função do Analista Criminal é muito mais ampla, além de tratar com dados e relatórios, este deve conhecer os policiais, a criminalidade, a localidade onde trabalha e suas dinâmicas.

Os levantamentos realizados precisam ser bem direcionados e utilizados como base para a aplicação do policiamento ostensivo. O conhecimento desenvolvido dentro de um setor de Análise Criminal deve ser dinâmico e tempestivo, acompanhando a migração da criminalidade e rapidamente subsidiando o seu comandante, bem como, fornecendo informações qualitativas para os policiais envolvidos na execução do policiamento ostensivo. Havendo a necessidade de um vínculo próximo entre o tomador de decisão responsável pela aplicação do policiamento e o analista criminal.

Importante ainda reforçar que os sistemas policiais devem funcionar em benefício do usuário, não podendo o usuário trabalhar em função do sistema, ou seja, os sistemas precisam ser eficientes para possibilitar o trabalho do analista, para que os levantamentos produzam resultados, e não se tornem relatórios intempestivos.

Quando uma instituição não possui capacidade analítica as informações brutas (dados) que ela recebe permanecem sem tratamento, não se completando o ciclo da produção de conhecimento necessário para a lapidação do dado bruto, conseqüentemente as informações que poderiam ser úteis para a gestão serão perdidas nos sistemas de arquivos inviabilizando a correta orientação e assessoramento do gestor (MAGALHÃES, p. 3, 2007).

Cada batalhão, companhia ou destacamento policial militar terá uma demanda específica que é influenciada pela quantidade de ocorrência, população da cidade, população

flutuante, efetivo policial, renda per capita, IDH, índices de criminalidade, localização espacial, entre diversos outros fatores, precisando o analista se adaptar a estas peculiaridades, estabelecendo o período mais adequado das análises para conseguir desenvolver o seu trabalho de forma eficiente e tempestiva.

Os problemas de criminalidade podem ser verificados em uma cidade por dois vieses diferentes, o primeiro sendo os problemas crônicos daquele local e o segundo, problemas específicos (pontuais). Problemas crônicos entendem-se como os crimes característicos daquele ambiente, como por exemplo, problemas de furtos a residência em um determinado local que acontece durante todo o ano. Enquanto um problema específico se caracteriza por um problema pontual que aconteceu de forma esporádica, como por exemplo, uma cidade que não costuma ter muitos roubos a farmácia começa a registrar um aumento neste tipo de crime em determinado período.

Se as análises realizadas no setor não forem tempestivas, os problemas específicos que acontecem durante todo o ano e mudam rapidamente de característica não serão corretamente identificados.

O analista criminal utilizando corretamente os sistemas deve se antecipar e identificar o mais rápido possível as alterações, tendências e índices de criminalidade, para que a aplicação do policiamento seja rapidamente direcionada para solução daquele problema. A aplicação do policiamento muitas vezes gera o deslocamento espacial do crime e por isso o trabalho do analista é constante e perene, para que possa subsidiar a tomada de decisão dos gestores para mudanças de estratégias.

Os dados inseridos nos sistemas precisam ser filtrados, analisados e transformados em Informação pelos analistas criminais. O comandante da Cia possui diversas demandas como gestor e não tem a disponibilidade de analisar e processar esses dados, mas necessita desta informação pronta. Para processar esses dados o analista criminal deve realizar levantamentos periódicos possíveis de comparações para então conseguir determinar tendências e identificar problemas. Sendo assim, necessário utilizar sempre a mesma metodologia para busca e coleta de dados.

No sistema BOU (Boletim de Ocorrência Unificado) utilizado pela Polícia Militar do Paraná (PMPR), os crimes de furto serão separados por natureza em furto simples, furto qualificado e furto de coisa comum. A natureza poderá ser separada em natureza constata ou natureza tentada. E também dividida em natureza da chamada (feita via 190 pelo solicitante) ou natureza final (relatada no BOU pelo policial militar que atendeu a ocorrência).

A combinação desses itens gera consultas com resultados diferentes e muitas vezes

os gestores tentam comparar dados com bases diferentes. Dessa forma, é necessário que a própria instituição tenha um padrão metodológico, ou seja, para tratar de furtos, serão analisados “Todas as naturezas de furto, de crimes constatados e referentes à natureza final do boletim de ocorrência”. Assim, torna-se possível comparar dentro da mesma localidade o furto e saber se esta diminuindo ou aumentando e ainda comparar localidades e saber onde o furto é maior. Hoje em dia não temos um padrão institucional e muitas vezes análises realizadas em diferentes níveis da estrutura não são compatíveis.

Os sistemas não produzem conhecimento por si só, existe a necessidade de um analista criminal estudar estes dados, filtrar, formatar, transformá-los em informação e gerar conhecimento. O analista criminal buscará identificar tendências e padrões criminais para repassar aos gestores.

O que entendemos por padrões criminais? Os padrões criminais são as características identificáveis que se repetem em dois, ou mais, eventos criminais, em uma determinada série histórica, e que vincule, em tese, diversos eventos criminais entre si (MAGALHÃES, p. 2, 2007).

O analista criminal deve ter uma visão ampla dos dados trabalhados, não podendo buscar apenas um tipo de padrão criminal, existem diversas formas de olhar o crime para conseguir identificar padrões citados por BOBA, apud Magalhães:

Na identificação de padrões criminais, normalmente, as escolas anglo-saxônicas de análise criminal definem seis padrões criminais quando estudam a vertente da análise criminal tática:

- (i) **Series** – Vários crimes similares praticados contra um ou várias vítimas ou alvos. (Ex: Motoqueiros realizando roubos sequenciados em Postos de venda e combustíveis);
- (ii) **“Spree”** (Farra) – Frequência tão alta de ocorrências que aparenta ser atividade contínua, normalmente o agente criminoso ou quadrilha é única na sequência criminosa completa. (Ex: Furto de vários “cd players” em veículos no estacionamento de Show artístico);
- (iii) **“Hot Spot”** (Ponto Quente) – Localidade onde não ocorrem normalmente atividades criminosas constantes e por variáveis intervenientes passa a registrar um aumento anômalo de criminalidade. (Ex: Área residencial tranquila que passa a registrar vários furtos a residências em um determinado período – fenômeno que ocorre nas casas de praia em baixa temporada);
- (iv) **“Hot Dot”** (entidade quente) – São indivíduos (criminosos, vítimas ou testemunhas) que possuem relação direta com vários eventos criminosos (Ex: O porteiro do prédio que diariamente presencia pequenos furtos a transeuntes em frente a portaria do prédio em que presta serviços, é considerado um “Hot Dot”);
- (v) **“Hot Product”** (produto quente) – São produtos que se tornam potenciais alvos de criminosos. (Ex: Furto de aparelhos de telefonia móvel de transeuntes nos centros das grandes cidades; determinada marca e modelo de veículo) e finalmente;
- (vi) **“Hot Target”** (Alvo quente) – São os locais considerados alvos potenciais de

criminosos. (Ex: Postos de Combustível em determinada cidade) (BOBA, 2005 apud MAGALHÃES, p. 2-3, 2007).

Ao trabalhar com dados numéricos o analista criminal identificará os problemas de segurança pública da sua região, entretanto, essa primeira análise não é o suficiente para uma aplicação eficiente do policiamento, pois pode induzir a conclusões precipitadas e aplicação do policiamento de forma equivocada. Por exemplo, casos que são vistos durante o policiamento ostensivo, como, a incidência de diversos roubos a pessoa em uma via em determinado horário. Diversos são os motivos que podem estar gerando essa concentração criminal, tendo em vista que vulnerabilidades daquele ambiente podem estar influenciando no cometimento dos crimes. Um prédio abandonado sendo utilizado por usuários de drogas como moradia pode gerar naquela região roubos para que os usuários consigam dinheiro para suprirem seu vício.

A aplicação do policiamento ostensivo de forma isolada neste caso não é a forma mais eficiente para resolver o problema, mas sim, o acionamento de órgãos de saúde e assistência social, bem como acionamento dos órgãos municipais, visando gerar resultados duradouros para esse problema e não simplesmente a migração dessas pessoas para outro ponto.

Outra observação importante acerca dos levantamentos criminais está na experiência operacional que o analista possui, pois, para entender o crime trabalhado o policial precisará entender a dinâmica criminal daquela localidade para então conseguir formular cenários prospectivos e hipóteses coerentes das motivações criminais. Corroborando com o entendimento de Godstein citado por Souza.

Essas unidades deveriam ser formadas por uma equipe mista de policiais: tanto aqueles que trabalham nas ruas, quanto os que, na posição de liderança, gerenciam as unidades policiais, além de contarem com o suporte de pesquisadores acadêmicos. Isto proporcionaria uma mistura de talentos e uma oportunidade única de troca entre as experiências e o conhecimento prático das ruas, com a expertise estratégica das lideranças e os conceitos e teorias científicas dos acadêmicos. Nesse sentido, de acordo com Godstein (1990), os analistas se tornariam experts na solução de problemas com a habilidade de:

- Distinguir o que funciona e o que não funciona em termos de controle e prevenção de crime.
- Aplicar conceitos e métodos científicos na solução de problemas substantivos;
- Complementar os dados oficiais com fontes de informação alternativas, como, por exemplo, surveys de vitimização; entrevistas com agentes infratores; e dados de outras instituições.
- Tipificar e categorizar modalidades de crime de forma mais específica e explicar seus padrões e variação no tempo.
- Identificar as causas imediatas dos problemas de crime.

- Propor soluções para problemas identificados, optando por respostas alternativas que tenham efeito de longo prazo.
- Explicar e saber como evitar a imigração do problema e explicar a difusão de benefícios da intervenção.
- Identificar parceiros em potencial.
- Avaliar os custos e benefícios das intervenções;
- Avaliar e monitorar resultados (SOUZA, p. 98, 2008).

As características citadas do analista criminal são específicas e no livro 60 steps dos americanos Clarke e Eck, traduzido por Alessandro Souza Soares e Elenice de Souza, os autores citam como conhecimento básico que o analista saiba:

1. Você usa computação moderna e sabe como acessar e manipular base de dados.
2. Você sabe como usar software para mapear crime, identificar *hot spots*, e relacioná-los com dados demográficos e de outra natureza.
3. Você rotineiramente produz gráficos mostrando mudanças semanais ou mensais do crime ao nível do departamento e da área de policiamento local, talvez para apoiar operações de estilo-COMPSTAT.
4. Você está habituado a realizar análises em temas tais como, a relação entre endereços de infratores conhecidos e focos locais de furtos e roubos a carros e residências;
5. Você pode ter efetuado algumas avaliações antes-e-depois de *crackdowns* operações de policiamento intensivo para controle, por exemplo, de furtos de residências ou roubos de carros;
6. Você tem algum conhecimento básico de estatística e metodologia de pesquisa, como é fornecido num curso de ciências sociais (CLARKE, Ronald V.; ECK, John E., p 8).

Desta forma, fica clara a necessidade de capacitação dos policiais militares nesse tema pouco trabalhado na instituição na atualidade. Os policiais que estão nas ruas precisam entender essa dinâmica, assim como, os analistas que trabalharam diretamente com as análises e ainda os gestores que receberão este material. A conscientização do efetivo e a capacitação dos analistas é um passo extremamente importante para alcançar efetividade no tema.

4.1.2 Analista de Inteligência

O Analista de Inteligência é uma função amplamente utilizada desde os primórdios. Trabalhar com informações sobre seu oponente acontece desde a antiguidade. Na atualidade, inclusive no meio empresarial e financeiro, essa função é utilizada para realizar análises de concorrência, clientes, redes sociais e propor as estratégias de mercado que serão utilizadas.

No setor de análise criminal o analista de inteligência terá um papel semelhante de gestão de informação, recebendo os relatórios estatísticos dos analistas criminais, realizando a comparação com os dados e a realidade na rua, analisando vulnerabilidades de vítimas e

ambiente, por exemplo. O analista de inteligência será responsável por levar informações para a tropa, trazer informações para os analistas, irá agir sempre com base nas diretrizes do Comando da Cia e realizará análise criminal administrativa, tática e estratégica.

Dentro de um Setor de Análise Criminal uma das principais atividades está voltada à *qualificação* dos dados estatísticos transformando-os em conhecimento. Para o desenvolvimento desta função é essencial os mais diversos levantamentos realizados *in loco*. E quem realizará essa função será o Analista de Inteligência.

A análise criminal, como já visto, possui 3 classificações: Análise Tática (ACT), Análise Administrativa (ACA) e Análise Estratégia (ACE). Esta parte do setor terá influencia nas três etapas e deverá desenvolver um trabalho sistemático, metódico, flexível e dinâmico para conseguir suprir essas demandas e com vínculo sempre muito próximo do Comandante da cia, subsidiando-o a todo momento.

Essa missão difere da função de análise de inteligência realizada pela Agência Local de Inteligência (ALI) da unidade, que terá a missão de subsidiar a tomada de decisão do Comandante da Unidade e uma missão muito mais ampla, trabalhando em toda Unidade policial, assim como o setor de planejamento (P3) citado acima.

Os Analistas de Inteligência do setor de análise não realizarão as funções pertencentes às ALI's, mas manterão um contato constante com esses profissionais com foco em gestão de informações, e quando identificado no setor missões pertinentes, a esta seção será então solicitada atuação via canal de comando.

Primeiro voltado à ACT, a equipe produzirá a qualificação rápida das alterações criminais identificadas pelos Analistas Criminais, bem como demandas criminais que surjam por outros meios, como por exemplo, reclamações que chegaram ao Comando entretanto não foram registradas por nenhum órgão policial (cifras ocultas). Realizará ainda qualificação dos estudos de caso e dos projetos de policiamento orientado à solução do problema, mundialmente tratados como POP.

Na ACA, a equipe fará gestão de informação, talvez a missão mais importante, a coleta de dados com os policiais militares que realizam o policiamento ostensivo, o processamento desses dados no setor e a devolução para as equipes, fornecendo conhecimento que é o grande diferencial de um setor de análise com funções hoje já existentes na polícia militar, desenvolvidas pela P3 (realiza planejamento estratégico, levantamentos estatísticos...) ou P2 (que realiza ações de Inteligencia da OPM, produção de conhecimento e embasamento da tomada de decisão do comando da Unidade). A equipe atuará sempre dentro das diretrizes do comando e com um viés preventivo e nunca investigativo.

O analista de inteligência do setor de análise vai gerir as informações e retornar conhecimento para o patrulheiro realizar o policiamento ostensivo diário com o foco em realizar um policiamento proativo, em que o policial seja sempre munido de informação e previna crimes ao invés de somente se preocupar em atender chamados do 190, de crimes que já ocorreram.

Neste item a equipe retornará para o policial informações que os próprios policiais colocam no sistema, ou ainda conhecimento específico de cada policial que está na rua, mas voltará esses dados para tropa de forma tratada e direcionada conforme as linhas de trabalho da companhia. Ainda poderá trazer para o policial de área informações relevantes sobre o serviço, pontos vulneráveis, rotas de fugas, diversas outras informações que geram oportunidades criminais e que podem ser prevenidos pelas equipes de área, desde que saibam essas informações.

Na ACE os conhecimentos gerados a longo prazo, em POP's que lidem com problemas crônicos, e necessitam por vezes de desenvolvimento de políticas públicas para sua solução, ou para o desenvolvimento de trabalhos em rede, terão como base as qualificações apontadas pelos analistas de inteligência em seus relatórios estratégicos.

O tratamento de Big Data como são os dados criminais, com volumes qualificáveis, que necessitam de rápido tratamento, é missão complexa e precisa de policiais capacitados para realização, tanto nas consultas, relatórios e sistemas quanto na filosofia de análise criminal.

A função destas equipes não é investigar crimes ou localizar autores, mas sim produção de conhecimento voltado a subsidiar a tomada de decisão do comando da cia a respeito da aplicação do policiamento ostensivo. A cada hora, dia, mês, a quantidade de informação que vem surgindo dentro dos sistemas é maior, e a necessidade de equipes específicas para lidar com esses dados se torna mais necessária, não somente para olhar os números mas para trabalhar realmente o dado e transformá-los em conhecimento que produza um policiamento direcionado e eficaz.

Alguns tipos de levantamentos, como por exemplo, vulnerabilidade de ambiente ou vítima, *modus operandi*, coleta de dados em determinada região, entre outras, por vezes não poderão ser realizadas com equipes caracterizadas. Ao se utilizar equipes caracterizadas, esse fator influencia na atitude e na dinâmica criminal. Algumas pessoas se sentem mais à vontade em repassar informações a policiais não caracterizados, por terem medo de que criminosos vejam o contato com equipes policiais ostensivas, entre diversas outras questões.

Ao avistar uma viatura policial militar, diversas ações são esperadas dessa equipe,

tanto pela sociedade, como por outros policiais, entretanto, alguns comportamentos necessários na coleta de dados não são bem vistos, como por exemplo, fotografar casas e ruas, ficar por horas parados no mesmo ponto, buscando alguma informação com alguma vítima, analisando algum comportamento social ou aguardando algum tipo de movimentação. O fato de não se realizar o registro de Boletins para a população, como realizam as equipes de RPA, e diversas outras ações que tiram o foco de produção de conhecimento e levantamento de dados qualitativos para o Setor, coloca a equipe como mais uma equipe ostensiva realizando policiamento preventivo de forma ineficaz.

Desta forma, torna-se importante a discussão institucional a respeito da aplicação destes policiais de forma descaracterizada.

A equipe de análise de inteligência é o elo entre o sistema (setor de análise) e o mundo real, realizando análises de dados com técnicas multivariadas, gerindo Big Data não só de banco de dados virtuais, mas também de informações que não estão tabeladas.

4.1.3 Analista de Projeto

A produção do conhecimento é o passo final do setor de análise criminal, conseguir colocar todas as informações no papel, criar os projetos de policiamento, escrever as hipóteses e as estratégias de policiamento utilizadas, além de tabular os resultados obtidos, são etapas extremamente importantes para o setor.

Todo o trabalho realizado estará salvo ao serem escritos em forma de projetos de policiamento. Esse tipo de estratégia é utilizado mundialmente pelo POP Center, onde estão compilados diversos estudos de criminalidade, ações positivas e experiências.

Para o policial escrever projetos de policiamento, este necessita de conhecimento básico para entender os relatórios estatísticos, facilidade para escrever documentos, disponibilidade para acompanhar a execução do policiamento e compilar as alterações quando o policiamento não conseguir ser realizado.

Esse policial ainda precisa ter conhecimento básico sobre produção de projetos e avaliação. Além de ter contato direto com o Comandante da Cia para que conste no projeto o planejamento estratégico de policiamento utilizado de forma fidedigna. Por fim, essa função é melhor executada se realizada por sargento, o qual já possuirá experiência policial apurada para o desenvolvimento dessa função tão importante.

4.1.4 Chefe do Setor de Análise Criminal

É de extrema necessidade para um Setor de Análise Criminal, um Chefe para conseguir coordenar os trabalhos, manter o link com o Comandante de Cia, com os Comandantes de Equipe (ROTAM, ROCAM, CHOQUE...), com os Oficiais Coordenadores do Policiamento da Unidade (CPU) e acompanhar os levantamentos estatísticos ajudando a identificar os problemas.

Deverá ainda o Chefe do Setor de Análise acompanhar de forma aproximada a execução do policiamento, por vezes realizando patrulhamento e atendimento de ocorrência em coordenação das equipes de área para ser possível conhecer bem o ambiente que se está trabalhando e conseguir criar hipóteses dentro dos cenários prospectivos do POP, pois se o Oficial se afastar do policiamento este poderá gerar hipóteses que não condizem com a realidade e assim o direcionamento do policiamento será feito de forma errônea.

É comum perceber que policiais com pouca experiência muitas vezes conseguem identificar os problemas criminais, mas não têm experiência o suficiente para entender a dinâmica do crime e ainda entender a forma de solucioná-lo. Desta forma, é importante que o Comandante ou Chefe do setor de análise tenha experiência operacional para conseguir além de identificar os problemas, conhecer o contexto criminal e social acerca do problema.

Deverá ainda o chefe do setor garantir que a dinâmica dos serviços do setor de análise não perca o foco na linha que estão seguindo. Ao identificar uma alteração nos índices criminais é importante confirmar se realmente se trata de um deslocamento criminal ou somente uma alteração irregular que não se repetirá. Por exemplo, em determinada semana identificam-se furtos em determinados bairros que não ocorriam, realizar uma projeção direta sem considerar as variáveis a respeito daquela situação e simplesmente aplicar o policiamento pode gerar um policiamento ineficaz e desnecessário. Diversos fatores podem influenciar em uma alteração nos índices criminais, como, um evento em que muitos veículos estão estacionados na rua, ou um indivíduo que cometeu de forma sequencial vários furtos de forma aleatória naquele bairro. Ou seja, as variáveis que influenciaram o cometimento do crime naquele momento podem não se repetir na semana seguinte e simplesmente projetar estes dados e aplicar o policiamento pode gerar uma estratégia equivocada.

Ao realizar análise de risco e o planejamento estratégico voltado ao policiamento ostensivo, a utilização de cenários projetivos podem trazer erros na aplicação, sendo necessário a aplicação de cenários prospectivos, para serem então considerados diversos futuros possíveis, considerando as variáveis existentes, como descrito na confecção dos

projetos de Policiamento Orientado ao Problema (POP).

O Chefe do Setor de Análise tem a função de elo de ligação entre os subsetores, devendo este repassar as informações recebidas para todos. Os problemas identificados pelos Analistas Criminais serão repassados aos Analistas de Informação que realizarão os levantamentos que deverão retornar aos analistas, onde todas as informações vão para o subsetor de projetos e essa dinâmica não pode parar devido ao risco de se realizar uma análise intempestiva.

4.2 Processos, Padronização e Metodologia

Além de uma estrutura de pessoal, acima descrita como as funções dentro de um setor de análise criminal, a padronização de processos e o estabelecimento de uma metodologia se torna essencial em nível de Estado, para que todas as unidades e todos os níveis organizacionais se comuniquem corretamente a respeito dos dados estatísticos do Paraná.

Ao se utilizar uma metodologia e processos padronizados, o conhecimento produzido nos setores de análise pode ser utilizado não só pela PMPR, mas também por instituições acadêmicas, outras polícias, entre outros. A metodologia básica utilizada é o método IARA, criado especificamente para área de segurança dentro dos conceitos de Policiamento Comunitário, conforme referencial teórico disponibilizado ao final do trabalho. Poderá ser complementada ainda com metodologias de análise amplamente utilizadas, como, o Diagrama Ishikawa, Pareto, Brainstorming, entre outros.

A padronização dos procedimentos dentro desta metodologia ocorre conforme sugestão do fluxo da Informação logo abaixo referenciado, produzido pela autora deste trabalho.

4.2.1 Fluxo da Informação e Produção do Conhecimento

O fluxo da Informação sistematiza todos os processos executados no setor de análise criminal, desde levantamentos quantitativos até a produção do conhecimento e efetivamente a aplicação do policiamento, dando um panorama geral dos passos que serão executados para realização das análises criminais. O primeiro passo executado pelo Analista Criminal é a coleta e análise de dados, iniciando-se então a identificação do problema e o processo do fluxo de informação dentro do Setor. Acerca deste assunto, faz-se extremamente necessário

realizar algumas colocações sobre os dados disponibilizados para serem trabalhados.

Primeira questão é referente a qualidade dos dados, a informação produzida pelo analista criminal é diretamente relacionada a este quesito, se o sistema for alimentado de forma correta e com dados de qualidade, que cite nos boletins de ocorrências informações sobre os autores do crime, *modus operandi*, correto preenchimento de horário do fato e horário de registro de boletim, dentre outras informações, o relatório produzido terá a mesma qualidade.

Desta forma, é extremamente importante a conscientização das equipes policiais quanto ao correto preenchimento do Boletim de Ocorrência e o incentivo por parte do Comando para que se atinja este objetivo. Percebeu-se na prática do Setor que as melhorias mais rápidas que ocorreram nos preenchimentos de Boletins foram em casos onde a informação retornava para o próprio policial que preenchia os Boletins de Ocorrência. Por exemplo, o policial que faz o BOU registra informações de veículos suspeitos, disponibilidade de câmeras no local do crime, e os analistas trabalham esses dados e devolvem essa informação para a tropa que realizará o policiamento, fazendo uma lista de veículos suspeitos e regiões que estes circulam.

Ao perceber que as informações colocadas no Boletim de Ocorrência são de utilidade para o próprio policial na realização do seu patrulhamento tático, houve aumento na qualidade das informações descritas nos BOU's. O policial percebe que de fato as informações colocadas nos Boletins são lidas e possuem grande relevância, deixando este documento de ser somente mais uma burocracia que o policial deve preencher, tornando-se um canal de comunicação entre, sociedade, policial e setor de análise criminal.

Outra questão que influencia na qualidade da informação produzida é o tamanho da amostra trabalhada, infelizmente nem todas as ocorrências ocorridas se tornam Boletins de Ocorrência, tal fato pode ser proveniente de falta de iniciativa da população em registrar o boletim, evidenciando então mais um problema, pois muitas vezes a população deixa de registrar o Boletim por não acreditar na efetividade do Estado. Outra possibilidade é nos casos em que apesar de acionados os órgãos policiais não conseguem atender toda a demanda, seja de ligações via 190, seja de ocorrências abertas no sistema para atendimento. Gerando então um déficit na coleta de dados, de informações que não chegam até os Bancos de Dados Policiais.

Para conseguir saber exatamente o tamanho desta cifra em cada localidade, existe a necessidade de se realizar pesquisas de vitimização, as quais elucidam comportamentos sociais ainda não computados pelos órgãos de segurança, evidenciando com mais realismo o

problema criminal. Entretanto, um fato importante de se analisar é que muitas vezes a característica geral do problema se mantém quando é possível contabilizar os dados subnotificados, mantendo características básicas e aumentando números totais de ocorrência, por exemplo, roubos ocorridos em uma área comercial. Somente alguns crimes mais específicos que terão grande oscilação quando se consegue mensurar as subnotificações, por exemplo, crime de violência doméstica.

Quanto maior a amostra trabalhada nos estudos de criminalidade, mais próximo da necessidade real da população (universo) a aplicação do policiamento estará, desta forma, medidas externas ao policiamento também são iniciativas válidas, como por exemplo, em reuniões comunitárias ou em políticas de conscientização, explanar para a população a importância do registro policial e a dinâmica de estudos de criminalidade incentiva a população a realizar o acionamento das equipes via 190.

O novo Boletim de Ocorrência Unificado proporcionou a formação de uma base de dados única para a Polícia Civil e Militar, contudo as instituições pouco participam da produção do conhecimento decorrente dessa base de informação, como também não se preocupam com a qualidade da informação, o que demanda retrabalho, consultas complementares e depurações por parte dos analistas criminais. Para sobre as instituições policiais a falta de maturidade para o trabalho de forma unificada. Vaidades e medo do controle causam barreiras quase que intransponíveis à evolução do sistema de gestão. A falta de cultura do trabalho com indicadores e a não realização de planos estratégicos para nortear as ações futuras causam uma inércia que beira ao niilismo institucional, fenômeno visto em quase todas as instituições policiais brasileiras (BORDIN, LIMA, p. 17, 2012).

A Unificação dos Boletins de Ocorrências registrados pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, ajudou a aumentar a amostra trabalhada significativamente, possibilitando o acesso a um banco de dados mais completo. Ainda, o problema identificado pelo autor supracitado sobre produção de conhecimento é um dos objetivos trabalhados dentro do Setor de Análise Criminal.

Para trabalhar os dados estatísticos disponíveis nos bancos de dados policiais, o Analista Criminal deverá trabalhar com esses dados de forma que eles se tornem informações e sejam apresentados ao seu público alvo facilitando o entendimento dos levantamentos realizados.

Os levantamentos criminais possuem uma metodologia aplicada que possibilita realizar comparações, identificar tendências e estabelecer aumentos ou reduções criminais, sendo o primeiro passo do fluxo da informação, e terá um caráter extremamente importante considerando que os próximos passos estão baseados nestes levantamentos estatísticos

iniciais. A função do analista criminal dentro do setor deve ser dinâmica e eficiente sendo extremamente importante estabelecer o caminho que esses levantamentos e a produção dessas informações tomarão tanto dentro do próprio setor, quanto à chegada a tropa que realizará o policiamento ostensivo, devendo essas ações acontecerem de forma rápida e cíclica.

Os sistemas de informação contêm informações sobre lugares, pessoas e assuntos de interesse no ambiente ao redor da organização e dentro da própria organização. Esses sistemas transformam a informação no sentido de facilitar a análise e visualização de assuntos complexos e a tomada de decisão, e o fazem através de um ciclo de três atividades básicas: entrada, processamento e saída. Pinheiro (2001) caracteriza essas três atividades da seguinte forma:

- Entrada (ou input): envolve a coleta ou captação de fontes de dados brutos de dentro de uma organização ou de seu ambiente externo.
- Processamento: conversão dessa entrada bruta em uma forma mais útil e apropriada. O processamento pode envolver cálculos, comparações e tomadas de ações alternativas, assim como o armazenamento de dados para uso futuro.
- Saída (ou output): envolve a transferência da informação processada às pessoas ou atividades que a utilizarão. Os sistemas de informação também armazenam informação sob várias formas, como documentos, relatórios e dados de transações. Em alguns casos, a saída de um sistema pode se transformar em entrada de outro sistema (BORGES, p. 47, 2008).

No Setor de Análise Criminal no âmbito da Companhia Policial Militar é importante estabelecer uma reunião periódica, de acordo com a demanda de ocorrência da cidade, entre os gestores (Comandante da Cia PM, CPU, Comandantes de fração de tropa da Cia, Sargentos Rondantes, Comandantes de Destacamentos) para difusão dos levantamentos criminais da semana, troca de informação sobre os problemas apresentados e delimitação das ações de policiamento para aquele período.

Posteriormente, é necessário realizar uma apresentação para as equipes policiais que realizarão a aplicação do policiamento, informando principalmente as equipes de RPA quais são as demandas e o foco da Companhia naquele momento. Sendo neste momento a figura do sargento essencial para fazer o link entre a teoria e a aplicação prática. É importante manter o foco aos reais problemas de criminalidade e cuidar para não realizar alterações do policiamento constantes por pequenas alterações criminais que ainda não se estabeleceram na dinâmica social.

Outro foco do analista criminal é quanto às tendências criminais. Ou seja, a inferência sobre um fenômeno cujo comportamento quantitativo está apontando para uma determinada direção. Se o fenômeno criminal estudado está em uma tendência ascendente ou descendente, tais indicações contribuem para a formulação de prioridades de ação dos operadores do sistema (MAGALHÃES, p. 2, 2007).

Após o levantamento de dados e a identificação do problema criminal é necessário aguardar para ter certeza que se trata realmente de um problema criminal e não somente uma alteração criminal que não se repetirá, neste momento será realizado um rápido estudo de caso, qualificando a informação, analisando vulnerabilidades e repassando a informação para as equipes de área para que dentro do patrulhamento cotidiano consigam atuar dentro de suas áreas de atuação naquela questão. Neste momento ainda não ocorrerá migração massiva da aplicação do policiamento supletivo, como por exemplo equipes de ROTAM, CHOQUE, ROCAM, entre outras.

Na organização do policiamento ostensivo a primeira malha aplicada são equipes de Radio Patrulha Auto, conhecidas como equipes de RPA, que realizam o recobrimento de área. Cada equipe é responsável por um conjunto de bairros, devendo prevenir crimes e atender ocorrências provenientes do 190 naquela região 24h por dia.

Equipes de ROTAM, ROCAM, Supletivas, entre outras, realizam o recobrimento de área como segunda ou ainda terceira (CHOQUE) malha de recobrimento, efetivo este que representam uma força maior disponível ao Comandante de Cia tanto para prevenção quanto para repressão de problemas criminais.

O terceiro passo dentro do fluxo da informação é a produção do conhecimento, após o levantamento dos dados e o tratamento destes. Os estudos realizados quando realmente constatarem uma alteração criminal permanente serão compilados e transformados em projetos de policiamento orientado a solução do problema, para que se transformem em policiamento ostensivo. Neste momento, a ideia de Pareto é amplamente utilizada, teremos 20% das naturezas criminais (por exemplo crimes de roubo e furto), responsáveis por 80% dos índices criminais de uma localidade.

Desta forma, esses 20% de natureza que representam o principal problema daquela localidade, serão o foco do policiamento ostensivo, tanto da primeira quanto da segunda malha, que atuarão com maior indecência nestes pontos.

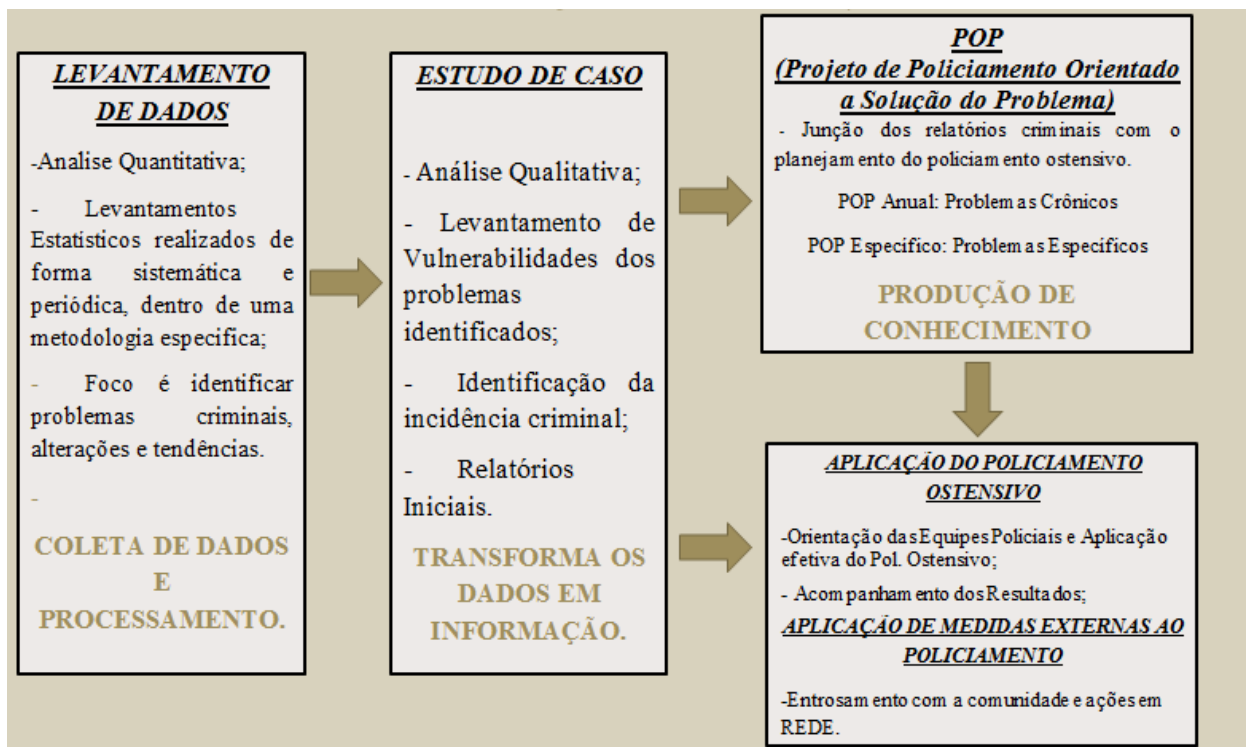
O terceiro passo supracitado é dividido em Projetos de Policiamento Orientado a Solução do Problema (POP) e dentro do setor, se subdividem em problemas crônicos (POP Anual) e problemas pontuais (POP específico), os quais também possuem formatação própria.

O quarto passo será o planejamento do policiamento (estratégias utilizadas pelo comando para resolver aquele problema criminal) e ainda a avaliação daquela estratégia. Esse passo será inserido dentro dos POP para questão de produção de conhecimento e compilação de informações, controlando e compartilhando desta forma boas práticas no enfrentamento ao crime realizado nas mais diferentes cidades do estado.

“A Polícia junta informações primárias, ou dados crus, que então são processadas, no policiamento, para resolver crimes ou encerrar evento, transformando-se em informações secundárias. Quando processadas duas vezes, juntadas e formatadas, elas podem avançar na organização e tornar-se terciárias ou “diretivas”. Essas formas da informação e inteligência (informações coletadas para antecipar acontecimentos, ao invés de coletadas em resposta a um evento em curso) são percebidas e interagem com as estratégias operacionais da polícia (a alocação de recursos para obter um final preventivo, prospectivo ou reativo).” (MANNING, p. 378, 2017).

A seguir está exposto um fluxograma das informações acima explanadas:

Figura 6 – Fluxograma de Produção do Conhecimento



Fonte: Produzido pela autora

O fluxo da informação demonstra de forma ampla o caminho que o dado percorrerá até se transformar em aplicação do policiamento e produção do conhecimento. Neste momento os passos acima citados serão esmiuçados e modelos possíveis de utilização serão demonstrados.

4.2.2 Analistas Criminais - Levantamento de Dados

O Levantamento de Dados será o primeiro passo da Análise Criminal, neste

momento, será realizada uma análise numérica a respeito dos dados da sua localidade, dependendo do tamanho do banco de dados trabalhado será decidido o tamanho do período utilizado. Ou seja, no caso de grandes bancos de dados, cidades grandes com um número elevado de Boletins de ocorrência, será necessário no dia a dia trabalhar com períodos menores de análise para ser possível processar todos os dados.

Entretanto, cidades menores, necessitam de um período de análise maior, para ser possível analisar as tendências daquela localidade, poucos dados fragmentados impossibilitam o analista criminal de identificar tendências.

Para se iniciar os trabalhos de um setor de análise criminal é necessário que o primeiro levantamento realizado seja de um longo período, uma sugestão é que se utilize os dados do ano anterior, um período longo o suficiente para conseguir identificar tendências, entretanto, um período referente a uma realidade próxima.

O crime tem diversos deslocamentos espaciais e é influenciado por muitas variantes, como, espaço, circulação de pessoas, clima, datas de pagamento, vulnerabilidades de ambiente, entre outras, desta forma, trabalhar com dados muito antigos pode influenciar o aparecimento de erros na aplicação do policiamento.

É necessário entender que no primeiro levantamento estático realizado o objetivo inicial será identificar problemas crônicos na cidade e a partir daí, utilizar períodos mais curtos, como, semanas, quinzenas, mês e semestres para análise da dinâmica criminal atual e análise tanto do desenvolvimento dos problemas crônicos, como do surgimento de problemas pontuais.

Neste sentido, se torna necessário transformar os dados brutos num conjunto de números organizados, que possam ser usados para demonstrar o comportamento do fenômeno estudado.

- **Estatísticas Descritivas:** possibilita a apresentação de dados quantitativos de forma manejável, viabilizando a descrição das variáveis, através de tabelas e gráficos.
- **Estudo Temporal:** tem como objetivo verificar a existência de tendências, sazonalidade (ciclos), além da identificação de padrões do fenômeno no tempo (horas, dias, meses, anos). Nos estudos de segurança pública deve-se sempre lembrar que ao se comparar os dados do verão com os do outono anterior, provavelmente, será encontrado um crescimento, devido ao fato de que o verão tende a ser mais violento. Mas na comparação dos dados de um verão com os do verão anterior (em vez de com os meses anteriores) a influência do próprio verão estará controlada.
- **Estudo Espacial:** descreve e visualiza distribuições espaciais, descobre padrões de associação espaciais e identifica observações atípicas. Pode avaliar a variação geográfica na ocorrência de um fenômeno, visando identificar diferenciais de risco e orientar a alocação de recursos. Estudo Espaço-Temporal: analisa o fenômeno a partir das duas metodologias acima. Pode, por exemplo, acompanhar a incidência

de algum tipo de crime por bairro variando a cada hora de um dia, percebendo qual o local e o horário de maior incidência daquele crime (BORGES, p. 53, 2008).

Desta forma o analista criminal deverá trabalhar com os números de uma forma que facilite a sua leitura, que identifique tendências e exponha problemas criminais da sua localidade.

Como supracitado, o primeiro passo será realizar uma análise para identificação dos problemas crônicos da cidade, entretanto esse não retrata o trabalho diário do analista criminal no levantamento de dados. Então, de forma didática, esse conhecimento será esmiuçado abaixo, ao se relatar a criação de um Projeto de Policiamento Orientado ao Problema (POP) – Anual.

Após estabelecer qual o problema crônico da sua localidade o analista criminal realizará análises de forma cíclica, constante e padronizada, utilizando sempre a mesma metodologia. Ou seja, ao identificar um problema crônico na cidade de Roubo a Pessoas nos últimos anos, o analista criminal deverá em curtos períodos analisar como esses índices estão se comportando, se continuam no mesmo local, horário, se estão aumentando ou diminuindo, e qual o impacto do policiamento frente a este problema, se o mesmo está sendo resolvido ou não.

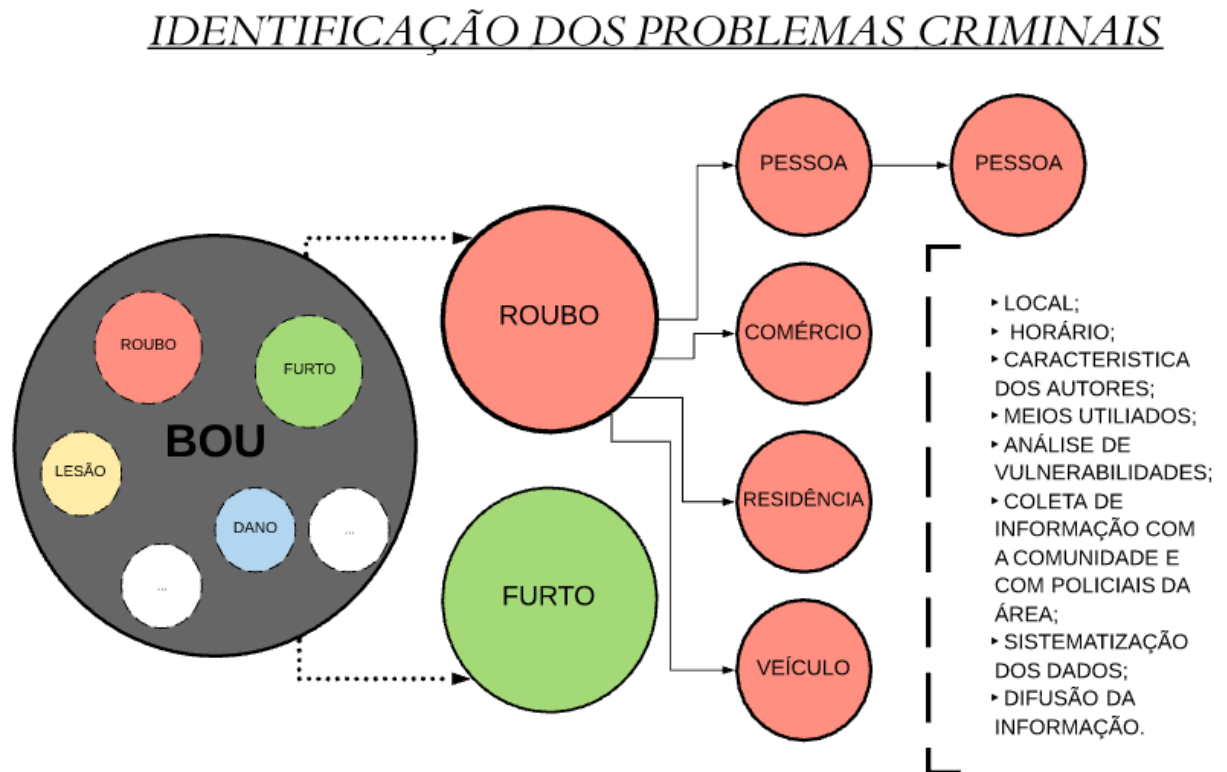
Para trabalhar com os dados criminais algumas observações são importantes, cada tipo de crime poderá ser resolvido com um tipo de ação de policiamento ou medida externa ao policiamento. Por exemplo, roubo a pessoa que ocorre por autores a pé em um local com grande aglomeração de pessoas, em horário comercial, será tratado de forma diferente que roubo a residência que ocorre a noite com cárcere privado dos moradores.

Além das tipificações penais previstas na legislação brasileira vigente, os analistas terão que separar as naturezas criminais dentro de suas realidades para conseguir analisar corretamente os crimes e subsidiar o comandante da cia a aplicar um policiamento eficiente para aquele tipo de problema. Esse tipo de separação também é realizado por outras Polícias Militares, como por exemplo, Polícia Militar do Estado de São Paulo, que separa roubos de cargas, roubos de bicicletas, entre outros fatos que se despontam como uma realidade local.

A inserção correta dos dados no sistema e a confecção de boletins de ocorrência completos, com informações consistentes coletadas no local da ocorrência durante o atendimento ou ainda com o contato com as vítimas, farão toda a diferença no tipo de análise que será produzida, pois diversas tendências somente serão identificadas com análises qualitativas.

O organograma a seguir demonstra uma forma de identificação de problemas, partindo do TODO (Universo) BOLETINS DE OCORRÊNCIA, que conterá todas as naturezas criminais registradas e a partir daí ocorrerá a seleção dos principais tipos de crime.

Figura 7 – Identificação dos Problemas Criminais



Fonte: Produzido pela autora.

Essa sistemática de sair de um banco de dados geral buscando o dado específico (um problema criminal pontual), será utilizado tanto em levantamentos anuais, quanto em levantamentos semanais. Entretanto, nos levantamentos anuais terá um viés mais amplo e quantitativo, enquanto nos levantamentos de curto período, terá um viés mais qualitativo, focado em subsidiar as equipes policiais com informações para direcionamento do policiamento.

Nesse momento poderão ser consideradas questões qualitativas ou quantitativas na seleção da principal natureza, por exemplo, analisar o maior número de boletins de ocorrência de determinada natureza, ou ocorrências que geram maior insegurança na população ou ainda ocorrências com risco à vida.

Os parâmetros acima citados dependerão de cada localidade, por vezes a principal natureza constatada será “extravio de documento”, considerando todos os dados, natureza com e sem ilicitude. Entretanto, o “roubo a pessoas” em que são subtraídos celulares, carteiras ou bolsas, com violência, geram efetivamente um problema criminal pior. Essa análise então poderá ter um viés subjetivo, realizada pelo analista criminal em conjunto com o chefe do setor e o Comandante da Companhia.

É muito importante que os levantamentos criminais levantados de forma quantitativa levem em conta fatores subjetivos, para efetivamente atenderem o clamor da população e não acabarem realizando um levantamento com base em dados irrelevantes para aquela.

Os estudos realizados e a aplicação do policiamento nunca poderão deixar de ouvir outros atores envolvidos no problema, para efetivamente atuar de forma direcionada e certa.

4.2.2.a Relatório de longo prazo

Esse tipo de relatório será realizado pelo analista criminal em dois momentos distintos, primeiro para iniciar os trabalhos do setor de análise criminal e identificar quais os principais problemas de criminalidade e no decorrer do ano com os acompanhamentos realizados será realizado um fechamento anual comparativo dos resultados obtidos.

Escolha do período base de comparação: o analista deve estar atento para dois aspectos: escolha de um período “normal”, onde os valores não sejam nem muito altos nem muito baixos e tomar um período base não muito distante do período de comparação. Deve-se tomar um período base não muito distantes do período de comparação, o ideal é que se tenha algum marco como mudanças de administração ou alguma outra data que represente um evento marcante.

Cálculos de porcentagens e taxas: manchetes com números absolutos pequenos transmitem sensação de insegurança a sociedade que nem sempre condiz com a realidade. É importante cautela no cálculo percentual se a base for inferior a 100 casos, precauções redobradas com números inferiores a 30.

Dados de notificações como se fosse o universo dos crimes: problema da subnotificação de ocorrências, ou seja, a propensão das vítimas em noticiar os crimes varia com uma série de fatores e circunstâncias, relacionadas às percepções da vítima, ao sistema policial ou ao tipo de crime e do bem roubado. Pode ocorrer que o aumento da estatística esteja relacionado ao aumento das notificações.

Atividade policial: os indicadores de produtividade devem ser analisados em conformidade com as notificações de ocorrências, pois quanto maior a incidência de crimes maior a possibilidade de a Polícia Militar flagrar indivíduos nas atividades criminosas, assim o mais correto é analisar porcentagem de flagrantes *versus* quantidade de crimes.

Indicadores que refletem simultaneamente atividade policial e fenômenos criminais: no caso de homicídios as notificações são de 100% e não varia bruscamente em razão da maior ou menor atividade policial, porém nos casos de apreensão de armas e drogas, podem ter variado porque existem mais drogas e armas circulando ou porque houve aumento na atividade policial relacionada a repressão destes crimes.

Identificação de tendência: é necessário que se tenha pelo menos 3 observações consecutivas na mesma direção, preferencialmente descontados efeitos sazonais.

População flutuante e pendular: alguns bairros da cidade, como área central, sofrem com o elevado número de população flutuante ou pendular, circulando quantidade de pessoas muito maior do que as que residem, assim como a frota de veículos.

Hierarquização de cidades, bairros e outros rankings: ao se divulgar dados estatísticos, algumas entidades como imprensa, agência de turismo e outros, criam rankings entre cidades e estados. Esta hierarquização leva a interpretações simplistas ou incompletas da realidade da criminalidade, afetando negativamente o trabalho de segurança pública (PEIXOTO, p. 5, 2008).

Com os relatórios anuais é possível iniciar a criação de cenários referentes à cidade, voltado a cada crime e assim desenvolver os cenários prospectivos para tentar prever hipóteses das situações crônicas na cidade. A análise de riscos e a criação de cenários prospectivos são muito importante para o setor de análise, entender os problemas criminais e conseguir considerar as variáveis existentes.

Por exemplo, ao identificar um problema criminal e criar uma ação para prevenção desse crime, alguns deslocamentos criminais podem ser previstos. Ao realizar bloqueios em regiões de limites de municípios podemos criar um deslocamento criminal para outra cidade. Ao desarticular alguns pontos de tráfico pode ocorrer brigas ou até homicídios para alguma facção criminosa se estabelecer neste vácuo. Todas essas questões devem ser tratadas no planejamento do policiamento ostensivo, além da criação de gráficos que demonstram o desenvolvimento do crime em cada época e que permitam entender a dinâmica social em conjunto com a criminal. Por exemplo, comparar as quantidades de furtos à residência comparados com o crescimento imobiliário da cidade, quantidade de furtos/roubo de veículo e crescimento da frota.

É necessário também conter no fechamento do ano as dificuldades e as melhorias que poderão ser desenvolvidas para o próximo ano. Por exemplo, conter uma análise de grandes eventos ocorridos e as necessidades de meios para o próximo ano. A Polícia Militar precisa estar inserida com a comunidade, com o setor de desenvolvimento do município, gerindo os impactos que algumas decisões trarão para o policiamento. Por exemplo, trocar o tipo de iluminação por toda a cidade, projetos de sustentabilidade que prevêm iluminação nas ruas a noite por sensores. Todas essas informações e todas as previsões para o próximo ano deverão

constar nesta etapa de fechamento anual.

Este é o relatório final do ano e funcionará como a finalização de um quebra cabeça compilando e tabulando as informações dos relatórios de todos os meses expondo os resultados de todo o planejamento, toda a aplicação do policiamento e todos os projetos realizados no ano.

Cada relatório tem uma função muito importante para a evolução do policiamento, para aprimorar o conhecimento do analista criminal e criar uma base de dados para o setor.

O Relatório Anual deverá conter gráfico em linha, mês a mês, dos crimes trabalhados no ano, detalhar todos os pontos de alteração que foram trabalhados em algum POP específico e deverá trazer um acompanhamento específico dos problemas crônicos da cidade que foram trabalhados em um POP Anual.

Este momento no setor tem o viés de “geração de aprendizagem e conhecimento contínuo”, pois neste ponto finalizou-se todos os Projetos de Policiamento contendo seus resultados, resumindo todo o trabalho realizado durante o ano por determinada companhia policial militar. Esse relatório inclusive poderá ser disponibilizado para outras companhias policiais militares entenderem e aprenderem umas com as outras, se aproveitando de boas práticas realizadas.

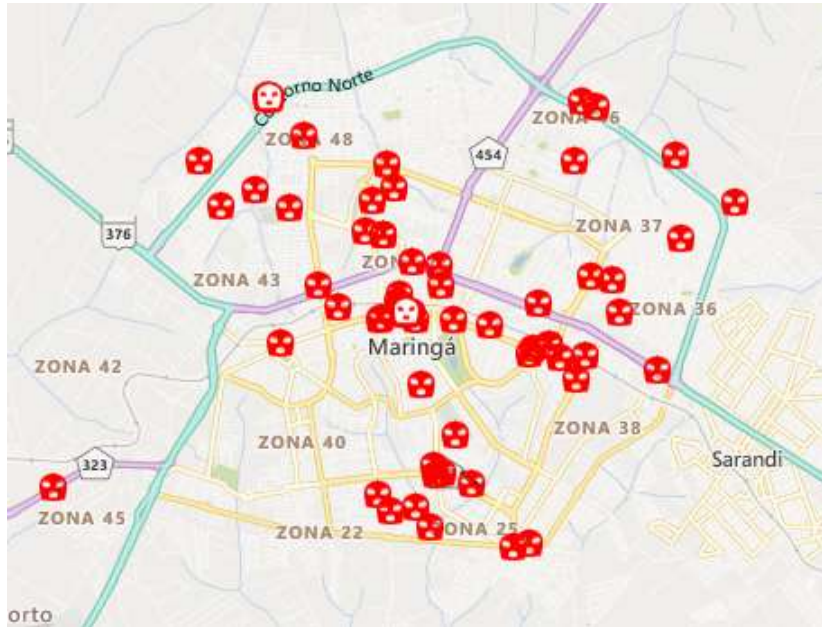
4.2.2.b Relatório de curto prazo

Com base nos problemas traçados no relatório anual que estabeleceu os problemas crônicos da cidade, uma linha de trabalho foi estabelecida. Foram separados os principais crimes que serão trabalhados, sendo necessário entendê-los melhor agora e acompanhá-los regularmente (sempre com bases periódicas fixas, por exemplo, relatório semanal, quinzenal ou mensal).

O período utilizado para cada setor vai depender do tamanho do banco de dados. Cidades com pequenas incidências criminais necessitam de períodos maiores para ser possível identificar tendências e alterações criminais.

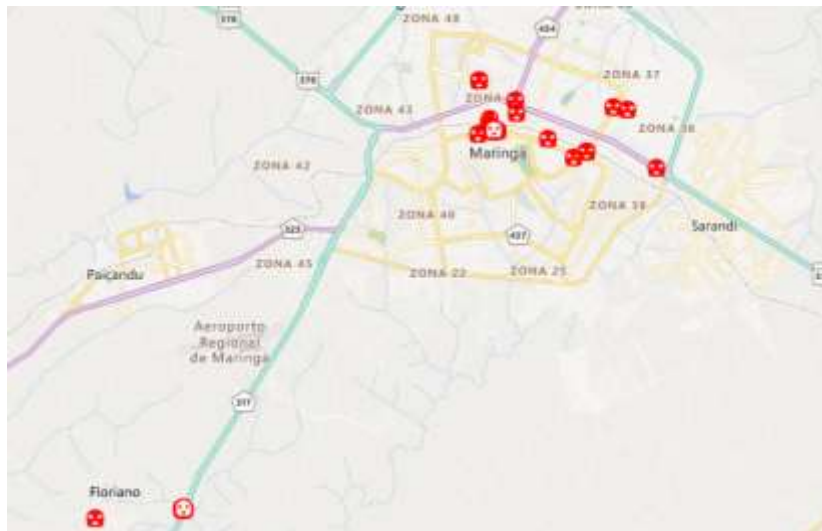
Ao utilizar períodos muito curtos para dados muito pequenos, a chance de aplicar o policiamento de forma aleatória e ineficiente aumenta, pois em uma semana ou outra algum crime pode ter ocorrido de forma aleatória e que provavelmente não se repetirá. Com períodos mais longos é possível identificar a tendência da região e a partir daí analisar se houve alteração ou deslocamento espacial do crime.

Figura 8 - Roubo Maringá – 30 dias



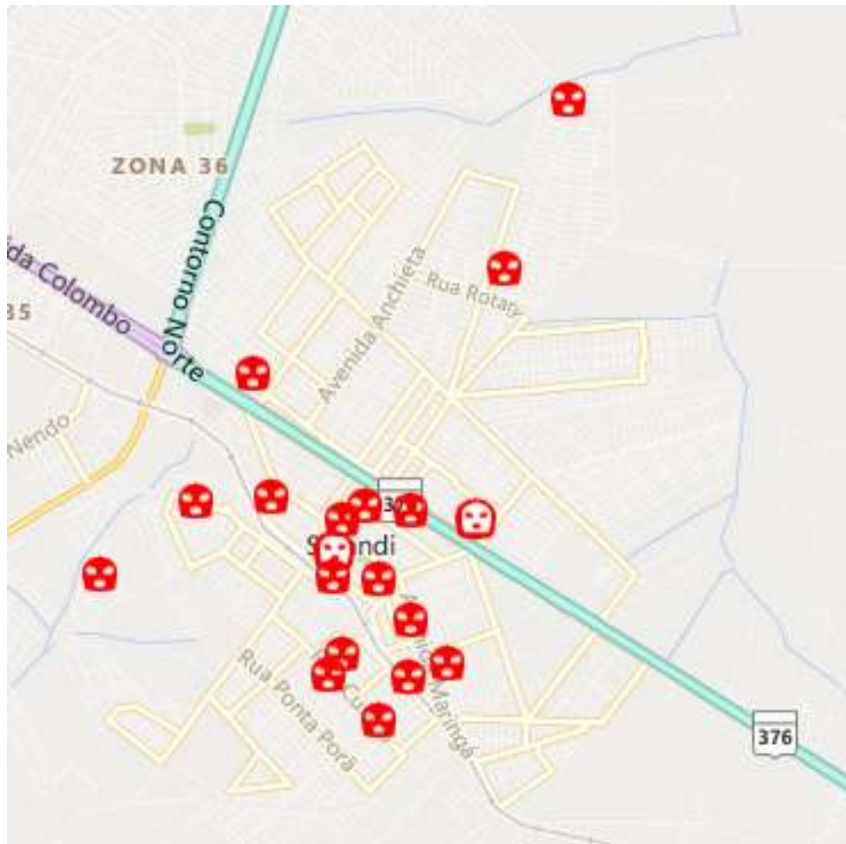
Fonte: <https://www3.cape.sesp.parana/capegeooperacional/main/index>

Figura 9 - Roubo Maringá – 7 dias



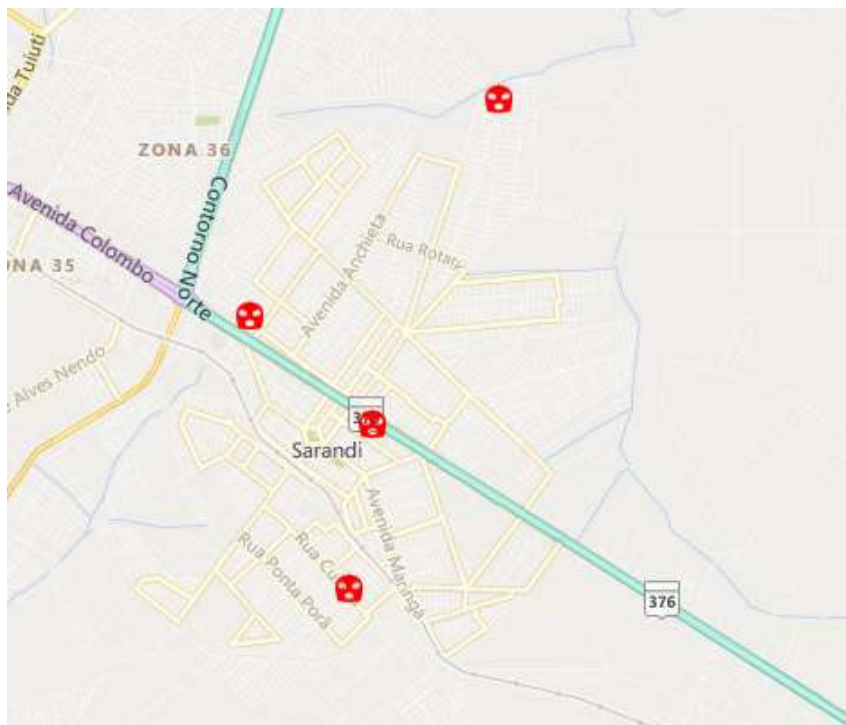
Fonte: <https://www3.cape.sesp.parana/capegeooperacional/main/index>

Figura 10 - Roubo Sarandi - Trimestre



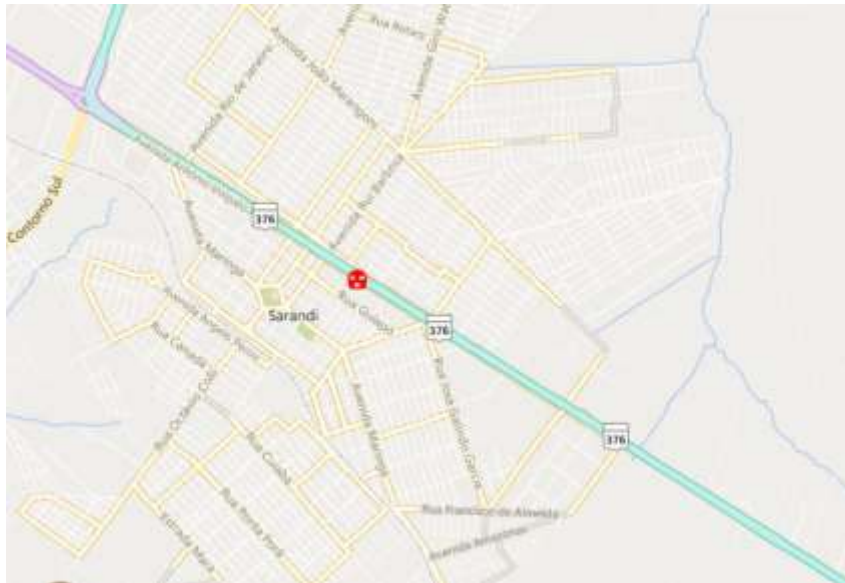
Fonte: <https://www3.cape.sesp.parana/capegeooperacional/main/index>

Figura 11 - Roubo Sarandi – 30 dias



Fonte: <https://www3.cape.sesp.parana/capegeoperacional/main/index>

Figura 12 - Roubo Sarandi – 7 dias



Fonte: <https://www3.cape.sesp.parana/capegeoperacional/main/index>

No livro 60 steps, Goldstein trabalha um método de análise de dados criminais, estratégias de policiamento e avaliação de resultados dentro da linha de Policiamento Orientado ao Problema, dividindo essa metodologia em quatro etapas.

1. Exame cuidadoso dos dados, para identificar padrões dos incidentes com os quais a polícia lida rotineiramente.
2. Análise profunda das causas desses padrões (ou problemas).
3. Descoberta de novas formas de intervir previamente na cadeia causal, a fim de que esses problemas sejam menos prováveis de ocorrerem no futuro. Essas novas estratégias não são limitadas aos esforços para identificar, prender, e oficialmente acusar e julgar infratores. Mais do que isso, sem abandonar o uso do direito penal quando ele parece ser provavelmente a resposta mais eficiente, o policiamento orientado-para-problema procura descobrir outras respostas potencialmente efetivas (que podem exigir parceria com outros) dando grande prioridade à prevenção.
4. Avaliação de impacto das intervenções e, se elas não tiverem sucesso, iniciar o processo novamente (CLARKE, ECK, p. 24, 2003).

No texto acima verifica-se uma relação clara do método IARA, utilizado no Policiamento Comunitário, com a metodologia aplicada de Goldstein no policiamento orientado ao problema. Na nossa realidade, serão usados ambos como base metodológica no trabalho do setor de análise criminal, sendo a principal questão: a realização de uma análise cíclica, retroalimentada de forma constante, onde o trabalho dentro do setor nunca termina mesmo quando se atinge um resultado esperado na primeira análise. Em seguida, é feito um

novo estudo (uma reanálise usando-se as mesmas bases metodológicas) e então inicia-se um novo enfrentamento com a identificação de um novo problema.

Nesta fase do processo, os policiais que exercem a função de analistas criminais iniciam seus trabalhos de acompanhamento a curto período dos levantamentos estatísticos e comparam os dados anteriores com os atuais, identificando o problema a ser trabalhado. Neste momento, é importante lembrar a importância de se manter a padronização nos levantamentos de dados que foi estabelecido, como por exemplo, se a metodologia para trabalhar com Furto foi: 1. Todas as *naturezas* possíveis (furto simples, qualificado e de coisa comum), 2. Crimes *constatados* e 3. Registrados como *natureza final da chamada*, assim deverá ser mantida sempre a consulta para ser possível a correta comparação.

Na sequência descrita por Goldstein também haverá a participação dos Analistas de Inteligência (qualificando os dados e fazendo uma análise mais profunda) e do Chefe do Setor e do Comando da tropa os quais estabelecerão as estratégias de policiamento. Lembrando que essas funções poderão ser executadas por policiais distintos nas localidades mais complexas ou poderão ser condensadas em um mesmo policial em lugares menores e com poucos dados a serem trabalhados.

Para o analista criminal conseguir identificar as tendências criminais e os problemas mais latentes à serem trabalhados, deverá se preocupar em olhar os dados por diversos ângulos diferentes buscando identificar:

1. Hot Spot, analisar os dados de geoprocessamento, se existem concentrações criminais na sua região. Ex: Diversos roubos em determinada na área central da cidade.
2. Hot Product, analisar os objetos alvos de criminosos e verificar se existe algum tipo de direcionamento por parte dos autores. Ex: Roubo de celulares.
3. Hot Target, analisar se existe algum alvo de preferência dos autores dos crimes, algum tipo de ambiente repetitivo. Ex: Roubo a farmácias (Autor X, p. X, ano X). (CLARKE, ECK, p. 71, 2003)

Com o olhar acima descrito, buscando identificar numericamente os supracitados padrões criminais, o analista criminal responde algumas questões metodológicas:

Onde: principalmente com a tendência Hot Spot analisamos o principal local de atuação policial, entretanto, cada crime identificado também haverá uma análise espacial. Por

exemplo roubo em postos de gasolina (Hot Target), o local onde os postos estão podem determinar a rota utilizada pelos autores, bem como os pontos de patrulhamento.

Quando: o horário de atuação é fundamental para a aplicação correta do efetivo policial e para determinar as escalas de serviço, tendo como foco saturação do policiamento nos horários de pico de ocorrência. Ainda, quando desenvolvido um POP, o efetivo será temporariamente aplicado no local levantado, nos horários de risco e retornará ao policiamento preventivo nos próximos locais e horários de necessidades, desenvolvendo assim o turno de serviço da equipe policial, direcionando sempre o policiamento para um problema, sendo possível realizar escalas flexíveis com os efetivos de segunda malha, com foco em atuar de forma preventiva.

Como: é necessário identificar a característica de cada criminoso, tanto física, como de atuação. Nesta etapa, a análise se dá de forma muito mais qualitativa do que quantitativa, pois é salutar entender a forma que o criminoso está agindo para aplicar o policiamento ou as medidas externas ao policiamento necessárias para controle deste índice. Por exemplo, roubo a pessoa na rua xx, crime praticado *sem arma de fogo, com agressão física, por dois indivíduos brancos (um careca e outro com tatuagem de coroa no pescoço), nos períodos de saída das aulas e subtraindo equipamentos eletrônicos.*

Este primeiro estudo deverá ser acompanhado por todos do Setor e todos envolvidos no policiamento, sendo ideal uma reunião semanal para discussão da criminalidade. Participando todos os atores internos envolvidos no policiamento (planejamento e aplicação) Comandante da Cia, Comandante do Pel CHOQUE, Comandante da ROTAM, Comandante da ROCAM, Comandante da RPA, Comandante do CIOSP, Oficiais que desempenham a função de CPU, Sargentos e os integrantes do Setor.

Esse tipo de reunião é essencial para troca de informações e para efetivo direcionamento das equipes nos locais e horários corretos. Ainda que seja repassado corretamente a elas *como e porque* o crime está acontecendo, pode haver nessa reunião alterações a respeito do planejamento, ao serem inseridas novas informações pelos comandantes que terão mais contato com a rua.

Após a realização do relatório semanal, no final de cada mês será realizado o fechamento mensal, para ser possível realizar uma análise sobre o policiamento utilizado para solução de cada crime e o impacto nos índices criminais, fazendo sempre um comparativo com o mês anterior para saber neste momento a dinâmica criminal, bem como com o mesmo período do ano anterior para ser possível entender a evolução criminal dentro do crescimento de cada cidade.

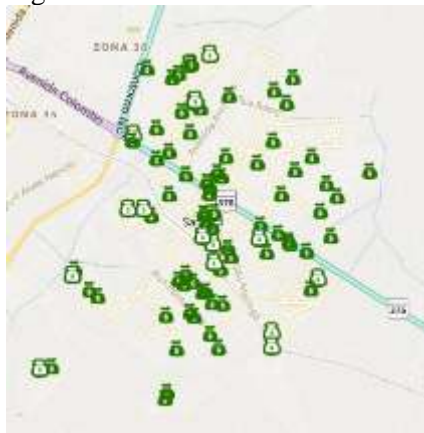
Com os relatórios semanais e mensais é possível identificar, se, além dos problemas crônicos, houve alguma alteração na criminalidade, como por exemplo, “*Aumento de Roubo à Farmácia*”, índice que anteriormente se mantinha em baixa, agora ocupa o primeiro lugar, sendo então necessário ser desenvolvido um Estudo de Caso e desenvolvido um POP específico, caso este problema ainda não tenha sido trabalhado no decorrer do mês.

Este relatório deverá conter o controle do mês de tudo que foi trabalhado no relatório semanal, visando analisar o resultado das ações tomadas, deverá conter os crimes trabalhados, os ambientes, tabular os horários de maior índice criminal, e iniciar um gráfico de linha de cada crime, fazendo um comparativo com o ano anterior, assim iniciar-se-á de forma clara os comparativos criminais.

Nos relatórios a curto prazo é necessário estabelecer corretamente o período base (semanal, quinzenal...) para que realmente se identifique as tendências criminais. Ao se trabalhar com períodos muito curtos para regiões com poucos dados, é comum perder o foco dos problemas principais da cidade e direcionar o policiamento de forma impulsiva para qualquer alteração que ocorrer.

Ao se trabalhar com as principais demandas, estamos nos embasando na técnica de Pareto, escolhendo as naturezas criminais que representam os maiores índices criminais e que terão maior impacto criminal quando resolvidos. Por exemplo, 100 roubos de celulares ao serem reduzidos terão maior impacto do que resolver 2 roubos de bicicleta. Por não haver meios de trabalhar com 100% dos problemas criminais, ao se trabalhar com Pareto aumentamos as chances de impactar na vida das pessoas, ou seja, atuando em um problema “roubo a pessoa – celulares” ou “roubo a pessoa – bicicletas” vamos impactar em um percentual populacional maior.

Figura 13 - Furtos Sarandi – 1 mês



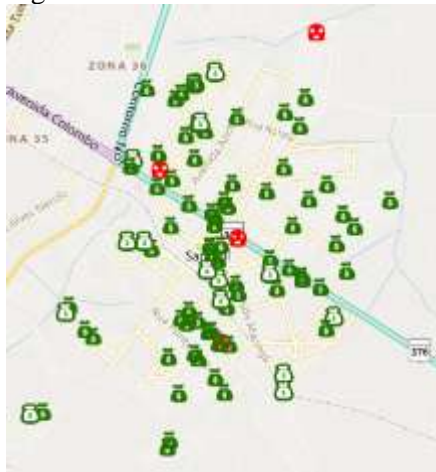
Fonte: <https://www3.cape.sesp.parana/capegeoperacional/main/index>

Figura 14 - Roubo Sarandi – 1 mês



Fonte: <https://www3.cape.sesp.parana/capegeoperacional/main/index>

Figura 15 - Roubo e Furto - 1 mês



Fonte: <https://www3.cape.sesp.parana/capegeoperacional/main/index>

Conforme verificamos no mapa, ao trabalhar de forma direcionada para ocorrências de furto, de acordo com esse exemplo, estaremos impactando de forma mais relevante na criminalidade local, enquanto os crimes de roubo ocorrem com uma incidência bem menor. Neste caso os crimes de roubo poderiam ser trabalhados nos casos que geram um risco à vida ou à algum tipo de situação mais grave, sendo então realizada uma análise qualitativa para identificar esse problema.

3.2.2.c Relatórios de médio prazo

Utilizando as bases dos relatórios semanais e mensais é necessário realizar um levantamento trimestral ou semestral, dependendo da realidade de cada local, para obter um acompanhamento um pouco mais amplo do policiamento, determinar se as linhas tomadas

pelos Comandantes estão surtindo efeito para a criminalidade da cidade ou se são necessárias alterações, bem como fazer uma análise dos meios e determinar se estes estão sendo suficientes ou aplicados de forma correta.

Esta análise de médio prazo é importante para correções, pois aguardar um ano todo para realizar este estudo pode ser prejudicial ao policiamento e em consequência para a população. Deverão constar os índices, mês a mês de cada crime que foi trabalhado, tanto em POP Anual, quanto em POP Específico, como por exemplo, um gráfico em linha de furto mês a mês e em seguida um gráfico em linha de furto qualificado em residência, em veículo, e à pessoa. Tabular os horários de maior incidência e os dias, sendo também feito um controle dos bairros com maior incidência, os quais serão sempre saturados. Desta forma, é possível buscar algumas tendências que necessitam de um período maior para constatação, e assim identificar problemas crônicos da cidade que estejam se estabelecendo, produzindo um prognóstico da situação futura.

Ainda na fase de *levantamento de dados* o Analista Criminal deverá analisar dados qualitativos, para conseguir efetivamente identificar todas as tendências criminais possíveis. Nesse momento o trabalho do Analista Criminal se dará lendo os principais Boletins de Ocorrências. Determinadas informações somente serão constatadas com a leitura dos BOU's. A seguir são citadas as tendências que necessitam de uma análise qualitativa para serem identificadas:

Series – Vários crimes similares praticados contra um ou várias vítimas ou alvos. (Ex: Motoqueiros realizando roubos sequenciados em Postos de venda e combustíveis.);

“Spree” (Farra) – Frequência tão alta de ocorrências que aparenta ser atividade contínua, normalmente o agente criminoso ou quadrilha é única na sequência criminosa completa. (Ex: Furto de vários “cd players” em veículos no estacionamento de Show artístico);

“Hot Dot” (entidade quente) – São indivíduos (criminosos, vítimas ou testemunhas) que possuem relação direta com vários eventos criminosos (Ex: O porteiro do prédio que diariamente presencia pequenos furtos a transeuntes em frente a portaria do prédio em que presta serviços, é considerado um “Hot Dot”) (BOBA, 2005 apud MAGALHÃES, p. 2-3, 2007).

A necessidade de realizar análises qualitativas para conseguir identificar tendências na prática é um dos fatores que impede o setor de análise criminal, com foco em realizar ACT, ser desenvolvido em um Setor de Planejamento (P3) ou em uma Agência Local de Inteligência (ALI). Esse processo de qualificação da informação demanda além de tempo, proximidade com a tropa, foco e experiência operacional.

Os Analistas de Inteligência deverão atuar gerindo informações a respeito dos problemas trabalhados em POP. A equipe deverá desenvolver ações no intuito de colher e repassar informação. O conhecimento produzido pelos Analistas Criminais deve chegar até os policiais que executam o policiamento e as informações sobre o policiamento e alterações que as equipes de área identificam deverão chegar até os Analistas Criminais. Os analistas de inteligência deverão tratar os dados recebidos e fazer um intercâmbio com o material produzido pelo setor, trazendo e levando informações importantes tanto ao policiamento, quanto ao desenvolvimento de conhecimento do setor de análise.

Essa equipe deverá acompanhar as trocas de serviço diariamente para manter um link direto com os policiais de RPA, que conhecem muito bem suas áreas, entretanto, muitas vezes possuem um conhecimento empírico. Deverão informar as equipes os problemas que estão sendo tratados naquele momento pelo Setor de Análise Criminal para que durante o patrulhamento as equipes possam buscar mais informações na rua sobre o fato, bem como desenvolver um policiamento preventivo para que os crimes não ocorram.

Assim como os Analistas Criminais explicam *Como, Onde e Quando* os crimes ocorrem, os Analistas de Inteligência explicarão o *Porque*. Em todos os casos que exista algum tipo de alteração criminal, os Analistas deslocarão até aquele local e realizarão análises, inicialmente sobre o ambiente, posteriormente sobre as vítimas e por fim buscarão informações sobre os autores.

No caso de “*Roubo a Pessoa na Rua X*”, a equipe se deslocará até o local e verificará se existem vulnerabilidades naquele ambiente, como por exemplo, prédios abandonados, terrenos baldios, falta de iluminação, entre outros problemas no ambiente que tragam facilidades para a atuação criminal.

Os Analistas de Inteligência ainda farão entrevistas com as vítimas para entender se existe alguma vulnerabilidade das pessoas sendo aproveitada pelos criminosos, como, andar com eletrônicos à vista, contar quantias grandes de dinheiro na rua, entre outros, para que alguns comportamentos preventivos possam ser adotados.

Estes buscarão ainda, informações sobre os criminosos, se os policiais da área conhecem quem comete esse tipo de crime, se existem câmeras em algum ponto, se a forma de atuar gera algum padrão ou tendência, se as vítimas possuem alguma informação e por fim tabularão todas essas informações para as equipes que confeccionam os Projetos de Policiamento, bem como, para o Chefe do Setor e o Comandante da Cia para que estes possam criar os cenários prospectivos e as hipóteses sobre o problema trabalhado, encerrando-se então as relações possíveis do triângulo do crime.

Além da aplicação do Policiamento Ostensivo, em cada POP a equipe de Analistas deverá acompanhar as prisões realizadas, as alterações nos ambientes e nas vítimas, para compor um relatório de encerramento para o POP. Essa informação tem duas funções, uma durante a aplicação do POP, pois em determinados casos as hipóteses criadas poderão ser alteradas e assim será necessária alteração no policiamento. A segunda é a de compilar todas as informações sobre aquele crime e aqueles criminosos que foram levantadas, pois caso o crime volte a acontecer, esse primeiro POP será consultado para identificar se o problema retornou com os mesmos moldes ou há diferenças, se os *modus operandi* são os mesmos ou não, buscando acelerar assim o processo e alcançar a redução criminal com mais agilidade.

Porém, as quatro etapas de solução-de-problema nem sempre seguem uma a outra numa ordem estritamente linear. Na verdade, projetos raramente seguem um caminho linear a partir das fases de identificação e análise até as fases de resposta e avaliação. Pelo contrário, o processo geralmente tem voltas, de forma que uma análise reveladora pode resultar numa reorientação do projeto, e dúvidas em relação à possíveis respostas podem levar à necessidade de novas análises. Quanto mais demorado e complicado o projeto, mais voltas dessa natureza são susceptíveis de acontecerem. O conjunto de pequenas setas no interior da figura ilustra a dinâmica desse processo (CLARKE, ECK, p. 36,2003).

Figura 16 – Processo IARA de Solução de Problema



Fonte: CURSO DE ANÁLISE CRIMINAL DA SENASP/MJ., pg 72, 2009

Em todo o serviço será necessário compilar as atividades realizadas e as informações levantadas para que isso não se perca e os Analistas tenham muita informação, entretanto, este conhecimento fica restrito as equipes. O conhecimento produzido deve gerar frutos, ou seja, deverão chegar até o policial responsável pelo policiamento ostensivo, que no policiamento tradicional, acaba trabalhando de forma empírica e realizando o policiamento sem qualquer direcionamento ou informação, muitas vezes deixando de influenciar em uma redução criminal simplesmente por não ter o conhecimento necessário para a execução do

seu patrulhamento.

Apesar desta última etapa ser registrada dentro de um POP, ela ainda faz parte do levantamento de dados, qualificação e reanálise.

4.2.3 Estudo de caso

Em cada relatório semanal é feito controle dos índices e sempre que se inicia uma alteração, esta deverá ser novamente analisada na próxima semana para verificar se realmente houve uma alteração na tendência, ou se os crimes que aconteceram naquele período mais curto eram apenas ao acaso e não se repetirão, tratando-se de um problema criminal para ser trabalhado com policiamento tradicional e não necessariamente com Policiamento orientado ao Problema.

A partir da constatação de um problema criminal repetitivo, ou seja, assim que se identifica uma alteração criminal recorrente, será necessário realizar um estudo de caso para entender o que a gerou, suas vulnerabilidades e as influências externas ao policiamento.

Os analistas criminais deverão fazer um levantamento específico sobre o crime com alteração, verificar o ambiente, o horário, ler os boletins de ocorrência, entender como o crime está acontecendo, para ser possível informar as equipes de rua e levantar informações.

Dentro do policiamento orientado-para-problema, a polícia é obrigada a: (1) definir cuidadosamente os problemas de forma específica (Veja o Passo 14 para a definição de "problema"); (2) Conduzir análises em profundidade para compreender as causas desses problemas; (3) Empreender grandes buscas de soluções para eliminar as causas e conseguir uma redução duradoura dos problemas; (4) avaliar o êxito dessas atividades. Isso é uma forma de pesquisa ação, um método das ciências sociais bem estabelecido no qual pesquisadores trabalham juntamente com profissionais de áreas específicas, ajudando a formular e aprimorar intervenções até que o sucesso seja atingido. Isto pode ser contrastado com o papel tradicional dos pesquisadores pelo qual eles trabalham separados de outros profissionais, coletam informações explicativas sobre os problemas, e conduzem avaliações independentes. Na pesquisa ação, no entanto, o pesquisador é membro integrante do time de solução-de-problema. Este é o papel do analista de crime. Suas análises devem informar e orientar a ação em cada etapa (CLARKE, ECK, p. 35, 2003).

Após realizar o estudo de caso, se os problemas persistirem por mais um período de análise utilizado pelo setor, sem que haja redução nos seus índices, este estudo será utilizado para produzir um POP específico e direcionar equipes para o policiamento ostensivo. Os Projetos de Policiamento Orientado ao Problema deverão de fato serem utilizados somente em casos que constatem tratar-se de uma tendência criminal, nunca em situações aleatórias, pois

caso isso ocorra, um grande esforço estará sendo despendido para fazer frente a um crime que se quer há indícios de que seja recorrente.

O Estudo de caso existe justamente para tentar suprir a questão rapidamente, utilizando-se menos esforços. Este trata-se de uma análise prévia, com certo direcionamento do policiamento, mas sem utilizar todas as forças para algo que ainda não se tem certeza de ser um problema criminal, sendo que por vezes nessa fase a questão já será resolvida. Ao trabalhar com períodos mais curtos de análise é extremamente importante que o policial não cometa o equívoco de direcionar o policiamento com base em qualquer alteração numérica, pois pode se tratar de um acaso e não necessariamente uma tendência. Desta forma, o policiamento estaria sendo aplicado de forma ineficiente em um local que não necessariamente ocorreria aquele crime novamente, estaria sem foco estabelecido para combater um problema substantivo. A aplicação direcionada será efetiva para problemas repetitivos e não para aplicação em questões pontuais, que serão tratadas com aplicação do policiamento tradicional.

5. PROJETOS DE POLICIAMENTO ORIENTADO AO PROBLEMA (POP)

Além de realizar os levantamentos estatísticos para identificar os problemas criminais e qualificar os dados levantados, faz-se necessário planejar o policiamento, analisar o impacto frente ao problema identificado, avaliar as medidas tomadas e registrar essas informações produzindo conhecimento.

Essa etapa prevê a confecção de Projetos voltados à produção de conhecimento e sistematização do planejamento do policiamento, propondo o estabelecimento desta etapa para todo policiamento aplicado na área de atuação que solucione problemas crônicos ou problemas repetitivos pontuais. Reforçando que problemas não repetitivos são respondidos com policiamento tradicional de rádio patrulhamento.

A confecção dos POP's possibilitam: o registro das informações, o acompanhamento do planejamento e da aplicação do policiamento, a constatação da efetividade, bem como, a produção final de conhecimento acerca daquele problema, podendo servir como referência para ações futuras ou ainda intercâmbio de ações com outras unidades que apresentam problemas similares. Um site americano, POP Center, disponibiliza diversos trabalhos com esse viés, servindo como referência para quem quiser utilizá-los como fonte de consulta para resolução de problemas criminais.

A inteligência policial precisa estar cada vez mais presente nas ações de

policiamento, desta forma, a polícia consegue fazer frente a ações criminosas cada vez mais organizadas. Desde crimes mais simples até situações mais complexas, o mínimo de conhecimento acerca do crime se faz necessário e maior deverá ser a organização policial quanto maior for a proporção do crime cometido.

Os criminosos estão se organizando cada vez mais, utilizando-se da globalização e das novas tecnologias para aprimorar sua atuação, dificultando a atuação reativa das forças de segurança pública. Em ocorrências que se verificam uma organização maior da criminalidade, a inteligência policial para uma atuação da segurança pública se mostra essencial para ser possível realizar uma resposta eficiente. Uma atuação apenas reativa vem se mostrando cada vez menos eficiente.

Hoje existem debates importantes a respeito de conceitos de guerra assimétrica no âmbito interno de um país, nas ocorrências em que criminosos utilizam estratégias e táticas específicas de guerrilhas para atuarem. Sendo assim, a ação somente reativa não será suficiente, se faz necessário um planejamento prévio, sendo importante que as cidades façam análises de riscos e montem cenários prospectivos de segurança pública, estabelecendo planos de contingência cada vez mais preparados.

Grupos ilícitos utilizam métodos não convencionais, flexíveis, atacando as partes fracas do sistema (...) isto com grande capacidade de mobilidade (...) “ambas empregam redes flexíveis e adaptáveis como a melhor forma de confundir os agentes da lei, ao mesmo tempo em que exploram as conveniências da globalização”(...). Consequência disso são as dificuldades do sistema estatal formal, no enfrentamento desses métodos irregulares, principalmente, porque “as hierarquias tem dificuldades para combater as redes” (GOMES, p. 26, 2016).

Desta forma, fica clara a necessidade de produção de conhecimento nos mais diversos níveis de policiamento. Sendo então proposto neste item a confecção de POP's para o enfrentamento à criminalidade.

O Estado de São Paulo é uma referência nacional tanto em técnicas policiais, quanto em planejamento, sendo que no referido estado existe a CAP (Coordenadoria de Análise e Planejamento), que disponibiliza os dados estatísticos do estado trimestralmente em seu site, como pode ser verificado na imagem abaixo:

Figura 17 – Indicador de Criminalidade do Estado de São Paulo

Indicadores da criminalidade do Estado de São Paulo



São Paulo é pioneiro na divulgação mensal dos dados estatísticos por Estado, área, município e unidade policial. Os índices também são divulgados trimestralmente. Conteúdo ajuda a monitorar a evolução das tendências criminais e o planejamento do Estado e das polícias.

As estatísticas criminais são utilizadas para retratar a situação da segurança pública e permitir o planejamento de ações policiais e de investimentos no setor. Em São Paulo, a compilação dos dados é feita pela Secretaria da Segurança Pública, por intermédio da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) - responsável pela análise dos dados de interesse policial e pela realização de estudos para prevenir e reprimir a criminalidade.

Em uma iniciativa pioneira, São Paulo passou a divulgar mensalmente os dados estatísticos da criminalidade, por Estado, área, município e unidade policial. Os índices também são divulgados trimestralmente, cumprindo a Resolução SSP 161, que dispõe sobre o encaminhamento das informações ao Diário Oficial, bem como a divulgação no site da SSP, no prazo de trinta dias após o encerramento do trimestre.

A coleta de dados criminais em todo o Estado de São Paulo padroniza e organiza o fluxo de números coletados junto às polícias, a partir do registro de ocorrências criminais. Seu conteúdo ajuda a monitorar a evolução das tendências dos principais indicadores criminais do período, bem como na tomada de decisões no âmbito do Estado e das polícias.

ESTATÍSTICA	
	APRESENTAÇÃO
	DADOS ESTATÍSTICOS
	DADOS POR MAPA
	DADOS DO CORPO DE BOMBEIROS
	ESTATÍSTICAS TRIMESTRAIS
	VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES
	PERFIL DE HOMICÍDIO
	PERFIL DE ROUBO
	RELATÓRIOS E ESTUDOS
	TRANSPARÊNCIA SSP

Fonte: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/default.aspx> acesso em 02 jun 2020

Sendo que após realizadas análises estatísticas, também são realizados planejamento do policiamento, referente ao problema conforme verifica-se nos PPI (Plano de Policiamento Inteligente) ilustrados na seguinte imagem:

Figura 18 – Plano de Policiamento Inteligente



PLANO DE POLICIAMENTO INTELIGENTE

Possibilita

- distribuição do efetivo
- distribuição dos recursos materiais
- análise dinâmica por padrões de comportamento criminal

Orientado

- pela análise criminal
- pelo mapeamento geográfico

Estuda

- ocorrência dos delitos
- concentração
- periodicidade



PLANO DE POLICIAMENTO INTELIGENTE

“HOT SPOTS”

Áreas com
concentração
de delitos





POLÍCIA MILITAR

Dados dos Sistemas

Despachos de Ocorrências

Boletim de Ocorrência

Relatório Gerencial

Mapeamento Criminal

Hot Spots (MapInfo)

Sistemas de Informação "on-line"

- Informações quantitativas
- Informações qualitativas
- Análises básicas prontas



POLÍCIA MILITAR

VÍDEO MONITORAMENTO

URBANO

Olhos atentos (647 câmeras)

Informações da Inteligência

Ação Preventiva

FINALIDADES

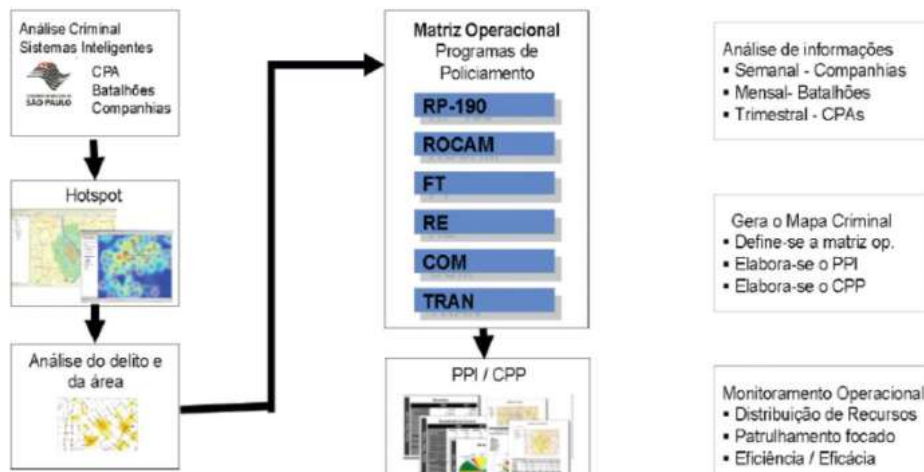
Controle Visual

Busca de Infratores

Melhora no tempo de resposta



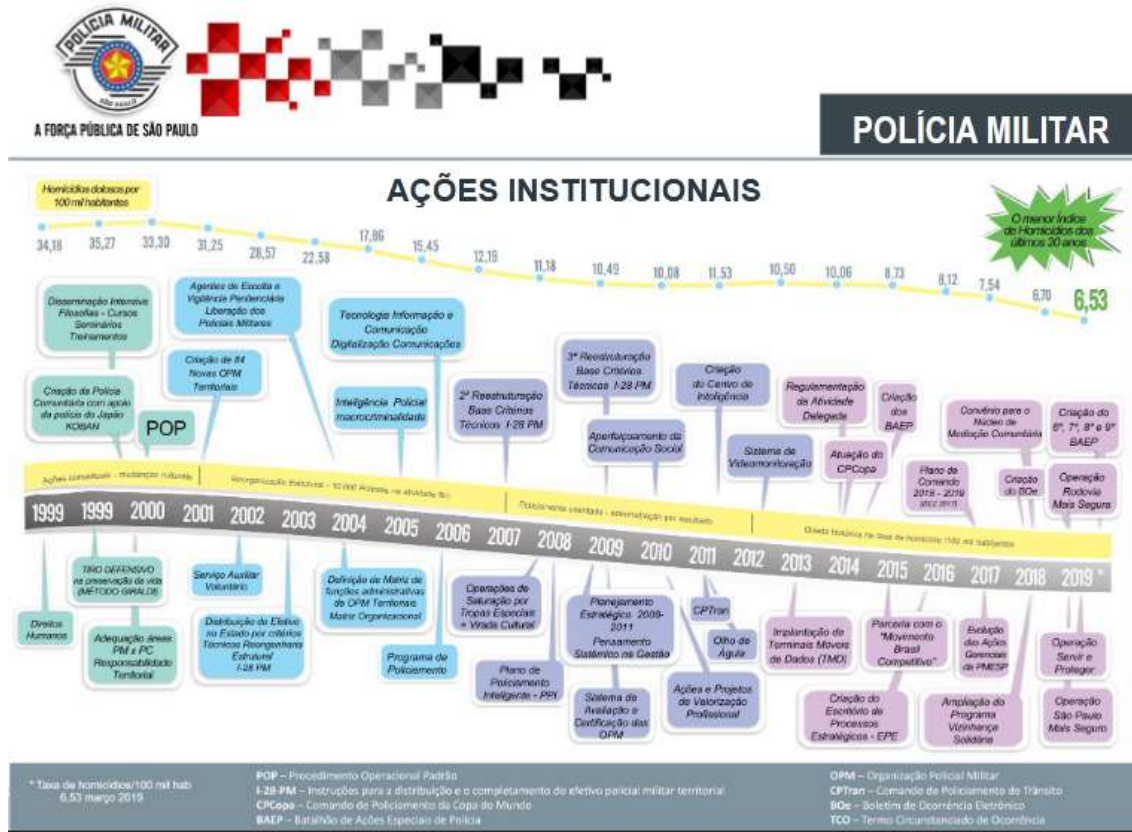
PPI – PLANO DE POLICIAMENTO INTELIGENTE



Fonte: https://www.policiamilitar.sp.gov.br/downloads/Apresentacao_Cmdo_G_Ago16.pdf

Verifica-se nessas imagens o foco em uma gestão pela qualidade, integrando análise criminal, inteligência policial, tecnologia, produção de conhecimento sobre criminalidade e planejamento na aplicação do policiamento, sendo o referido Estado um grande exemplo de gestão. Ainda é possível analisar o impacto na criminalidade dessas ações conforme os dados abaixo:

Figura 19 – Ações Institucionais Estado de São Paulo



Fonte: https://www.policiamilitar.sp.gov.br/downloads/Apresentacao_Cmdo_G_Ago16.pdf

Verifica-se que desde 2007 o Estado utiliza técnicas de Policiamento Orientado,

podendo ainda ser notado um bom controle criminal realizado pelo Estado de São Paulo, o qual é um exemplo de boa utilização das técnicas citadas neste trabalho, ainda não sistematizadas no Estado do Paraná como uma Política Pública de Segurança Pública.

Além de projetos de Policiamentos, poderão ainda serem desenvolvidos Projetos para aquisição de materiais para a Cia, visando a qualidade do trabalhador (policial militar). Existem diversas fontes de verbas municipais, estaduais e federais disponíveis para complementar o aparato policial e disponibilizar meios para o trabalhador, o que é extremamente importante e influenciará sobremaneira na atuação do mesmo. Desta forma, o setor também poderá acompanhar na sua própria localidade a liberação de verbas, tendo em vista um maior contato com as demandas de cada policial, impactando na sua localidade.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Setor de Análise Criminal propostos nesse trabalho são amplos e voltados principalmente à aplicação do Policiamento e suas inúmeras vertentes. Aplicar o policiamento e obter redução criminal é uma tarefa extremamente complexa e conseguir sistematizar todos os meios e gerir todas essas vertentes se torna um trabalho pouco eficiente quando realizado sem nenhum tipo de controle.

Os dois principais tipos de projetos a serem desenvolvidos serão os Projetos de Policiamento que trabalham problemas crônicos (POP Anual) da localidade e Projetos de Policiamento que trabalham problemas substantivos que surgem com as alterações das dinâmicas criminais (POP específico). Esses projetos deverão conter análises de vulnerabilidade, risco e desenvolvimento de cenários prospectivos de segurança pública, voltados a preparação da companhia policial militar, para aplicação momentânea e futura do policiamento.

Esse setor deve ser ligado diretamente ao Chefe do Setor de Análise e Prevenção Criminal e realizará os planejamentos de policiamento de acordo com as diretrizes por ele determinada. Este momento é crucial para a eficácia da Análise Criminal na Cia PM, pois neste momento serão compiladas todas as informações levantadas pelos Analistas Criminais e Analistas de Inteligência. Nesse momento a terceira etapa do método IARA, “Resposta” será concluída, pois determinará quais as medidas que serão tomadas para solucionar cada crime que apresente alteração.

Todas as ideias criadas na Cia, novas formas de aplicação do efetivo, planejamentos futuros, necessidades ou qualquer conhecimento gerado dentro do Setor será registrado em um POP ou desenvolvido um novo Projeto, criando *Know How* para o Setor e para toda a polícia militar de forma compartilhada.

A criação dos POP e a difusão da informação ainda poderão ser compartilhadas entre

companhias e batalhões, tendo em vista que a aplicação do policiamento em um local pode gerar aumento criminal em outro ponto, por exemplo, ao se realizar policiamento entre as cidades de Maringá e Sarandi, realizando bloqueio de fiscalização, este pode gerar uma migração criminal para a cidade de Marialva, sendo então importante a integração entre comandos.

5.1 ESTRUTURA DO POP

O POP será sempre escrito, devendo ser acompanhado e se necessário alterado pelo setor, com a anuência do Chefe do Setor de Análise Criminal ou do Comando da Companhia. Devendo o referido documento conter os seguintes itens:

1. Identificação do problema;
2. Cenário prospectivo;
3. Hipótese;
4. Planejamento do policiamento e medidas externas ao policiamento;
5. Acompanhamento;
6. Resultado.

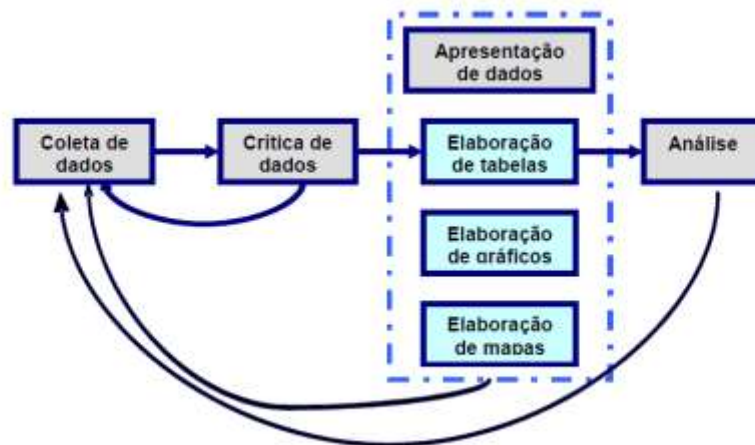
Identificação do Problema

Para a estruturação do POP, inicialmente, será identificado pelos Analistas Criminais qual é o principal problema criminal daquela localidade, sendo realizado todos os levantamentos estatísticos necessários e posteriormente adicionadas as informações dos Analistas de Inteligência, qualificando a informação e entendendo a fundo como está ocorrendo este problema criminal.

Neste momento será realizada a apresentação dos dados, estabelecimento do problema, a sistematização do policiamento, avaliação e reanálise, conforme verifica-se no diagrama a seguir.

O policial militar deverá identificar os problemas vividos pela sociedade, analisar as suas causas principais, responder com ações criativas e avaliar os seus impactos com o apoio da comunidade, através do uso de um método de solução de problemas em segurança pública conhecido como IARA. Elaborando diagrama causa-efeito e plano de ação (5w2h), aplicando o “triângulo do crime” na análise do problema e utilizando técnicas de prevenção do crime situacional.

Figura 20 – Fluxo da execução da análise estatística

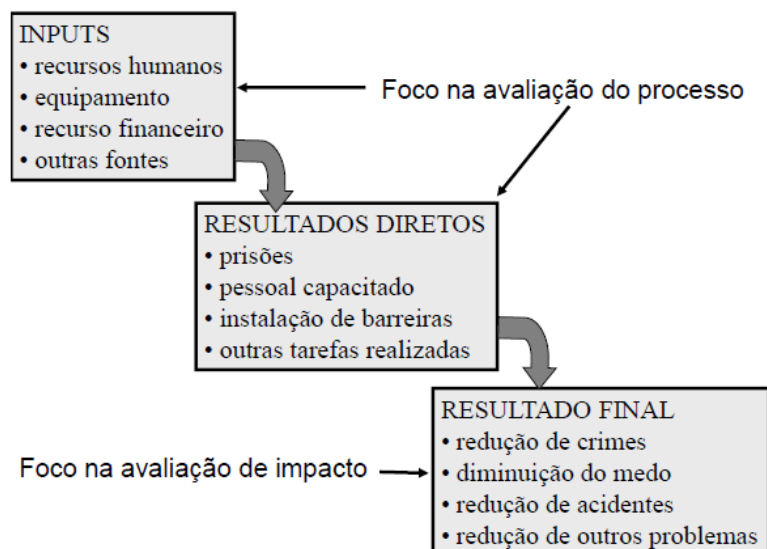


Fonte: CURSO DE ANÁLISE CRIMINAL DA SENASP/MJ., p. 50, 2009

Com todas as informações supracitadas em mãos, se iniciará a compilação dos dados pelo Analista Criminal, devendo ser apresentado ao Chefe do Setor, que em conjunto com o Comandante da Cia determinarão qual policiamento será direcionado em busca da solução do problema. Deverá ainda ser realizado acompanhamento e avaliação no decorrer do projeto conforme verifica-se:

Figura 21 - Foco nas avaliações de processo e impacto

Foco nas Avaliações de Processo e Impacto



INTERPRETANDO RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DE PROCESSO E IMPACTO			
Resultado da Avaliação do Processo			
		Resposta foi implementada como planejada.	Resposta não foi implementada como planejada.
Resultados da Avaliação de Impacto	Redução do problema & nenhuma outra causa similar.	A. Evidência que a resposta causou a redução.	C. Sugere que a resposta foi acidentalmente efetiva ou que outros fatores podem ter causado a redução.
	Problema não diminuiu.	B. Evidência que a resposta foi ineficiente.	D. Pouco aprendido.

Fonte: CURSO DE ANÁLISE CRIMINAL DA SENASP/MJ., p. 55, 2009

Cenário Prospectivo

Este item realizará quando necessário, uma análise dos riscos e vulnerabilidades daquela situação, contará com informações dos Analistas de Inteligência, trabalhando com características do ambiente, da vítima, do criminoso, da polícia e do crime, sendo feitas prospecções acerca do problema. Por trabalhar com muitas variáveis dificilmente uma projeção será suficiente para abarcar a realidade criminal, devendo ser então projetados diversos cenários para que a polícia seja aplicada considerando essa dinamicidade, não ficando engessada à uma única projeção que poderá estar equivocada, colocando a sociedade a mercê de um policiamento completamente ineficaz.

Para confecção deste item muitas vezes será necessário o encontro dos analistas criminais com a tropa, com comandantes de fração de tropa, para conseguir realizar um *brainstorm* acerca do problema, com visões mais amplas que somente a do analista criminal. Para que este não incorra em erro, ele precisará buscar uma visão de 360 graus acerca do problema, analisando várias possibilidades.

Hipóteses

Estabelecer o que se acredita ser o *modus operandi* do criminoso, o porque do crime estar ocorrendo, possíveis motivações, vulnerabilidades, entre outros, influenciariam no método mais eficiente para preveni-lo.

Neste momento é extremamente importante a experiência policial, analistas com pouca experiência conseguem identificar através dos números os problemas criminais, entretanto, não conseguem estabelecer hipóteses corretas a respeito da dinâmica criminal, ou não conseguem estabelecer soluções para o problema.

Os Analistas Criminais não podem perder o vínculo com a rua, pois necessitam entender a atuação dos criminosos e determinar hipóteses de forma correta para embasar o policiamento.

Planejamento do Policiamento e medidas externas ao policiamento

Realizar em um cronograma as ações acerca do problema, aplicação do policiamento, caso seja necessário, realizar reuniões comunitárias, divulgação de “dicas de segurança”, entre outros eventos importantes, como data de início, data de reanálise e provável término;

Serão tabuladas as escalas do policiamento que será direcionado para esse POP, com horários, locais e foco do policiamento. É extremamente importante que os policiais entendam o problema criminal que estão prevenindo, a forma como o crime está acontecendo, para que o patrulhamento ocorra conforme o esperado.

Acompanhamento

Este item se destina a acompanhar a realização das etapas estabelecidas acima, caso ocorra alteração na aplicação do policiamento ou nas medidas externas a ele que foram programadas, para ser possível avaliá-las corretamente.

Resultado

Ao atingir a data de término estipulada será compilada a reanálise com os resultados obtidos e o fechamento estatístico do POP. O relatório da equipe de Análise de Inteligência e as informações importantes sobre o POP serão úteis caso seja necessário reaplicá-lo. Considerando o índice de reincidência e a migração criminal, é necessário considerar que este crime poderá retornar a ser um problema utilizando-se para isto as informações do primeiro POP e identificando os pontos que fizeram com que o crime voltasse a acontecer.

Os projetos de policiamento podem ter duas abordagens diferentes, primeiro tratando de problemas crônicos da localidade, identificar os principais problemas criminais e iniciar o policiamento com esse foco. São relatórios que utilizam um período maior de análise e são aplicados a curto, médio e longo prazo. Entretanto, existem durante a aplicação do policiamento alterações criminais, migração da criminalidade, como, por exemplo, o surgimento de alguma vulnerabilidade que proporciona o cometimento de algum tipo de crime, que ocorre de forma repetitiva, mas que não é necessariamente uma característica marcante daquele local. Neste momento então será realizado um POP voltado a um problema substantivo, pontual, que esteja acontecendo, englobando um período menor de atuação.

Por exemplo, a cidade de Maringá tem como característica: roubo de celulares e furto a residência, problemas crônicos da cidade, entretanto, em determinados momentos ocorrem picos de roubo a farmácia ou roubo a posto de combustível, sendo então necessária uma atuação específica do policiamento. Em todos os exemplos estamos tratando de problemas repetitivos, entretanto, roubo a pessoa e furto a residência são problemas que ocorrem no decorrer de todo o ano, enquanto, roubo a farmácia acontece de forma pontual. Ambos serão abordados com a mesma estrutura de POP, mas com algumas características diferentes, conforme verifica-se a seguir.

5.2 POP ANUAL

Esse tipo de documento tem duas aplicações importantes, antes e depois, a primeira análise a longo prazo será realizada para identificar a realidade trabalhada e estabelecer metas de atuação, conforme citado acima no Estado de São Paulo, em que foram estabelecidos padrões corporativos para então serem estabelecidas metas. Primeiro é importante conhecer a sua realidade para na sequência se planejar a ela.

O segundo momento consiste em reanalisar os dados inicialmente coletados e verificar se houve alteração na dinâmica social da cidade, bem como, qual o impacto do policiamento realizado nos crimes inicialmente estabelecidos. Além disso, analisar se outro crime se tornou um expoente naquele local. Lembrando que o foco deste trabalho são planejamentos no nível tático e não estratégico, sendo que no primeiro, alterações de problemas criminais são mais comuns, enquanto a nível estratégico, Estadual por exemplo, as alterações ocorreram em um período maior.

A fase de identificação do problema pode utilizar como base trabalhos realizados na Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme analisamos no livro Políticas Públicas e Prevenção ao Crime ao citar como iniciou a implementação dos PPI.

“Não obstante tenha sido adotado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo a partir de 2007, os estudos para sua implementação foram iniciados pelo menos dois anos antes, sendo que a Instituição contou com o apoio da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que contribuiu com os cálculos para que se chegasse ao que foi chamado de “padrão corporativo” (metas de controle), para cada BPM da Capital, da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e do Interior” (CAPARROZ, p. 78, 2017).

O livro supracitado ainda traz uma referência muito importante a metodologia

utilizada para estabelecer um padrão corporativo, conforme a seguir:

“Essas metas foram fixadas com base nas medições dos indicadores criminais referentes aos anos de 2003, 2004 e 2005, mês a mês, de cada um dos Batalhões da Capital paulista ou dos municípios da RMSP e do Interior. Os dados para esses cálculos foram tabulados pela Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP), sendo estabelecido um padrão corporativo para cada um dos seguintes indicadores: “homicídio doloso”, “latrocínio”, “estupro”, “roubo”, “roubo de veículo”, “roubo de cargas”, “roubo a banco”, “furto” e “furto de veículos” (CAPARROZ, p. 79, 2017).

Ainda foram desenvolvidas metodologias para estabelecer as metas que seriam alcançadas por cada OPM, além de calcular também o limite de aceitabilidade de cada um dos indicadores, conforme abaixo:

O cálculo para a “meta” foi estabelecido utilizando-se $\frac{1}{2}$ desvio padrão para cima e para baixo, da média de cada delito dos últimos três mesmos meses dos anos anteriores, delimitando-se as duas primeiras faixas limítrofes de níveis de aceitabilidade como variação (limite baixo intermediário e limite alto intermediário). Aplicou-se também, a partir do padrão corporativo, $\frac{3}{4}$ de desvio padrão para cima e para baixo, delimitando-se o limite superior e o limite inferior da faixa de aceitabilidade de variação, estabelecendo-se o resultado muito bom e o acima do aceitável (outlier) de cada um dos indicadores” (CAPARROZ, p. 80, 2017).

Foi ainda estabelecida uma reunião de análise crítica para análise dos dados e das metas junto com os Comandantes de cada OPM, sendo que com o passar do tempo foram sendo aprimoradas as metas e ajustadas às realidades de cada localidade conforme justificativas trazidas pelos Comandantes.

Nos dias atuais o referido Estado ainda utiliza metas e indicadores criminais, incentivando as reduções criminais inclusive com incrementos financeiros aos policiais militares dos Batalhões que atingem os melhores resultados. A metodologia citada acima tem um viés tanto tático quanto estratégico, sendo aplicada em diversos níveis, mas para este trabalho, o nível tático, voltado ao planejamento do policiamento é mais importante. Podendo ser utilizado como uma referência para a construção dos POP Anuais com foco em longos períodos e problemas crônicos das localidades.

No final de cada ano um levantamento estatístico geral, que conste os problemas crônicos e analise o impacto do planejamento realizado, estabelecerá então se foi eficiente, se houve alteração criminal, se algum novo crime se despontou. Outras análises necessárias, divididas pelo ambiente, bairros, dias da semana, período do mês, horário, entre outros, serão

usadas para identificar qual crime mantém níveis constantes na cidade.

Com esses dados, serão identificados os locais com maior criminalidade, qual crime que incide naquele ambiente e quando possível determinar metas para o próximo ano, bem como, orientar os policiais para que sempre que possível foquem seu policiamento para esses locais, sempre no intuito de prevenir o crime ou restabelecer a ordem.

Esse POP será trabalhado durante todo o ano e somente ocorrerão pausas quando for necessária a atuação do policiamento em POP específico, devendo todas as alterações constarem em campo pré-determinado, para no meio e final do ano ser possível realizar uma nova análise estatística e verificar qual foi o impacto daquele policiamento, realizando ou não alterações na forma de atuação.

Este relatório será apresentado à sociedade e aos policiais militares com a intenção de demonstrar a dinâmica do policiamento que foi utilizada, bem como, estabelecer novos objetivos, não pensando somente no âmbito de polícia militar, mas tentando englobar os diversos atores envolvidos nos problemas criminais.

5.3 POP ESPECÍFICO

Este POP é responsável por problemas pontuais que possam surgir durante o ano, por exemplo, uma alteração drástica nos índices de roubo a veículo, que antes não era um problema crônico da localidade, mas neste momento se desponta e acontece de forma repetitiva, sendo uma alteração, uma tendência criminal, em que a chance de se repetir é grande, desta forma necessita de um controle imediato.

Serão seguidos todos os passos para a criação de um POP citada no item de estruturação do POP, e diferente do POP anual que tem duração de um ano e duas análises de resultados, este POP é imediato, tem duração de um mês e a primeira análise de resultado ocorre com 15 dias, e se caso este for positivo, permanece por mais 15 dias e uma nova análise é feita. Se a redução criminal permanecer, será readequado o policiamento de volta ao POP Anual e realizado mais um mês de acompanhamento, com nova análise a cada 15 dias para verificar se o crime voltou a acontecer com as novas alterações do policiamento. Caso o problema tenha migrado ou foi resolvido, o POP será arquivado constando a avaliação da aplicação do policiamento e os resultados obtidos. Existe a possibilidade de um POP específico se tornar um novo POP específico, caso os crimes migrem para uma nova localidade, havendo então a necessidade de recomeçar as análises e fazer um novo planejamento do policiamento, sendo realizado um novo ciclo completo para trabalhar com a

migração criminal identificada, pois essa poderá ter características novas, inclusive estar acontecendo na área de uma outra companhia policial militar.

Quando o resultado da primeira análise for negativo, será necessário readequar o policiamento e as medidas externas ao policiamento, fazendo uma análise nos cenários prospectivos e nas hipóteses, que podem conter análises de risco, prospecções e estabelecimento de hipóteses equivocadas, ou que foram alteradas. O Policiamento então será aplicado por mais um mês e uma nova análise será realizada em quinze dias e assim por diante, até se obter resultado positivo.

Quando não se constata redução criminal a respeito do problema identificado, o problema normalmente se encontra nas hipóteses, pois para realizar hipóteses coerentes é necessário que o Chefe do Setor e os Analistas Criminais conheçam a criminalidade local e entendam a forma com que ela se comporta, conheçam a sociedade, os bairros, as ruas, e ao identificar determinada alteração criminal saibam fazer uma relação direta com a realidade. Somente números podem facilmente nos enganar, fazer uma análise qualitativa é a melhor forma de confrontar os números e entender o problema e a realidade.

O Analista Criminal e o Analista de Inteligência ao trabalharem com problemas criminais precisam ter um conhecimento muito próximo com a parte operacional da Companhia, para que seus relatórios reflitam a realidade. Principalmente neste momento de confecção de um POP específico, se faz necessário um dinamismo na aplicação do policiamento, para que este seja tempestivo.

Os Analistas Criminais são responsáveis por realizar o primeiro estudo de criminalidade e acompanhar semanalmente as alterações, trazendo informações para os Comandantes direcionarem o policiamento da forma correta, bem como, mostrando a eficiência ou não desse direcionamento. São responsáveis por manter o controle dos índices criminais, conhecer a dinâmica social e subsidiar com relatórios estatísticos e posteriormente análises qualitativas o Chefe do Setor de Análise e o Comandante da Cia, para que estes tomem a decisão sobre o policiamento.

Esse acompanhamento deverá acontecer de forma corriqueira acerca de cada um dos POP específicos. No item acompanhamento, o analista criminal e o analista de inteligência vão constar o andamento da aplicação do policiamento, para quando realizarem as análises estatísticas saberem se efetivamente o policiamento que foi planejado realmente foi executado.

No momento em que não existam problemas pontuais que se despontem o policiamento será aplicado com foco nos problemas crônicos da cidade, estudados e

planejados no POP anual.

5.4 PROJETOS

Ainda será responsabilidade do subsetor de Projetos e Planejamento, realizar projetos para estruturação da Cia PM, verificar as necessidades encontradas e criar ideias para conseguir concretizar a realização deles.

Serão estes projetos direcionados à Órgãos de Justiça que poderão direcionar verba para o policiamento, Órgãos Municipal, Estadual e Federal que são possibilitados de realizar compras e aquisições para a PM, bem como apresentar a Sociedade Civil Organizada, através dos CONSEG's, que podem ter previsão estatutária de direcionamento de verba para tais serviços.

São exemplos de projetos: Implantação de Tecnologia Embarcada, Reforço do Policiamento com Motos, Reestruturação de Equipamentos para Equipes Especializadas, entre outras necessidades na aplicação do policiamento.

Este trabalho é essencial para a resolução de problemas internos que refletem em problemas no policiamento e consequentemente dificultam a boa aplicação do policiamento para alcançar a resolução dos problemas da cidade.

5.5 PLANEJAMENTO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO

Além de realizar as análises criminais e identificar os problemas criminais, uma companhia policial militar tem a responsabilidade de desenvolver medidas de policiamento e ações externas ao policiamento, junto a comunidade, em busca de solucionar os problemas criminais da sua área de atuação.

Desta forma, também é muito importante buscar padrões para aplicação do policiamento e estabelecer uma metodologia para planejar o policiamento e aplicá-lo no terreno, além de acompanhar os resultados e avaliar a aplicação do policiamento.

Quando o Setor de Análise Criminal produz os Projetos de Policiamento como visto acima, o seguinte ciclo é feito: identificação do problema criminal, planejamento do policiamento, acompanhamento e avaliação final. Esse material produz conhecimento, não somente para o setor de análise criminal, mas também para outras companhias policiais militares no Estado que estejam passando pelo mesmo problema criminal.

A ideia principal é sair do empirismo e estabelecer um protocolo, linhas de ações

norteadoras dos estudos de criminalidade e dos planejamentos do policiamento. Algumas ações na polícia já possuem padronização escrita e conhecida por toda a tropa, por exemplo, procedimento em situações de crise, acredita-se que todo policial tem conhecimento deste protocolo e assim o execute durante o atendimento deste tipo de ocorrência. Entretanto, o planejamento do policiamento ainda não possui a mesma sistemática, apesar de capacitações em policiamento comunitário e policiamento orientado a solução do problema, ainda não existe de forma sistemática, positivada e padronizada na PMPR.

O resultado da falta de padronização resulta em diferentes aplicações, que por vezes serão empíricas, outras vezes utilizarão bases mais científicas, mas por fim, o planejamento depende do que cada comandante de Companhia entende de forma pessoal ser a melhor forma de atuação.

Uma analogia que pode ser feita é a respeito do patrulhamento tático. É recente no Estado do Paraná a padronização de algumas ações de patrulhamento tático, por exemplo, a criação do Curso RONE. Muitas vezes vemos policiais fazendo o patrulhamento da forma que cada um entende ser mais eficiente e por vezes converge com a forma que a instituição precisa que o policial haja, entretanto, algumas vezes esta diverge.

O planejamento do policiamento quando realizado com base nos índices criminais, utilizando-se a metodologia de análise criminal, segue a linha do policiamento baseado em evidências, teoria recente de policiamento, amplamente aplicada em países como Estados Unidos e Inglaterra, que busca cada vez mais a profissionalização das polícias e do policiamento para atingir maior eficiência e eficácia na resolução dos problemas criminais.

Desta forma, verifica-se a necessidade de padronizar esse tipo de ação, buscando trabalhar teorias mais importantes de policiamento, estabelecendo os protocolos com base nos fluxogramas citados, no caminho que a informação fará até se tornar conhecimento.

Uma base importante já utilizada para planejamento do Policiamento é o viés Comunitário, conforme referenciado no Capítulo 1. O Policiamento Comunitário é uma excelente forma de coleta de informações e de feedback para a população sobre o policiamento, visando gerar um contato mais aproximado e um trabalho mútuo entre polícia e comunidade.

Importante função destes policiais será a “Avaliação de Impacto” proporcionada pelo programa de policiamento preventivo realizado naquela localidade, verificando se a mudança do panorama ocorreu em virtude da aplicação do policiamento e prisão de criminosos atuantes naquela modalidade de crime ou localidade ou ainda em virtude de outro fator que incidiu na mesma época (CAPARROZ, p. 227, 2017).

Poderão ser realizadas duas formas de Policiamento Comunitário, a primeira com uma equipe diária realizando visitas nos principais locais que ocorreram o crime que está sendo trabalhado pelo POP, ou que gerou repercussão na cidade. A segunda forma é fixa, equipes diárias realizando policiamento preventivo, dividido em módulos móveis, fazendo policiamento a pé, realizando contato com a população e inibindo o crime.

Neste momento é possível identificar forte integração entre o Policiamento Baseado em Evidências, Policiamento Orientado ao Problema e Policiamento Comunitário, reforçando a visão de sistemas. Ou seja, um tipo de Policiamento complementando o outro e não se excluindo.

A identificação dos crimes em uma determinada cidade e o acompanhamento aproximado destes mostra que existem várias formas de tentar resolver algum problema. Quando se estuda cada crime verifica-se que nem sempre o policiamento ostensivo em si é a melhor solução para aquele problema, sendo necessário desenvolver ações externas ao Policiamento.

Ações voltadas ao ambiente e a vítima podem trazer muitos resultados positivos, desta forma verifica-se a grande importância de desenvolver campanhas e orientações às vítimas sobre comportamento preventivo.

Inicialmente as equipes de Análise Criminal realizarão um Estudo de Caso e identificarão como o crime está acontecendo, em um segundo momento as equipes de Analistas de Inteligência explicarão o porque e, desta forma, será possível identificar se a medida mais correta de policiamento é a aplicação do efetivo ou orientação às vítimas, podendo em determinados casos serem lançadas campanhas de marketing para difundir em grande escala comportamentos preventivos.

Por exemplo, em casos de Arrombamento a veículo identifica-se que os criminosos sempre se aproveitam da vulnerabilidade do ambiente, ruas escuras, pouca movimentação de pessoas e visam objetos eletrônicos e bolsas deixadas dentro dos veículos. Tão importante quanto realizar o policiamento ostensivo nestes locais é informar às vítimas que não estacionem seus veículos em locais de risco e também não deixem objetos de valor a vista dentro do veículo. Desta forma será necessário realizar uma Campanha para orientar essas pessoas em conjunto com o policiamento ostensivo.

Os Projetos de Orientação poderão ter um público alvo específico ou poderão ser desenvolvidos em grande escala para atingir a maior parte da população. O que determinará a campanha a ser escolhida será a necessidade de cada POP.

Na confecção de um POP serão identificadas ações externas ao policiamento que incidirão na redução criminal esperada, mais ainda, na resolução concreta deste problema, não somente em uma medida temporária.

Em determinados casos será necessária a realização de uma reunião comunitária, além de visitas na localidade e desenvolver orientações direcionadas para aquela determinada incidência criminal. Por exemplo, em casos de arrombamento a residência em determinado bairro, será realizado uma reunião comunitária, expondo a situação concreta daquele local e desenvolvendo orientações sobre os casos, para se somar ao policiamento ostensivo e obter resultados concretos.

Além de reuniões em determinados bairros e com um público específico é necessário desenvolver Campanhas para crimes que podem atingir toda a população. Dessa forma, será realizado contato com os órgãos de imprensa e confeccionado pela parte de comunicação da OPM materiais de divulgação que poderão ser distribuídos durante o atendimento de ocorrência, durante o patrulhamento ou mesmo com Blitz educativas.

Uma equipe composta por dois policiais trabalhando diariamente, realizando visitas direcionadas e desenvolvendo conhecimento para embasamento dos POP's, trará junto com o Analista de Inteligência a explicação do "PORQUE" o crime está acontecendo e garantirá que os Analistas Criminais consigam identificar COMO o crime está acontecendo.

Esses policiais trabalharão com dois focos, o primeiro social, mostrando para a população que o problema está sendo trabalhado pela Polícia Militar e apresentando a necessidade do apoio e do trabalho em conjunto com a comunidade para se obter resultados duradouros. E o segundo de pesquisa, analisando os dados dos Analistas Criminais e identificando-os ou não na comunidade, trazendo assim essa resposta aos Analistas e ao Chefe do Setor para o direcionamento correto do policiamento.

Por exemplo, a equipe faz uma visita em um determinado bairro que está com problema de roubo a pessoa em uma rua, neste momento as equipes verificarão o local, e identificando por exemplo um prédio abandonado, ocupado por usuários de drogas que estão cometendo os roubos, farão contato com o líder comunitário daquele bairro, e a partir daí acionarão a prefeitura para regularização da obra, bem como, as equipes da Secretaria de Assistência Social e também Secretaria de Saúde para conseguir fechar o prédio e direcionar tratamento aos usuários. Desta forma, o problema será resolvido sem a necessidade de policiamento ostensivo, com o apoio da comunidade e ações conjuntas de diversos órgãos, conseguindo exaurir este problema.

5.6 MEDIDAS EXTERNAS AO POLICIAMENTO

Quando identificado um problema criminal, é extremamente importante a análise da origem do problema, para se estabelecer a solução dele. Nem sempre um problema criminal será resolvido pela simples aplicação do policiamento, mas sim necessitará de ações conjuntas e medidas externas ao policiamento, como ações de órgãos públicos ou da comunidade, englobando todos os atores envolvidos naquela questão criminal, buscando soluções a curto, médio e longo prazo. Ao estabelecer os principais problemas criminais teremos o norte a ser seguido.

O próximo passo será planejar o policiamento, dentro deste quesito, iremos analisar se este problema será solucionado somente com ações de policiamento ou se serão inseridas ações externas. Muitas vezes o policiamento serve como uma medida imediata para controle daquele índice, mas outras medidas precisam ser tomadas para que aquele crime não volte a acontecer.

Por exemplo, em situações de roubos a comércio, muitas vezes a posição em que os caixas estão posicionados facilitam o acesso do criminoso ao dinheiro, o que desperta o interesse deste em determinados tipos de comércio, por exemplo, locais com fachadas de vidro e o caixa posicionado de costas para a rua, sendo possível da área externa analisar a quantidade de dinheiro que está sendo manipulada. A aplicação do policiamento ostensivo deve acontecer em conjunto com melhorias estruturais nos comércios para que as ações criminais não voltem a acontecer.

Com o registro nos POP's das medidas tomadas, como reuniões com a comunidade, acionamentos de órgãos públicos, campanhas educativas, entre outras infinidades de medidas que podem ser tomadas, criam um *know how* muito grande, servindo como banco de dados para consulta de localidades que se encontram sofrendo por problemas similares. Essa troca de informação de boas práticas pode aperfeiçoar e muito a aplicação do policiamento e o controle dos índices criminais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Polícia Militar do Estado do Paraná já conta com uma Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE), com policiais militares que desenvolvem Análise Criminal, também a nível estratégico, vinculado à PM3 e com um Banco de Dados unificado com a Polícia Civil.

Os fatores acima referenciados geram um campo fértil ao desenvolvimento da Análise Criminal na instituição. Um viés ainda pouco trabalhado da Análise Criminal, principalmente quando se fala em material didático e padronizações é a parte da Análise Criminal Administrativa e Tática voltado a aplicação do policiamento ostensivo.

Desta forma, este trabalho visa suprir essa lacuna institucional e proporcionar material para embasar a institucionalização da Análise Criminal para o planejamento do policiamento em uma Companhia Policial Militar, sendo que o presente trabalho pode imediatamente ser implementado como Política Pública de Segurança Pública, voltado a prevenção criminal, pois o banco de dados já encontra-se em funcionamento e disponível aos Batalhões de área, necessitando apenas da capacitação do efetivo, sem custos adicionais ao Estado.

Além da institucionalização da Análise Criminal a nível estadual, este trabalho já serve como base para qualquer Comandante de Companhia que queira começar a trabalhar com essa metodologia, sem ser necessário qualquer gasto, exigindo somente uma mudança cultural acerca do planejamento do policiamento e adaptação ao tamanho da Companhia.

Nesse trabalho, está exposta e sistematizada a ordem para iniciar os trabalhos de um setor de Análise Criminal, bem como as missões necessárias a serem desenvolvidas. Ainda está disponível uma metodologia de atuação e disposta uma visão prática da atuação do Setor de Análise na 1ªCia/4ºBPM por 5 anos na cidade de Maringá, de 2014 a 2018, o que possibilitou avaliar o que funciona e o que não é funcional para dar dinamismo e eficiência a aplicação do policiamento.

Nos anos de funcionamento do referido Setor de Análise Criminal a Companhia de Maringá experimentou uma mudança cultural entre a tropa, voltado a busca da eficiência, grande envolvimento da tropa com os problemas criminais da cidade, bem como, envolvimento social com a Polícia Militar.

Foram vivenciados momentos de redução criminal e capacitação profissional, sendo que nas trocas de serviço os policiais militares compartilhavam as experiências ocorridas durante o turno de serviço, demonstrando grande conhecimento da área, da sociedade e da criminalidade local. As experiências serviram como exemplo até o momento para o Primeiro Encontro Paranaense de Análise Criminal e para o Primeiro Curso de Analista Criminal do 3º Comando Regional.

Importante ainda reforçar que como atual Comandante do Pelotão de CHOQUE do 4ºBPM, existem tratativas no intento de implementar ações direcionadas ao Pelotão, voltados a capacitação de policiais em Análise Criminal, e utilização dessas diretrizes para

planejamento e aplicação do efetivo. Buscando ao máximo entender a dinâmica criminal das cidades do 4ºBPM para atuações cirúrgicas com o efetivo, buscando embasar o máximo possível com inteligência a atuação do policial militar.

7. REFERÊNCIAS

- ABRACRIM, Associação Brasileira de Advogados Criminalistas. Saiba mais sobre análise criminal. Disponível em: <https://www.abracrim.adv.br/>. Acesso em junho, 2020
- BAYLEY, David H. SKOLNICK, Jerome H. *Nova polícia*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Curso de Análise Criminal*. Brasília, 2008. 153 p.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Curso de Policiamento Orientado a Solução de Problemas*. Brasília, 2008. 21 p.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Curso de Planejamento Estratégico*. Brasília, 2008. 127 p.
- BORGES, Doriam, *Coletando e extraindo informações dos bancos de dados criminais: a lógica das estatísticas das organizações policiais*, Rio de Janeiro, 2008.
- CARVALHO, J. M., Cidadania no Brasil. *O longo Caminho*, Rio de Janeiro, UFGD, 2002, http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf - julho de 2018
- CLARKE, Ronald V.; ECK, John E. *60 steps*. Trad. Alessandro Souza Soares e Elenice Souza. (2003)
- CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da, Artigo, BARSOSA, Allan Claudius Queiroz, *Modelo de Policiamento para a gestão da Segurança*. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-pop-1355.pdf, ace4
- CAPARROZ, *Políticas Públicas e Prevenção ao Crime, Experiências práticas no centro da cidade de São Paulo*, São Paulo, 2017, Biografia
- GOMES, Cleiton Ricardo Soares. *Ameaça Assimétrica na Segurança Pública: Lições de Guerra irregular para inteligência de Operações Especiais*, livro Inteligencia de Segurança Pública e cenários prospectivos da criminalidade, p. 26, Ano 2016 Belo Horizonte, editora D'Placido
- HAIR, Joseph F., BLACK, Willian C., BABIN, Barry J., ANDERSON, Rolph E., TATHAM, Ronald L., *Análise Multivariada de Dados*, 6ª Edição, Bookman, 2009.
- KAHN, Tuliio. Ferramentas e Tecnicas de Análise Criminal E-Book:Kindle, 2017
- LIMA, Rodrigo Perim, BORDIN, Marcelo, *Mapeamento do crime e análise criminal: a experiência do estado do Paraná*, Curitiba, 2012.
- MAGALHÃES, Luiz Carlos, *Análise criminal e mapeamento da criminalidade*, São Luis, 2007.
- MANOEL, Elio Oliveira. *Policiamento Ostensivo Geral*, Ed, AVM. Curitiba, 2004

PETER K. Manning, artigo as tecnologias de Informação e a Polícia, do livro Policiamento moderno editora edsusp, p. 378, 2017

OLSON, Mancur, A Lógica da Ação Coletiva, Edusp, trad. Fabio Fernandez., São Paulo, São Paulo, 2015

RABELO, Yuri T. de Souza, Condicionantes Ambientais do Crime: Estudo sobre as condicionantes ambientais nos furtos a residência urbanas na cidade de Caeté, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

ROLIM, M.A *Síndrome da Rainha Vermelha*, Centre for Brazilian Studies UNIVERSIDADE DE OXFORD, JORGE ZAHAR EDITOR, 2006

REGO, W. L. e PINZANI, A., Vozes do Bolsa Família, São Paulo, editora Unesp, 2014.
SANTOS, Rachel Boba. Crime Analysis With Crime Mapping. SAGE Publications, Inc. 2012
<http://www.crimeanalysis.umd.edu/crimeanalysis.php> – em 5 de agosto de 2015

SHERMAN, Lawrence W., Evidence-Based Policing, NW, Washington, 2017

SOARES, M.C. O Estado Democrático de Direito e seu papel no desenvolvimento econômico. Universidade de Marília, Marília 2010. Disponível em:
<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/6D1BC795B2DA94D9437C4E3CD7F71E82.pdf> - Acesso em 27 julho 2017

SOUZA, Elenice, *Explorando novos desafios na polícia: o papel do analista, o policiamento orientado para o problema e a metodologia IARA*. Rio de Janeiro, 2008.